



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DIEGO DA LUZ ROCHA

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AGROINDUSTRIAL NO  
ESPAÇO URBANO DE VIDEIRA/SC**

---

Londrina  
2017

DIEGO DA LUZ ROCHA

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AGROINDUSTRIAL NO  
ESPAÇO URBANO DE VIDEIRA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito ao título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina  
2017

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R672d Rocha, Diego da Luz.  
A dinâmica socioeconômica e agroindustrial no espaço urbano de Videira/SC / Diego da Luz Rocha .– Londrina, 2017.  
130 f.: il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.  
Inclui bibliografia.

1 Geografia. –Teses. 2. Agroindústria. – Teses. 3. Videira (SC) x Indústrias. Teses.  
I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911

DIEGO DA LUZ ROCHA

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AGROINDUSTRIAL NO ESPAÇO  
URBANO DE VIDEIRA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito ao título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Tania Maria Fresca  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Carlos José Espíndola  
Universidade Federal de Santa Catarina -  
UFSC

Londrina, 19 de maio de 2017.

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para realização dessa pesquisa, inclusive meu orientador, como também minha família.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço ao meu orientador não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade que também contribuiu para realização da pesquisa.

A minha família que esteve presente em todos os momentos.

Aos amigos de trabalho e pesquisa.

A banca que ajudou a entender todo questionamento necessário ao pontuar alguns conceitos-chave da minha pesquisa.

"Se esse conhecimento pudesse ser obtido simplesmente pelo que dizem outros homens, não seria necessário entregar-se a tanto trabalho e esforço, e ninguém se sacrificaria tanto nessa busca..."

Mevlana Jalaluddin Rumi

ROCHA, Diego Luz. **A dinâmica socioeconômica e agroindustrial no espaço urbano de Videira/SC**. 2017. 128 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar a dinâmica socioeconômica e agroindustrial no espaço urbano de Videira/SC através de uma análise da formação da agroindústria videirense a partir da Perdigão, identificando as causas e consequências da fusão entre as agroindústrias Perdigão e Sadia para a população videirense e analisando a industrialização catarinense sob a ótica da Perdigão e da BRF. Para tanto, pautou-se na realização de uma pesquisa exploratória e explicativa, cuja pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir da leitura e análise de livros, artigos, dissertações, teses, boletins informativos e dados técnicos, além da pesquisa de campo, onde foi possível observar quantitativamente as estatísticas de crescimento da cidade de Videira/SC. A partir da visão materialista histórico-dialética, foi possível elucidar os aspectos relevantes da formação histórica do município, tais como a Guerra do Contestado, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a colonização, além de demonstrar como se formou a agroindústria catarinense. Ao trazer a discussão para o Meio-Oeste, buscou-se apresentar dados sobre a fundação e crescimento da Perdigão como forma de demonstrar as bases formadas para a criação da BRF, antes mesmo que qualquer uma das agroindústrias pudesse prever a fusão. Já no capítulo final, mostrou-se como ocorreu a fusão entre Perdigão e Sadia, que sofreu influências das políticas internas e externas para ocorrer. A financeirização da economia brasileira nos anos 90 mereceu destaque já que, sem ela, não seria possível que as empresas brasileiras comercializassem ativos na bolsa e assim se capitalizassem para levar ao cabo a sua modernização e adequação ao cenário global.

**Palavras-chave:** Industrialização. Dinâmica Socioeconômica. Agroindústria. Fusão. Videira.

ROCHA, Diego Luz. **The socioeconomic and agroindustrial dynamics in the urban space of Videira/SC** . 2017. 128 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## **ABSTRACT**

The present research sought to analyze the socioeconomic and agroindustrial dynamics in the urban space of Videira / SC through an analysis of the formation of the Videirense agroindustry from Perdigão, identifying the causes and consequences of the merger between the Perdigão and Sadia agroindustries for the Videira population and analyzing the industrialization of Santa Catarina from Perdigão and BRF. For that, it was based on an exploratory and explanatory research, whose bibliographic research was elaborated from the reading and analysis of books, articles, dissertations, theses, newsletters and technical data, besides the field research, where it was possible to quantitatively observe the growth statistics of the city of Videira / SC. From the historical-dialectical materialist view, it was possible to elucidate the relevant aspects of the historical formation of the municipality, such as the Contestado War, the construction of the São Paulo-Rio Grande Railroad and the colonization, besides demonstrating how the agroindustry from Santa Catarina growth up. In bringing the discussion to the Midwest, we sought to present data on the foundation and growth of Perdigão as a way of demonstrating the foundations for the creation of BRF, even before any of the agroindustries could foresee the merger. In the final chapter, it was shown how the merger occurred between Perdigão and Sadia, which was influenced by internal and external policies to occur. The financialization of the brazilian economy in the 1990s was highlighted because, without it, it would not be possible for brazilian companies to market assets in the stock market and thus capitalize to carry out their modernization and adaptation to the global world.

**Keywords:** Industrialization. Socioeconomic Dynamics. Agribusiness. Fusion. Videira.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Vila do Rio das Pedras em 1917 .....	37
<b>Imagem 2</b> - Vista parcial das vilas de Perdizes e Vitória - 1932.....	39
<b>Imagem 3</b> - Videira na década de 1950 .....	40
<b>Imagem 4</b> - Unidade industrial da antiga Perdigão no distrito de Rio da Pedras em 1980.....	41
<b>Imagem 5</b> - Vista parcial da cidade de Videira em 2017. ....	42
<b>Imagem 6:</b> Caixas de banha fabricada por Fritz Lorenz.....	94
<b>Imagem 7</b> - Unidade da antiga Perdigão em Videira/SC - 1980.....	120

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - PIB de Videira entre 1999 a 2015 .....	53
<b>Gráfico 2</b> - PIB per capita/hab de Videira.....	54
<b>Gráfico 3</b> - Pessoal ocupado no setor de serviço em Videira .....	64
<b>Gráfico 4</b> - Pessoal ocupado na indústria de alimentos em Videira 2002- 2015.....	64
<b>Gráfico 5</b> - Pessoal ocupado no setor de comércio de Videira 2002-2015 .....	66
<b>Gráfico 6</b> - Crescimento do PIB, agricultura e indústrias (%) 1930-1990.....	76
<b>Gráfico 7</b> - Taxa de urbanização, PEA do setor primário e PIB agrícola entre 1940 a 1991 .....	77
<b>Gráfico 8</b> - Participação de segmentos da indústria, na formação da produção industrial.....	78
<b>Gráfico 9</b> - Produção brasileira em toneladas de aves entre 1975 - 2003 .....	102

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	- População urbana e rural em Videira 1950-2010.....	45
<b>Quadro 2</b>	- População urbano-rural do estado de Santa Catarina 1950-2010 (Mil) .....	46
<b>Quadro 3</b>	- Taxa de crescimento populacional por mesorregião (%) - 2000 e 2010 .....	47
<b>Quadro 4</b>	- Taxa de crescimento médio anual da população de Videira, Santa Catarina e Brasil 2000/2009 .....	48
<b>Quadro 5</b>	- Densidade demográfica de Videira, Santa Catarina e Brasil 2009 .....	48
<b>Quadro 6</b>	- Estrutura Fundiária da região Oeste de Santa Catarina - 1970 a 1996 .....	49
<b>Quadro 7</b>	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Videira/SC .....	51
<b>Quadro 8</b>	- PIB e PIB per capita/hab em Videira 1999-2014.....	52
<b>Quadro 9</b>	- Total de admissão e desligamento na indústria em Videira/SC .....	55
<b>Quadro 10</b>	- Total de admissão/desligamento na indústria de alimentos em Videira/SC .....	57
<b>Quadro 11</b>	- Saldo total do setor de serviço público em Videira 2006-2016 .....	58
<b>Quadro 12</b>	- Saldo de serviços em Videira 2007-2016.....	60
<b>Quadro 13</b>	- Saldo do comércio varejista em Videira 2007-2016 .....	62
<b>Quadro 14</b>	- Saldo do comércio atacadista em Videira 2007-2016 .....	62
<b>Quadro 15</b>	- Pessoal ocupado nos três setores da economia de Videira.....	67
<b>Quadro 16</b>	- Participação das atividades econômicas no PIB de Videira/SC.....	68
<b>Quadro 17</b>	- Pessoal ocupado, pessoas assalariadas em Videira/SC .....	70
<b>Quadro 18</b>	- Transporte em Videira/SC 2002-2016.....	71
<b>Quadro 19</b>	- Total de trabalhadores por tipo de contrato .....	97
<b>Quadro 20</b>	- Perdigão e suas principais empresas 1934-2005 .....	98
<b>Quadro 21</b>	- Evolução da capacidade instalada de abate e/ou industrialização – 1994-2006 .....	111
<b>Quadro 22</b>	- Restrições exigidas pelo CADE .....	113
<b>Quadro 23</b>	- Número de funcionários da Brasil Foods (BRF) 2009/2015.....	121

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> -	Localização do município de Videira/SC .....	17
<b>Mapa 2</b> -	Região do Contestado e Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande .....	30
<b>Mapa 3</b> -	Fluxos de migrantes italianos e alemães para Oeste catarinense .....	34
<b>Mapa 4</b> -	Microrregião de Joaçaba .....	44
<b>Mapa 5</b> -	Fluxo de mão de obra para agroindústria Perdigão em Videira .....	96
<b>Mapa 6</b> -	Fluxo de matéria-prima para o frigorífico de Videira.....	105
<b>Mapa 7</b> -	Unidades da BRF e parques industriais em Videira, SC .....	116

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Oeste de Santa Catarina: produção de milho, feijão, trigo e suínos, 1940 e 1950.....	84
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRF	Brasil Foods
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. A FORMAÇÃO DE VIDEIRA</b> .....	25
1.1. Gênese da cidade .....	25
1.1.1. Estrada de Ferro.....	25
1.1.2. Contestado .....	29
1.1.3. Ocupação migratória .....	33
1.2. Videira com a Perdigão e com a BRF .....	42
<b>2. DINÂMICA INDUSTRIAL E ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	72
2.1. Industrialização brasileira e catarinense.....	73
2.1.1. Agroindústria: Conceitos e Definições.....	84
2.1.2. Indústria e cidade: algumas considerações.....	87
2.1.3. Importância da Perdigão para Santa Catarina e para o Brasil.....	90
2.1.4. Integração.....	101
<b>3. FUSÃO E ORIGEM DA BRF</b> .....	107
3.1. Financeirização da economia.....	107
3.2. Empresas impactadas pela BRF e a importância delas no mercado.....	112
3.3. Videira com a BRF .....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126

## INTRODUÇÃO

Para analisar o processo histórico de ocupação em um determinado lugar, é preciso compreender também a formação socioeconômica como consequência das ações e relações homem/meio em determinado período. É nessa direção que a presente pesquisa buscou analisar a dinâmica socioeconômica e agroindustrial no espaço urbano de Videira/SC no período de 1934 – 2009 como uma maneira de compreender a formação da agroindústria videirense a partir da Perdigão, identificar as causas e consequências da fusão entre as agroindústrias Perdigão e Sadia para a população videirense e ainda analisar a industrialização catarinense sob a ótica da Perdigão e BRF.

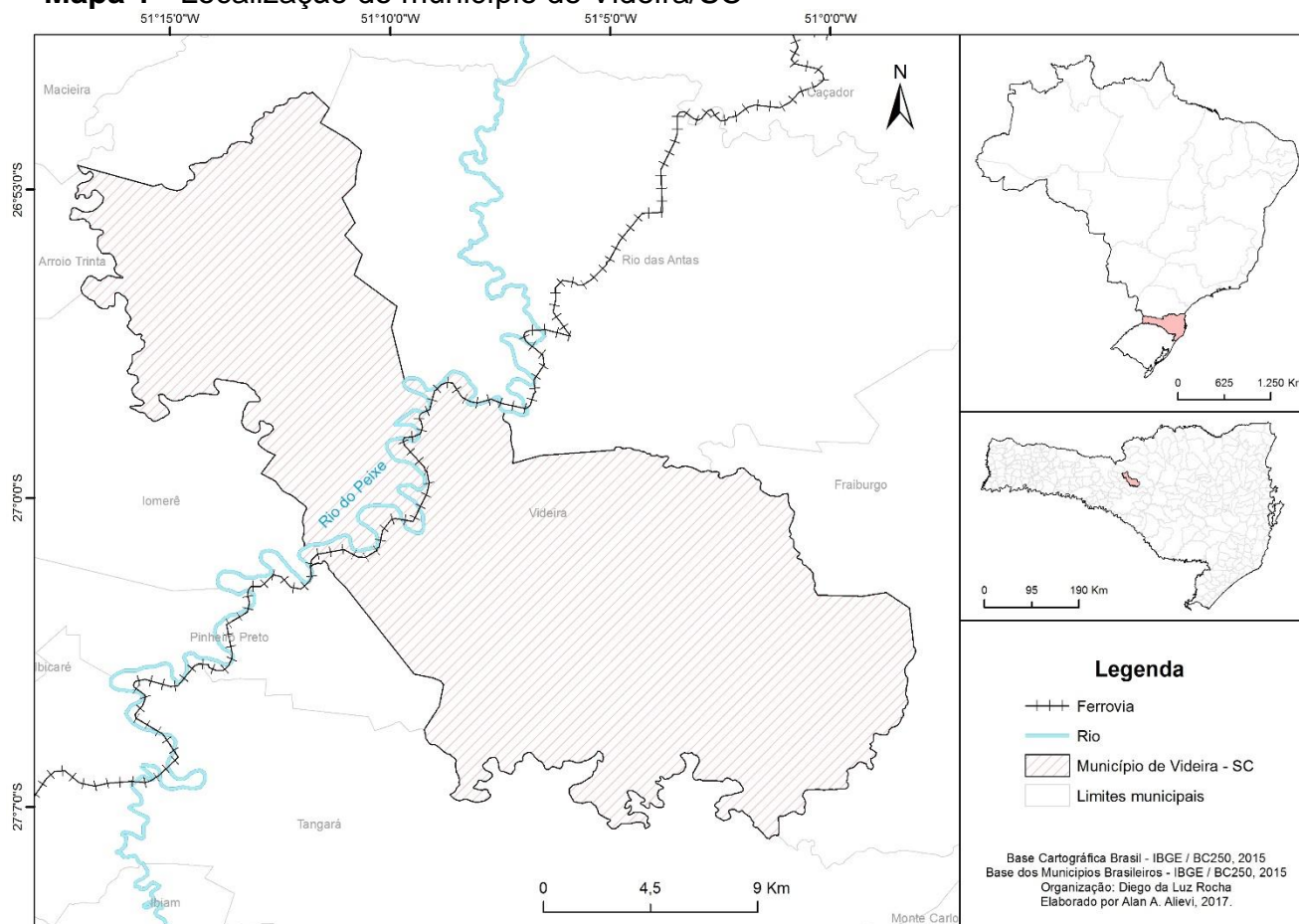
Tendo em vista que há, no município, uma lacuna existente acerca de produções e pesquisas acadêmicas que versem sobre Videira sem se ater aos fatos já sacralizados pela história oficial, ignorando a existência de outras populações e culturas a não ser aquelas do migrante italiano e alemão e a do vinho e da uva, torna-se necessário fazer emergir neste cenário uma nova luz de pesquisa que não se atenha aos apegos historiográficos e permita uma reflexão mais profunda sobre a formação histórica e social videirense a partir de um de seus mais sacralizados símbolos – a Perdigão – como forma de propor uma análise sobre como a sua trajetória e fusão com a Sadia causou impactos no desenvolvimento da cidade.

Considerou-se, ao longo da pesquisa, a existência de dois períodos temporais, sendo o primeiro anterior e o segundo posterior à fusão entre Perdigão e Sadia, originando a BRF (Brasil Foods S/A). São esses dois momentos na formação histórica do município que deram suporte para explorar e observar as influências econômicas e sociais da agroindústria no que se refere às mudanças ocasionadas pela mesma no espaço geográfico municipal, indo desde os setores sociais como a mão de obra até a infraestrutura da cidade para atender as necessidades da chegada de matéria-prima e escoamento da mercadoria.

O período que corresponde à análise da pesquisa permite perceber como o lugar foi transformado mediante os interesses políticos e econômicos dos governos federal e estadual na região Oeste de Santa Catarina. De fato, existia a ambição de explorar e ocupar o "vazio demográfico" do Oeste e extremo Oeste de Santa Catarina, também por fazer fronteira com a Argentina e assegurar a extensão

territorial brasileira, mesmo que a porção sulista fosse geograficamente mais estreita do que em outras áreas fronteiriças nacionais. Apesar de toda região Oeste apresentar uma certa dinâmica socioeconômica diferenciada e ao mesmo tempo com proximidades no processos de formação socioespacial, gerando microrregiões diferenciadas com relação de proximidade, ou seja, complexas no âmbito da Geografia regional, no que concerne essa pesquisa, optou-se por fazer o recorte espacial a partir do município de Videira, que está inserido na microrregião de Joaçaba (IBGE, 2015), pois esse não deixa de ser o espelho da organização espacial do chamado Meio-Oeste catarinense, tendo como recorte temporal entre 1934 – 2009, já mencionado, abrangendo desde a formação das vilas de Perdizes e Vitória (quando pertencia ao distrito de Campos Novos) nas margens do Rio do Peixe, as quais originaram o município de Videira em 1944, indo até o ano da venda de parte das ações da maior agroindústria da cidade, em 2009, a Perdigão S/A, para sua principal concorrente no mercado brasileiro, a Sadia S/A, agroindústria catarinense fundada em Concórdia, também no estado de Santa Catarina.

Ao se observar a localização do estado de Santa Catarina no Brasil, assim como a do município de Videira, é possível notar alguns elementos cruciais que norteiam o desenvolvimento da pesquisa em tela, levando os governos a impulsionar a ocupação de migrantes italianos e alemães a partir da década de 1917, ano do Acordo de Limites territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que definiram o território em questão como catarinense e deram início ao processo de (re)ocupação daquelas terras pós-Guerra do Contestado. Elementos como o Rio do Peixe e a linha férrea, parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, tornaram-se relevantes na atração e fixação dos migrantes na região, hoje, do Meio-Oeste catarinense, que nada mais é do que a região do Contestado. No mapa 1 é possível observar a localização do município de Videira e alguns elementos naturais.

**Mapa 1 - Localização do município de Videira/SC**

**Fonte:** Base Cartográfica do Brasil do IBGE, 2015. Elaborado por: Alan A. Alievi, 2017.

No mapa 1 vê-se o mapa de localização do município de Videira no estado de Santa Catarina, podendo observar o curso do Rio de Peixe e o traçado da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande que o margeia. Vale ressaltar a escolha pelo traçado da linha férrea na margem esquerda do rio, justamente pelo relevo plano, embora com muitas curvas ao longo do seu trajeto, o que resultou na perda de velocidade das locomotivas ao longo de todo trecho, mas, para aquela época, serviu aos interesses do capital madeireiro e de venda de terras aos estrangeiros e nacionais que passavam a ocupar a região depois da Guerra do Contestado – tal traçado ferroviário, serve de base para a pequena produção mercantil que se instalará na região com a chegada dos migrantes e imigrantes do pós-guerra.

Além de passar por Videira, a estrada de ferro e o rio, seguem por outros municípios da região do Meio-Oeste catarinense, locais em que se encontram várias cidades, hoje ligadas a agroindústria e a indústria madeireira, tais como Caçador, Rio das Antas, Tangará, Joaçaba e Pinheiro Preto. A presença do Rio do Peixe e da

Estrada de Ferro, ofereciam condições perfeitas para o desenvolvimento de pequenas vilas ao longo da região do Vale do Rio do Peixe, tendo em vista a disponibilidade de água e riquezas naturais, sobretudo a madeireira, além da facilidade de transporte, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias com o mercado nacional e até estrangeiro, e do preço baixo da terra comercializada aos estrangeiros pelas Companhias Colonizadoras como a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. A Brazil Development & Colonization Company e a Lumber Co., subsidiárias da holding Brazil Railway Company, protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia na região do Contestado.

Como fator preponderante para o entendimento da formação socioespacial videirense e, até mesmo, regional, geograficamente o território do município e a região tornaram-se centro de interesse da entrada do capital estrangeiro no interior daquilo que outrora era o sertão do Paraná e de Santa Catarina, para tanto, se faz necessário pontuar a construção da linha férrea, sobretudo por sua marcante presença numa faixa que se estende de São Paulo até o interior do Rio Grande do Sul, com mais de 1.400 quilômetros inaugurados na primeira década de 1900. Embora tendo essa vasta extensão, foi no território do atual estado de Santa Catarina que se desenrolou a Guerra do Contestado, quando milhares de posseiros foram expulsos de suas terras por uma determinação dos governos estadual e nacional, em virtude do contrato firmado entre o Brasil e a holding Brazil Railway Company. O governo brasileiro assegurou à companhia construtora da estrada de ferro a posse de terras às margens da ferrovia, ignorando a existência dos posseiros e moradores na região. Em propriedade das terras, 15 quilômetros para cada margem da ferrovia, coube ao empresário norte-americano Percival Farquhar, pelo meio de suas empresas, a construção da linha férrea, a expulsão dos posseiros sem títulos de propriedade, a exploração da madeira e a posterior colonização entre os migrantes e imigrantes, a maioria descendentes de europeus, que chegaram à região, ao final do conflito armado que durou quatro longos anos.

Para além do Contestado, para que esta pesquisa cumprisse seu objetivo principal, foi preciso discorrer sobre alguns conceitos e compreender o processo histórico de industrialização brasileira como forma de apresentar as mudanças que o setor industrial do país passou ao longo dos anos e como esta trajetória permitiu a fusão entre as duas agroindústrias catarinense, formando uma gigante companhia

mundial. Para este feito, lançou-se mão de uma pesquisa exploratória e explicativa, cujos procedimentos técnicos foram a pesquisa bibliográfica elaborada a partir da leitura e análise de livros, artigos, dissertações, teses, boletins informativos e dados técnicos, além da pesquisa de campo, onde foi possível observar quantitativamente as estatísticas de crescimento da cidade de Videira/SC. Velando-se de aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos, a discussão baseou-se na teoria do materialismo histórico dialético marxista, ao se compreender que não é possível considerar os fenômenos naturais e/ou sociais dissociados dos fenômenos que os cercam, fazendo-se necessário compreender o movimento, as transformações e a busca pelo desenvolvimento no desenrolar dos fenômenos estudados à luz da ciência.

Isto significa que para analisar tal situação da industrialização brasileira sem levar em consideração a conjuntura econômica internacional seria, no mínimo, simplista demais e a mesma precisou ser considerada. A partir de uma revisão bibliográfica direcionada ao entendimento dos fatos que envolvem a década de 1930, vindo até a primeira década do século XXI, pontua-se que as oscilações e a insegurança que o mundo vivenciou com a crise de 1929 fizeram com que acendesse um alerta na economia dos países do mundo, sobretudo daqueles reconhecidos como pertencentes ao Primeiro Mundo, visto que no decorrer do século XX tem-se as Guerras Mundiais, o choque do petróleo, o mundo bipolarizado (capitalismo e socialismo) com a Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, dentre outros fatores que proporcionaram uma tomada de rumo diferente na economia mundial em cada período, culminando na economia financeirizada promovida pelo triunfo do capitalismo no Ocidente, quando se chega até o século atual. Ademais, as constantes oscilações do capitalismo, tal como suas fases de expansão e depressão, permitem perceber a existência de ciclos de crise, nos quais a dinâmica empresarial dos grandes players precisa ser repensada para determinar um futuro próspero aos negócios e aos acionistas. Crises como a crise imobiliária americana de 2008 influenciaram de sobremaneira a indústria brasileira que, atuando no mercado de ações, especulação de ativos e fundos de pensão, precisou recorrer a ações menos ortodoxas como exemplificada pela fusão entre Perdigão e Sadia.

O Brasil investiu muito para substituir as importações e começar a exportar produtos nacionais, sendo apenas possível quando novos parques industriais foram

construídos, indo desde a indústria leve à indústria pesada e de transformação. Esse cenário de forte industrialização brasileira, trouxe várias consequências para a área urbana e rural do país, aumentando o número de pessoas nos centros urbanos e diminuindo nas áreas rurais, acarretando sérios problemas sociais como o rápido crescimento populacional nas cidades brasileiras no século XX. Isso se deu por meio do crescimento das indústrias e a necessidade de mão de obra nas empresas, tendo como resultado, um número grande de pessoas desempregadas, falta de moradia, mudança alimentar, entre outros.

Para explicar sobre a formação industrial dos estados brasileiros, é válido começar pelo Nordeste, industrializado desde o início da colonização brasileira e cujo crescimento da demanda revelou influências no desenvolvimento do restante do território nacional. Santa Catarina, em especial, por um longo período experienciou ligações econômicas e culturais muito intensas através de transações realizadas ao norte, com os paulistas, e ao sul, com os gaúchos, do que com os povos litorâneos do estado; um isolamento dado em função de barreiras físicas impostas pela Serra Geral, apesar de haver um pequeno comércio entre planalto e litoral desde o século XVIII, ampliado apenas nos fins do século XIX. Mesmo sendo impossível fixar pontos de partida e datas precisas para a frente extrativa da erva-mate, tal como se pode fazer com a frente pastoril, na região do Contestado acumulava-se uma expressiva produção de erva-mate, além da criação de suínos e bovinos em sistema open ranch (criado à solta em fazendas que, inicialmente, não possuíam cercas e dispensavam numeroso pessoal) e exploração da madeira, especialmente após a instalação da madeireira Lumber, responsável pela produção de madeira em caráter industrial em volume nunca antes visto no Brasil ou no mundo, responsável pela falência de madeireiras catarinenses instaladas na região em função de seu controle dos meios de escoamento da produção e responsável ainda pelo genocídio da população cabocla contestadense. Ademais, o setor industrial catarinense se diversificou a partir dos anos de 1940, mas a pequena produção mercantil é registrada em área de concentração de colonização europeia, sobretudo nos vales litorâneos, desde as últimas décadas do século XIX, inclusive os setores de alimentos de carnes processadas fazem parte desse registro. É interessante pontuar que o governo catarinense investiu muito nas agroindústrias da região Oeste do estado, dando total suporte para o crescimento na produção e no desenvolvimento

de algumas cidades específicas do estado, sobretudo, aquelas com unidade industrial voltada ao abate de aves e suínos, a partir da metade do século XX.

Essa política de desenvolvimento de algumas cidades do Oeste catarinense é perceptível quando se observa que as maiores indústrias de carne do país estão concentradas nesta região. Cidades como Chapecó, Concórdia e Videira, receberam toda a infraestrutura para desenvolver suas atividades, aumentando o domínio dessas empresas sobre o território local, regional e nacional, com as instalações de unidades industriais em vários estados brasileiros. Exemplo disso é a Perdigão, com filiais em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, entre outras no Brasil e também na América do Sul, estendendo sua influência além do território nacional.

É importante ressaltar a intervenção de políticas governamentais que deram apoio à agroindústria local, seja na construção de estradas e pontes ou em incentivos fiscais, tendo o estado sempre presente para impulsionar o crescimento do setor de alimentos ultraprocessados na economia catarinense, haja visto que, atualmente, apenas as unidades da BRF, em Santa Catarina, correspondem cerca de 23% da produção nacional de carne ultraprocessadas (RELATÓRIO ANUAL, 2015).

Quando se trata da influência regional, ao longo da pesquisa, verificou-se o poder que a agroindústria exerce nos municípios circunvizinhos, seja no fornecimento de matéria-prima ou de mão de obra, assegurando a sua dependência econômica. Um forte exemplo disso é a Perdigão (atual BRF), ao utilizar o sistema de produção de integrados<sup>1</sup>. Esse sistema de produção é composto por mais de cinco mil produtores em Santa Catarina, abastecendo todas as unidades da BRF do estado (RELATÓRIO ANUAL, 2015).

Embora o crescimento da Perdigão tenha sido significativo até os anos 1990, quando, a partir dessa data inicia-se outra forma de gestão na empresa, que deixa de ser familiar para ter uma gestão profissional em função da morte do fundador da companhia e então presidente, Saul Brandalise. Dessa forma, a participação da empresa no mercado se modifica a partir desse período. Concomitantemente, os anos 90 representaram fortes agitações econômicas para o Brasil, sendo um deles a

---

<sup>1</sup> Nesse sistema, o produtor fornece a matéria-prima (suínos e aves) para a agroindústria que exige um produto de qualidade dentro do padrão estabelecido pela própria empresa. Em muitos casos, o produtor planta milho para servir como ração aos suínos.

venda de ações das empresas estatais por parte do Governo Federal, isso notadamente marcado pelo neoliberalismo dominante nas políticas de governo dessa época. Paralelamente a economia globalizada ganhava proporções cada vez maiores, permitindo que pessoas do mundo todo pudessem comprar ações de empresas de país distantes, ou aplicar na bolsa de valores. Tais mudanças econômicas afetaram não apenas empresas estatais. Empresas privadas começaram a vender suas ações, abrindo seu capital ao mercado financeiro. Nesse contexto, a Perdigão já tinha um pequeno grupo de acionistas, que participava da gestão da empresa e queria aumentar a participação no mercado financeiro.

Não demorou para que esse pequeno grupo de acionistas viesse a aumentar, levando a Perdigão a abrir seu capital e ter uma prática de gestão conhecida como governança corporativa<sup>2</sup>. O reflexo dos anos 1990 com a economia financeirizada e globalizada culminou com o sucesso na Perdigão em 2009, quando mais de 30% de suas ações foram vendidas para Sadia, consolidando a fusão entre as duas empresas, surgia a BRF (Brasil Foods).

Com a fusão entre Sadia e Perdigão a dinâmica econômica do município de Videira mudou. Antes mesmo de se concretizar a fusão, o setor administrativo da Perdigão já não se encontrava no município, indo se instalar na cidade de São Paulo, ficando apenas na cidade as unidades de abate de aves e a fábrica de ração. O quadro de funcionários passou por pequena redução que beneficiou a cidade no quesito de oportunizar ao ex-funcionário (em sua maioria com elevados cargos na hierarquia da empresa) o investimento do dinheiro do acerto em outras pequenas empresas por eles criadas ou já existentes.

Ao longo dessa pesquisa, observou-se que nos anos posteriores à fusão, houve uma redução das unidades industriais que a Perdigão tinha pelo Brasil, medida exigida pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica,

---

<sup>2</sup> Governança Corporativa é um modelo de gestão que se preocupa com a criação de um conjunto de mecanismos de incentivo e monitoramento capaz de assegurar o comportamento dos administradores, para que estejam sempre alinhados ao melhor interesse da companhia. Tem como princípios a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Em 2016, as entidades ligadas ao mercado de capitais brasileiro lançaram o Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas, que será incorporado à regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CMV) e cuja principal inovação é a adoção do modelo “pratique e explique”, em que as companhias deverão aderir ao código de governança obrigatoriamente, tendo a opção de aplicar as normas estabelecidas ou de justificar ao mercado o motivo de não adotá-las.

autarquia federal), justamente para que a nova marca (BRF) não viesse a dominar o mercado brasileiro de alimentos ultraprocessados. Outro impacto que ocorreu depois da fusão foi a distribuição de atividades nas unidades industriais. Em Videira, por exemplo, antes da fusão havia o abate de suínos e aves e as mercadorias saíam prontas para exportação. Atualmente, a unidade é a maior produtora de salsicha do Brasil, com produção de 360 toneladas por dia, pois antes de uma ampliação fabril, verifica-se uma especialização das unidades em determinados produtos (RELATÓRIO ANUAL, 2015).

Para concluir o trabalho, fez-se necessário promover uma discussão sobre os momentos históricos e sociais que levaram ao surgimento de Videira, abordando a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, a Guerra do Contestado, ocupação pelos migrantes italianos e alemães, bem como analisar se Videira passou por transformações na indústria, no comércio e nos serviços, no período posterior à fusão. Paralelamente, outras informações foram essenciais para concluir o trabalho, tais como população, IDH, PIB, entre outras que compuseram o conjunto de dados socioeconômicos de Videira.

As consequências que a fusão trouxe para a cidade de Videira foram notadas por intermédio das análises dos dados estatísticos, sobretudo no número de pessoas empregadas nos setores da indústria, no comércio e de serviços, fazendo um comparativo nos períodos anteriores e posteriores à fusão. Tais dados permitiram concluir a pesquisa no que concerne entender se houve ou não transformações econômicas e sociais para Videira com a fusão, deixando claro o poder de influência que a agroindústria exerce no território, intervindo diretamente no crescimento econômico e no desenvolvimento do município.

Nesse sentido, a presente pesquisa é composta por três capítulos, sendo o primeiro relacionado à formação histórica e social da cidade de Videira abrangendo um período histórico que se inicia nos anos 40 e se encerra na primeira década do século XXI, além de dados socioeconômicos como crescimento populacional, IDH, PIB, pessoal empregado, distribuição de renda, entre outros. No segundo capítulo, discorreu-se sobre a dinâmica industrial brasileira, dando suporte para discutir o processo de diversificação industrial catarinense e os altos investimentos do governo de Santa Catarina às agroindústrias a partir de meados do século XX, trazendo em questão a formação da agroindústria da Perdigão até sua fusão com a Sadia em

2009. Por fim, no terceiro capítulo, foi analisada a fusão entre as empresas citadas e a origem da Brasil Foods (BRF), a nova marca que entrou no mercado brasileiro de carnes ultraprocessadas e outros gêneros alimentícios. Para tanto, foram pontuados alguns conceitos para entender o que tornou possível essa fusão, tal como a financeirização da economia. Para fornecer uma noção do impactado da fusão, o capítulo ainda apresenta uma caracterização de como era o município quando ainda havia somente a Perdigão e não a BRF. Tais dados qualitativos e quantitativos auxiliaram a demonstrar os impactos econômicos causados pela fusão após 2009.

## 1. A FORMAÇÃO DE VIDEIRA

Nesse capítulo a discussão irá se basear na formação histórica de Videira, abrangendo desde a ocupação até o período posterior à fusão da Sadia e Perdigão. Para tanto, destacar os fatores que deram condições para que Videira se tornasse um município de grande influência na região Oeste de Santa Catarina e, posteriormente, no Brasil, permitem analisar se houve transformações de cunho econômico e social na área de estudo através do uso de dados estatísticos.

### 1.1. GÊNESE DA CIDADE

#### 1.1.1. Estrada de Ferro

Antes de qualquer ação, há um planejamento, seja ele de cunho político, econômico ou administrativo. A construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, não foi diferente, pois muito se pensou com um olhar econômico sobre o interior do Brasil. Radin (2001) retrata isso:

A ideia de fazer uma ligação férrea do centro do país ao Rio Grande do Sul foi pensada ainda pelo governo imperial. O sul catarinense, por sua vez, reivindicava investimentos em linhas férreas que viessem desenvolver a atividade carbonífera. Observa-se, no entanto, que o grande investimento não foi feito no litoral e sul do Estado, mas sim em meio à grande selva no Oeste, num território fronteiro de Santa Catarina. Este fato demonstra que a preocupação brasileira era a de criar as condições para a colonização da região (RADIN, 2001, p. 32-33).

Em 1888, a primeira equipe do engenheiro João Teixeira Soares escolheu o traçado da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. "Todas as regiões onde fatalmente seriam assentados os trilhos eram administrados pela província do Paraná" (FRAGA, 2010, p. 121). O transporte ganhou destaque no Brasil a partir de 1855 quando o país ainda poderia ser caracterizado como de ocupação essencialmente litorânea. O anúncio da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, na província do Rio de Janeiro, parece demonstrar uma apologia a um projeto de desenvolvimento pautado na instalação de infraestrutura ligada à logística, contribuindo para o avanço do poder político sobre o interior, bem como a expansão

das fronteiras das atividades econômicas. Como maneira de garantir a construção da linha férrea, houve até um decreto que, segundo Radin (2001):

O decreto de que apresentava a primeira proposta brasileira para construção da estrada de ferro deixa implícita a preocupação com a ocupação e integração do referido território. Com o governo da República vão surgir outras propostas para a construção da estrada, a qual se tornará realidade na primeira década do século XX (RADIN, 2001, p. 33).

A década é considerada como o marco inicial da modernização do Brasil e a construção das ferrovias é tida como uma “febre” desta fase.

Os brasileiros logo foram tomados pela febre de esticar trilhos de trem sobre a terra, e os transmissores desta infecção foram os engenheiros e investidores ingleses. Um inglês chegou até mesmo a influenciar a legislação básica sobre estradas de ferro no Brasil [:] Thomas Cochrane. [...] Sua experiência e a pressão que exerceu, conduziu, pelo menos, à aceitação da ideia de que estradas de ferro não seriam construídas no Brasil sem ajuda governamental: ele insistiu que o governo garantisse juros de 5% sobre projetos de estrada de ferro aprovados e, depois de muito debate, o governo finalmente aceitou a sugestão. (MEIRINHO, 2012, p. 38).

Meirinho (2012), vai destacar o interesse norte-americano em investir no Brasil, sem dúvida, para explorar o que o interior do país pudesse oferecer:

A presença de investimentos norte-americanos e britânicos ampliou a implantação de estruturas de transporte e circulação de mercadorias. As iniciativas se apresentavam na forma de um projeto de desenvolvimento que prometia viabilizar o exercício de atividades mais dinâmicas no interior do país. Ficariam para trás os tempos do limitado comércio dos tropeiros, lentos e vulneráveis. Além disso, a política avançava: no começo do século XX, o Brasil já tinha abolido o trabalho escravo e era uma República (MEIRINHO, 2012, p. 40).

Contudo, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, começou a ser construída no final do século XIX, pelo engenheiro João Teixeira Soares, que antes havia explorado a região do Vale do Rio do Peixe para escolher o melhor traçado na região Oeste de Santa Catarina.

Segundo Espig (2008), Teixeira Soares apresentou vários argumentos para que a Estrada de Ferro tivesse o traçado como tinha proposto.

[...] os principais argumentos apresentados por Teixeira Soares e sua equipe a favor da construção da EFSPRG foram o clima (hidrografia e condições geográficas da região); a potencialidade desta como polo de atração de imigrantes; capacidade de gerar lucros através do transporte de passageiros e mercadorias; e a necessidade estratégica de uma ferrovia que ligasse o centro do país ao Sul (ESPIG, 2008, p. 115).

É notável o interesse em desenvolver o interior do estado de Santa Catarina para ligá-lo ao restante do país através de uma rede de transporte e comunicação mais eficiente. Todo esse estudo feito por Teixeira Soares, havia sido realizado antes da Proclamação da República, quando era o Estado que destinava as concessões de terras para implantação de melhorias.

Depois da Proclamação da República, o cenário político e administrativo brasileiro mudou. Segundo Pertile (2008, p. 61) "o governo repassou aos Estados o encargo de inventariar as terras devolutas para que, então, pudessem ser destinadas à colonização".

Tal medida iria facilitar, segundo Vargas (1940, p.70) "a formação de colônias, quer pela afluência de elementos nacionais, quer pela imigração. A exemplo de outros países, devemos atrair o afluxo de imigrantes, colocando o solo ao alcance de todos que desejem trabalhá-lo". Nesse contexto, as províncias passaram a ser estados, onde cada um respondia por si e executava suas medidas conforme suas necessidades. Com isso, Teixeira Soares não traçou toda a extensão da ferrovia, até porque houve uma série de problemas no andamento da construção, sendo um deles a escassez de mão de obra e de dinheiro.

Contudo, o governo de Santa Catarina adotou algumas medidas para dar continuidade à construção da ferrovia, quando o então ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, trouxe para a Brasil o empresário norteamericano Percival Farquhar, fundando a Brazil Railway Company, empresa que obteve o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Logo após assumir as obras, Farquhar aumentou a força de trabalho para entregar as obras dentro do prazo firmado com o governo de Santa Catarina. Isso não aconteceu, pedindo mais prazo para o término da linha férrea (SCAPIN, 1996).

Foram concedidos mais três anos para Farquhar terminar o trecho da ferrovia na região Oeste de Santa Catarina, quando o empresário norte-americano contratou o engenheiro Achilles Stengel, nomeado pela Brazil Railway, que assumiu as obras para serem entregadas dentro do prazo em 1910. Stengel, implantou métodos repressivos aos trabalhadores no sentido de ter que trabalhar muito, até porque o prazo estava se esgotando (ESPIG, 2008).

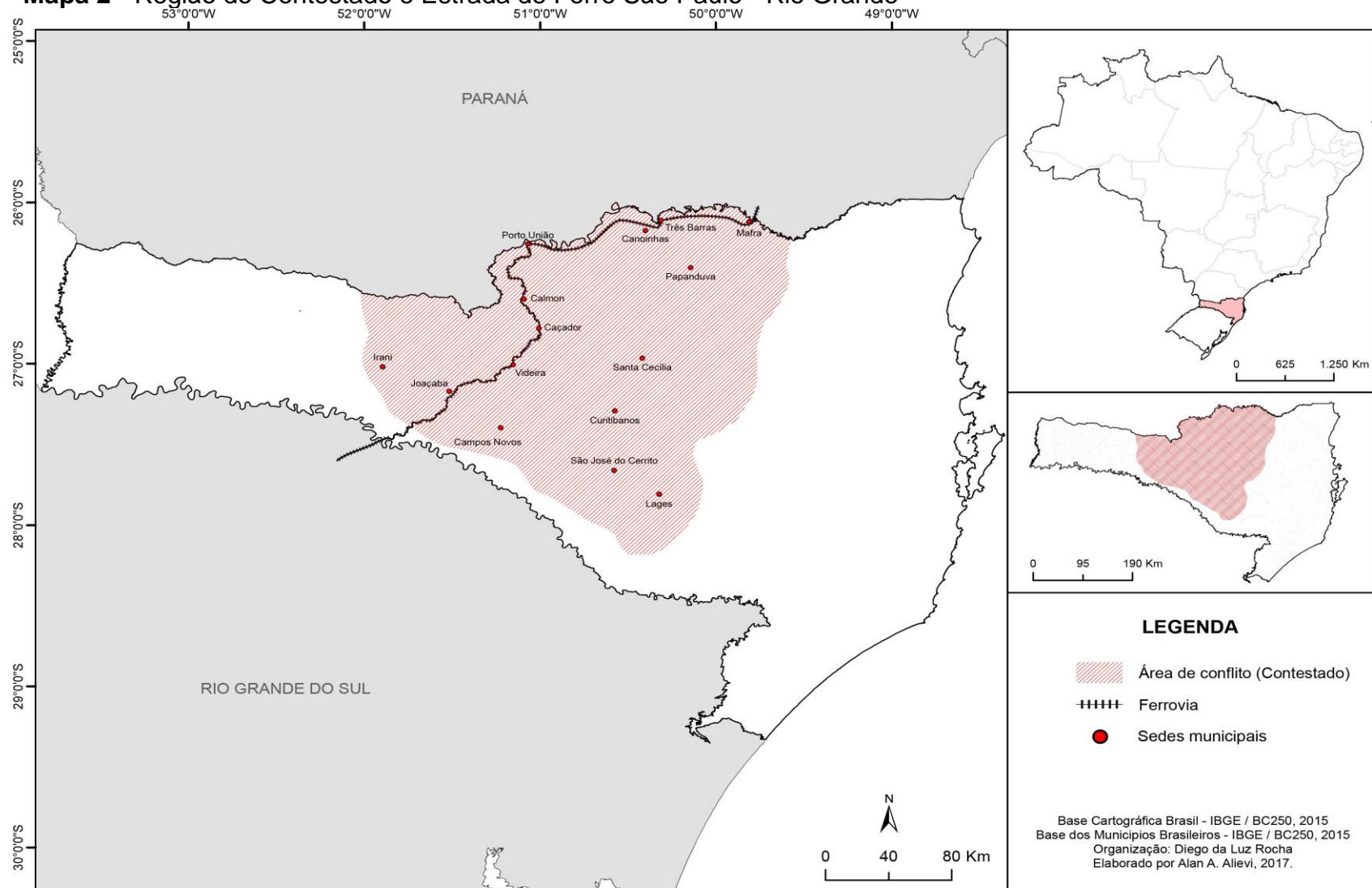
Stenghel foi responsável em construir o trecho mais difícil da ferrovia e mesmo com os prazos atrasados, o engenheiro conseguiu entregar cada trecho dentro do previsto, através de uma campanha de salários compensadores, atraindo cerca de quatro mil homens. Em 3 de abril de 1909, o Presidente da República Affonso Augusto Moreira Penna, abriu o trecho entre União da Vitória e Taquaral Liso, no total de 103 quilômetros (SCAPIN, 1996). Com o prazo de esgotando, no mesmo ano, cerca de 5.500 homens foram integrados para finalizar as obras. Mas foi no ano de 1910 que o trecho até Pinheiro Preto foi entregue e aberto e liberado ao tráfego. Nesse período também foram entregues as estações de Rio Caçador Rio das Antas, Rio das Pedras (Videira) e Pinheiro Preto.

Portanto, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande foi possível pela concessão de terras tanto do Estado brasileiro quanto pelo governo de Santa Catarina, este último dando continuidade nas obras no interior do estado. Uma vez concedido o direito de construção da Estrada de Ferro ao empresário norte-americano para dar prosseguimento nas obras, houve investimento na criação de outros empreendimentos, tais como a Southern Brazil Lumber and Colonization Company que atuou na exploração de madeira. Percebe-se que os interesses de ocupar o Oeste catarinense resultaram na construção de uma ferrovia que ligava quatro estados brasileiros. Pertile (2008, p. 67), deixa claro o interesse do governo de Santa Catarina em querer ocupar o Oeste do estado, ao afirmar que "nesse sentido, o governo decidiu conceder o direito de colonizar as demais terras localizadas entre o extremo Oeste e o Vale do Rio do Peixe". Radin (2001, p. 35) afirma que "o contrato que apresentava a proposta original (e mesmo os posteriores) de construção da estrada garantia diversos privilégios, especialmente relacionados à concessão de terras, as quais deveriam destinar-se à formação de núcleos coloniais". É importante ressaltar que a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, foi um esforço do governo catarinense em ocupar o "vazio demográfico" existente na região Oeste e extremo Oeste do estado. A partir desse contexto, inicia-se o conflito entre empresas colonizadoras e caboclos.

### 1.1.2. Contestado

Após a entrega de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, pela Brazil Railway, o governo de Santa Catarina pagou essa dívida concedendo mais terras no Vale do Rio de Peixe, dando direito para a Companhia explorar as riquezas ao longo das margens do rio. Conforme Queiroz (1966) essa concessão foi de quinze quilômetros para cada lado da linha férrea, causando revoltas nos caboclos que habitavam essas terras e originando a Guerra do Contestado entre 1912-1916. No mapa 2, observa a região do Vale do Contestado e a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande.

**Mapa 2 - Região do Contestado e Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande**



**Fonte:** Pertile, 2008. Base Cartográfica Brasil - IBGE, 2015. Elaborado: Alan Alves. Alievi, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Mas, quem eram os caboclos? Caboclo, o habitante do Contestado, mantinha um modo de vida dependente da agricultura, criação de animais e exploração da mata nativa. Tomporoski (2013, p. 47) destaca que: "após o apossamento da terra, construía seu rancho com as próprias mãos, utilizando a madeira de seu terreno". Também constituía uma pequena roça cabocla, de culturas variadas, assegurando certa porção de alimentos durante praticamente todo o ano, sem esquecer das frutas e do pinhão que suplementavam a alimentação. Os pequenos animais, em geral galinhas e porcos, conviviam com ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caça e lida com os animais. Mantinha, ainda, uma arma para a caça, proteção da posse, da honra e da vida.

A agricultura de subsistência, aliada à criação dos pequenos animais citados, compunha a base da sobrevivência dos caboclos da região contestada, sendo que o excedente produzido podia ser trocado por mercadorias que não podiam ser produzidas em suas propriedades. A troca poderia ser efetuada com os bodegueiros ou com os tropeiros, objetivando adquirir produtos essenciais como sal para conservar carne, pólvora para ativar o rifle, querosene para iluminar o rancho, açúcar amarelo, o café e a cachaça.

Com relação a expropriação dos caboclos, segundo Fraga (2010), para explorar os recursos concedidos pelo governo do estado, a Brazil Railway expulsou do seu domínio de terras todos aqueles que não tinham título de propriedade a partir de 1911. Embora essa medida de despejo fosse contra a Lei de Terras, o governador do Paraná e vice-governador Affonso Camargo, que era advogado da Brazil Railway, reconheceram o direito da Companhia em extrair as riquezas. "Aos posseiros que ousava se opor às medidas de despejo, a Brazil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados" (FRAGA, 2010, p. 123).

Com total apoio do governo de Santa Catarina e do Paraná, a Brazil Railway inicia um novo empreendimento para explorar as terras às margens da ferrovia. Surge então a subordinada Southern Brazil Lumber and Colonization Company, do empresário norte-americano Percival Farquhar. Segundo Valentini (2009), depois da inauguração da ferrovia, a Lumber e a Brazil Development & Colonization Company foram as protagonistas de grandes transformações no Vale do Rio do Peixe. Logo

depois que a Lumber foi criada, segundo Fraga (2010), a empresa comprou 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximos de Canoinhas, onde determinou vários contratos com fazendeiros para ceder pinheiros e madeiras de lei.

Ao longo de Rio do Peixe, precisamente em Três Barras/SC, foi construída uma serraria à margem da Estrada de Ferro e outra serraria em Calmon/SC, todas em pontos estratégicos para escoamento de mercadorias. O problema maior foi quando, segundo (FRAGA, 2010, p. 126-127) "extasiado diante de tanta madeira, Farquhar se esqueceu de colonizar as terras recebidas dentro do que acompanha a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e decidiu expulsar os posseiros que, há dezenas de anos, viviam na região".

A Guerra do Contestado foi, segundo Galeano (1986), uma das maiores guerras civis do continente americano, já que o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. Mas são muitos os Contestado que se conectam nessa rede que compõe os atuais territórios de Santa Catarina e Paraná, os quais também foram definidos pela Guerra. Para Fraga (2010), este é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam eles de ordem política, social, econômica, cultural ou religiosa. Segundo Heinen (1997, p. 43) "a luta do Contestado foi violenta, cruel e de grandes proporções".

Os sobreviventes se juntaram em redutos e iniciaram sua luta pela reintegração de terras, independentemente de possuir ou não as escrituras exigidas pelos estrangeiros ou pelo próprio governo brasileiro. "O cúmulo da guerra chegou quando o próprio Exército Brasileiro foi convocado para lutar contra o que se chamava de insurgentes, fanáticos, jagunços" (SCHULER, 2012, p. 444).

Como pretexto para justificar a invasão e a matança de milhares de caboclos, usou-se o artifício das questões de território entre Paraná e Santa Catarina e o boato de que os caboclos eram subversivos querendo a volta da Monarquia. Ainda segundo Schuler (2012, p. 446) "pouco sobrou dos redutos para contar a história, pois foram dispersos e destruídos, sendo que a maioria dos territórios foram engolidos por propriedades particulares, cercadas e consumidas pelo plantio de *pinus*".

A Guerra do Contestado foi a disputa de terras entre posseiros e o avanço do capital sobre a região do Vale do Contestado. Tal conflito teve grande participação do governo do estado de Santa Catarina, quando concedeu grandes

partes de terras ao empresário norte-americano Percival Farquhar, dando a ele carta branca para explorar e expulsar posseiros e caboclos de suas terras. Nesse contexto, disputava-se também os limites de território entre Paraná e Santa Catarina. O conflito armado levou à morte aproximadamente vinte mil caboclos.

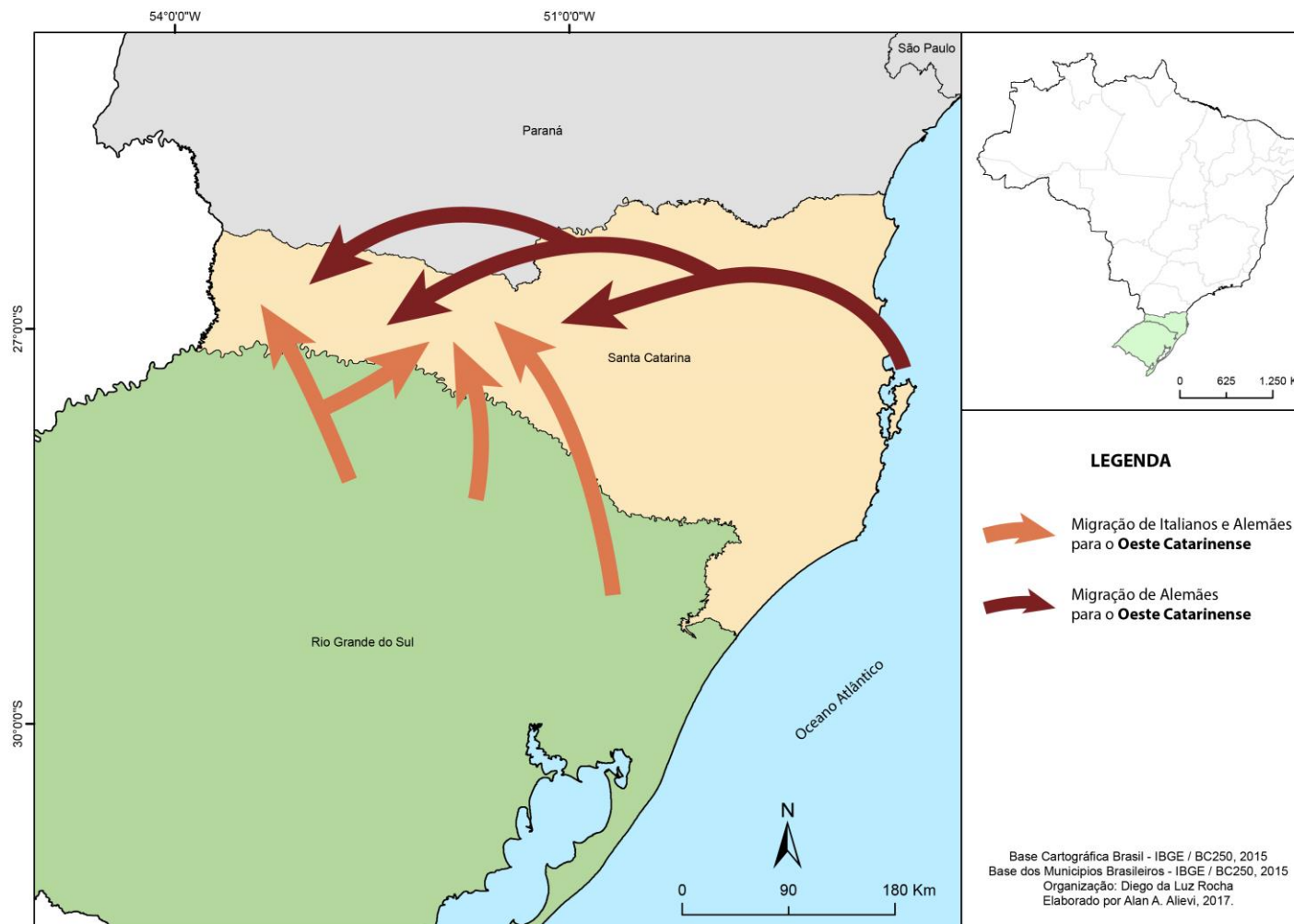
A partir do ano de 1917, a Região do Vale do Rio do Peixe inicia outra fase, correspondente à chegada de migrantes alemães e italianos, vindos do norte do Rio Grande do Sul e se instalando na região Leste de Santa Catarina, depois vindo para o Oeste do estado. Segundo Radin (2001):

As mudanças ocorridas na região contestada no início do século XX marcaram para sempre a sua história. A construção da estrada de ferro, por exemplo, foi sem dúvida o símbolo da penetração capitalista no vale do Rio do Peixe e, por extensão, em toda a região circunvizinha. Esta, num tempo relativamente curto, foi colonizada, explorada e integrada aos centros dinâmicos da economia nacional e até internacional (RADIN, 2001, p. 36).

Radin (2001) retrata muito bem a intenção tanto do governo federal, do estadual como o empresário norte-americano na exploração intensa de recursos naturais e na integração com outras localidades do país através das redes de fluxos. Com a ocupação dos migrantes italianos e alemães logo após a Guerra do Contestado, inicia-se o processo de consolidação do planejamento político e econômico para região Oeste de Santa Catarina.

### 1.1.3. Ocupação migratória

O processo de ocupação dos migrantes italianos e alemães em maiores quantidades, vindos do Rio Grande do Sul, teve início nas primeiras décadas do século XX, logo após a Guerra do Contestado e da finalização da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. No mapa 3, é possível observar o fluxo migratório dos italianos e alemães que ocuparam o Oeste catarinense.

**Mapa 3 - Fluxos de migrantes italianos e alemães para Oeste catarinense**

**Fonte:** Base Cartográfica do Brasil - IBGE, 2015. Elaborado por: Alan A. Alievi, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Radin (2001) vai abordar a importância da estrada de ferro como meio de atrair os migrantes:

A construção da estrada de ferro fomentou investimentos na região, de modo especial ligados à exploração de madeiras e da venda de terras aos colonos. Por vezes as duas atividades eram realizadas por uma mesma empresa. Este foi o caso do Sindicato Farquhar, que criou uma empresa colonizadora, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Esta empresa negociou terras nas proximidades da ferrovia, com a promessa ao governo de, nelas, promover a fundação de núcleos coloniais, o que se daria, no entanto, depois de explorar a madeira, como o pinheiro, a imbuia e o cedro que nelas eram abundantes. Há de se observar que as empresas, assim procedendo, aumentavam muito seus lucros, pois, além de ganharem com a madeira, valorizavam as terras, que, desmatadas, era mais facilmente vendidas aos colonos, desejosos de logo desenvolver as atividades agrícolas. Destarte, a penetração brusca das empresas capitalistas provocou uma série de mudanças na região, criando um quadro propício para a colonização das terras, as quais passam a ser ocupadas legalmente pelos migrantes vindo em sua maioria do Rio Grande do Sul (RADIN, 2001, p. 34).

Nesse período entre 1910 a 1950, o governo catarinense concedia terras para empresas ficarem encarregadas de colonizar o Oeste do estado, a preços baixos. Segundo Espíndola (2002):

Nas primeiras décadas do século XX, efetivou-se definitivamente a colonização do estado de Santa Catarina. Várias empresas de colonização - como a Southern Brazil Lumber and Colonizations Co (multinacional americana), a Sociedade territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia (Caxias do Sul) e capitais do Rio Grande, dentre outras - intensificaram o comércio de terras no Oeste catarinense, retalhando-o em lotes de 200 a 300m de largura por 1km de profundidade que seriam vendidos a descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, São Leopoldo, Novo Hamburgo entre outros) (ESPÍNDOLA, 2002, p.26).

Conforme Espíndola (2002) havia várias empresas colonizadoras em Santa Catarina, promovendo a ocupação do Oeste do estado e o início de atividades econômicas na região, agora com infraestrutura para escoamento de mercadoria com a construção finalizada da ferrovia. Com isso, o próprio estado tinha interesse na ocupação da região Oeste, que segundo Pertile (2008):

No que se refere às concessões de terras pelo Estado, a importância residia em assegurar o seu domínio político e a posterior fonte de geração de riqueza para o próprio estado. Inicialmente, uma das principais tributações recebidas pelo Governo estava na exportação de erva-mate e da madeira. Esta se expandiu de forma expressiva com a colonização, pois com a chegada dos migrantes, era

necessário retirar parte da mata restante para a construção das moradias e praticar a agricultura (PERTILE, 2008, p. 68).

Na imagem 1, pode-se observar as primeiras casas dos migrantes na Vila de Rio da Pedras.

**Imagem 1** - Vila do Rio das Pedras em 1917



**Fonte:** Museu do Vinho Mario de Pellegrin, 2017.

Na imagem 1, observa-se as primeiras casas dos italianos e alemães recém chegados na região Oeste de Santa Catarina em 1917, sobretudo, no Vale do Rio do Peixe. Outro elemento fundamental de atração de migrantes para esta localidade é a presença da linha férrea ao lado esquerdo do Rio do Peixe. Após alguns anos, a vila que se chamava Rio das Pedras, passou a ser Vila de Perdizes, com intenções de atrair mais migrantes para o local. Com a quantidade de italianos e alemães chegando, logo constituíram-se duas vilas a de Perdizes e Vitória.

É interessante analisar que, além dos interesses políticos e econômicos do estado, outro fator foi muito importante para chegada de italianos e alemães na região Oeste do estado foi a falta de áreas rurais no Rio Grande do Sul. Para Pertile (2008):

Dessa forma, os produtores gaúchos, em sua maioria descendentes de italianos e alemães, viam como solução para esses problemas a compra de terras e sua transferência para o Oeste de Santa Catarina onde os preços eram acessíveis para a época. Isso ocorreu principalmente com casais jovens, os quais iriam constituir sua

família nesse estado vizinho. Há que se ressaltar a importância da propaganda (radiofônica e impressa) realizada pelas empresas colonizadoras para atrair a população para Santa Catarina. Para tanto, eram enfatizadas as vantagens das terras novas como a fertilidade do solo. Os migrantes haviam deixado para trás terras "cansadas", desgastadas e com baixa fertilidade. Além disso, especialmente no Vale do Rio do Peixe, a existência da estrada de ferro indicava maiores possibilidades na comercialização do excedente (PERTILE, 2008, p. 69-70).

O instrumento para atrair migrantes para o Oeste de Santa Catarina, sobretudo para o Vale do Rio do Peixe, foi a propaganda que descrevia a região como uma área de solo fértil e a presença da ferrovia, como também o preço da terra que era baixo, tendo como resultado a quantidade de italianos e alemães na região citada acima. Vale ressaltar o que era desenvolvido no interior das propriedades, que, segundo Espíndola (2002):

No interior dessas pequenas propriedades os produtores plantam milho, alfafa, trigo, feijão, mandioca, criam porcos, galinhas, e desenvolvem a colheita da erva-mate e a extração da madeira. Paralelamente, confeccionam suas casas, seus galpões, suas ferramentas de trabalho, entre outras. Trata-se, portanto, da constituição do complexo rural sul brasileiro, predominantemente de pequenos produtores mercantis de origem européia (ESPÍNDOLA, 2002, p. 28).

Na contribuição de Espíndola (2002), é possível observar o fortalecimento e o crescimento das vilas situadas nas margens do Rio de Peixe, com por exemplo as Vilas de Perdizes e Vitória, que ao longo de poucos anos obtiveram um expressivo aumento de tamanho com atividades econômicas voltadas para agricultura e na criação de aves e suínos a partir da década de 1920.

É nesse contexto que a região Oeste de Santa Catarina é ocupada com mais intensidade, visto pela forte propaganda para atrair migrantes à região Oeste catarinense. Muitos foram direcionados para as margens do Rio do Peixe, formando pequenos aglomerados (vilas) de pessoas, que se tornariam, mais tarde, as inúmeras cidades do Vale do Rio do Peixe. Na imagem 2, pode-se observar as vilas de Perdizes e Vitória em 1932, com significativo número de casas às margens do rio, notando o crescimento de pessoas desde o ano de 1917 quando era ainda a Vila do Rio da Pedras.

**Imagem 2** - Vista parcial das vilas de Perdizes e Vitória - 1932



**Fonte:** Museu do Vinho Mario de Pellegrin, 2016.

Na imagem acima, nota-se duas vilas, sendo que do lado direito da margem do rio, ficava a vila de Vitória (alemães) e do lado esquerdo da margem do rio a vila de Perdizes (italianos). Neste período, as atividades econômicas eram bastante expressivas, pois já havia a produção de derivados do porco, fabricados pela agroindústria Perdigão.

O Rio do Peixe separava essas duas vilas como também dividia os dois maiores grupos de migrantes neste local, não tendo alterações políticas e administrativas até meados da década de 1940, quando deixaram de ser distrito de Campos Novos para se unir e formar o município de Videira, precisamente emancipado em 1944 (SCAPIN, 1996).

Entre as década de 1940 e 1950, Videira apresentava grande mudanças em sua infraestutura, até pelo fato de ter a Perdigão como maior agroindustrial local, como é possível observar na imagem 3 a ponte que beneficiava a passagem de pessoas entre as margens do Rio do Peixe.

**Imagem 3** - Videira na década de 1950



**Fonte:** Museu do Vinho Mario Pellegrin, 2017.

Na imagem é possível observar a construção do frigorífico da Perdigão na margem direita do Rio do Peixe e da ponte ao lado da indústria de alimentos que auxiliava a travessia de pessoas. O crescimento da população também é notado na imagem, sobretudo nos arredores do frigorífico.

Nas décadas de 1960 e 1970 a cidade de Videira continua crescendo gradativamente, pois ainda neste período a população rural era maior que a urbana. Mas foi nos anos de 1980 que o número de pessoas morando na cidade teve um crescimento acentuado, devido a construção de outra unidade industrial da Perdigão nos distrito de Rio das Pedras, pertencente a Videira. Essa nova unidade acarretou um crescimento populacional na área urbana extremamente acelerado, passando de

10.915 pessoas em 1970 para 18.645 em 1980, enquanto nesse mesmo período a população rural tinha 10.949 em 1970, caindo para 9.507 em 1980, ou seja depois de 30 anos o número de pessoas na área urbana ultrapassa a área rural. Esses dados são importantes para mostrar o quanto o espaço urbano foi alterado com a nova unidade de fabricação de ração na cidade. Na imagem 4, segue a unidade industrial da Perdigão em 1980.

**Imagem 4** - Unidade industrial da antiga Perdigão no distrito de Rio da Pedras em 1980.



**Fonte:** Museu do Vinho Mario de Pellegrin, 2017.

A partir da emancipação do município de Videira, é possível trabalhar os dados estatístico do município e analisar as transformações sociais e econômicas que a Perdigão proporcionou ao longo de várias décadas, até o período posterior à fusão. Na imagem 5, pode-se observar a cidade de Videira na atualidade, podendo notar seu crescimento populacional.

**Imagem 5** - Vista parcial da cidade de Videira em 2017.



**Fonte:** Diego da Luz Rocha, 2017.

Faz necessário analisar os resultados para Videira durante o ano da fusão e após 2009, bem como observar se os indicadores socioeconômicos apresentaram oscilações mediante a nova conjuntura industrial na cidade. No próximo capítulo, os dados socioeconômicos irão compor a discussão no sentido de constatar se houve mudanças econômica e sociais para Videira.

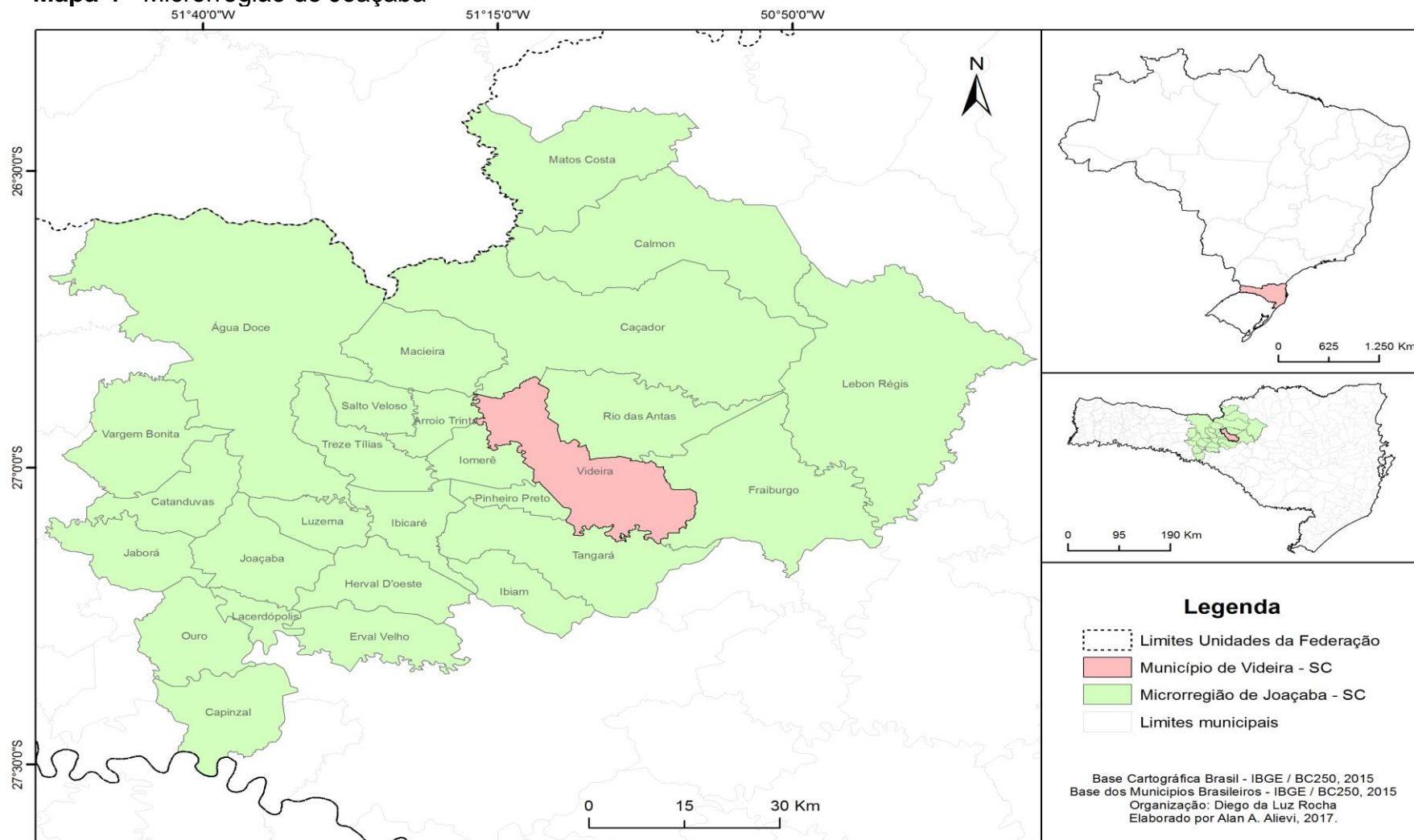
## 1.2. VIDEIRA COM A PERDIGÃO E COM A BRF

Como foi pontuado, a Perdigão exerceu uma grande influência no município, de modo que será importante reconhecer como Videira se comportava econômica e socialmente nos períodos anteriores e posteriores à fusão. Foi no crescimento da Perdigão que o município de Videira ganhou destaque a nível regional e nacional, pois estava localizada em seu território uma das maiores agroindústrias do Brasil, cuja expansão iniciou a partir de 1950 com instalações de várias unidades e com as aquisições de muitos empreendimentos na região. Destaca-se a participação societária em diversas empresas, tais como Madeira Rio Bonito Ltda. (Tangará/SC),

Sociedade Industrial Madeireira Ltda. (Videira/SC), Sociedade de Vinhos Catarinense Ltda. (Videira), Nodari SA - Comercial e Importadora (Curitiba/PR), Companhia de Força e Luz de Videira (Videira/SC), podendo notar a influência que a Perdigão tinha desde 1950 (TASSARA, 1996).

Nesse sentido, é importante representar a microrregião em que o município de Videira está inserido. Observe o mapa 4.

**Mapa 4 - Microrregião de Joaçaba**



**Fonte:** Base Cartográfica Brasil - IBGE, 2015. Elaborado por: Alan Alves. Alievi, 2107. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

No mapa 4, é possível observar que Videira está inserida na microrregião de Joaçaba no Oeste de Santa Catarina. Tal microrregião respeita a lógica existente no restante do estado, em que os municípios são caracterizados por terem pequena área e população.

Para iniciar uma discussão sobre o município de Videira é essencial apresentar alguns dados estatísticos que ajudará entender se houve uma dinâmica econômica e social ao longo dos anos, levando em consideração as influências não apenas da fusão, mas da crise hipotecária de 2008 que ocorreu nos Estados Unidos da América, que, em segundo momento, afetou o mercado brasileiro. No quadro 1, observa-se a evolução populacional de Videira entre 1950-2010.

**Quadro 1** - População urbana e rural em Videira 1950-2010

Situação	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Total</b>	23.625	26.445	21.864	28.139	35.922	41.278	46.641
<b>Urbana</b>	3.180	8.662	10.915	18.645	27.234	35.787	42.856
<b>Rural</b>	20.445	17.783	10.949	9.507	8.688	5.802	4.332

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos 1950-2010. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Nota-se a evolução populacional do município de Videira no período que corresponde 1950-2010, nas áreas urbana e rural. Na década de 1950, a população rural videirense ultrapassava a urbana com 20.445 pessoas, contra 3.180 na área urbana, um forte indicativo que as atividades econômicas se concentravam mais na área rural. Na década seguinte, o número de pessoas na cidade passou por um pequeno crescimento, mas ainda se mantinha abaixo da área rural com 17.783 pessoas. Tal situação começou a mudar a partir dos anos 1970, com uma diferença de apenas 34 pessoas entre população rural e urbana.

Mas, foi na década de 1980 que o município apresentou mudanças bruscas na população total, tanto na urbana quanto na rural. Enquanto na década de 1970 a diferença entre área rural e urbana era baixa, em 1980 esta diferença alcançou 9.138 pessoas. Nesse mesmo período, a Perdigão passava por um processo de ampliação de suas unidades em Videira, concomitantemente, deu-se mais prioridade

ao sistema de produção agropecuário de integração, sistema pelo qual exige-se do produtor uma série de medidas que visavam a qualidade da matéria-prima. Mesmo que nem todos produtores enquadrassem-se no sistema de integração, a observação é pertinente ao demonstrar numericamente a migração daqueles que não puderam se tornar integrados para o meio urbano, entre outros fatores.

Nas décadas seguintes a população urbana continuou aumentando em relação a rural, mas no período de 70 anos a população do município cresceu cerca de 23.016 pessoas, ou seja, o equivalente a uma taxa de crescimento de 32% nesse período. Se considerar as unidades industriais da Perdigão na cidade, o crescimento populacional não foi significativo, visto que não havia outra grande indústria do porte da Perdigão, mas, sim, outras pequenas e médias empresas (como Master, Videplast e Prevemax) que prestavam serviço para agroindústria local. Segundo IBGE (2010), a taxa de crescimento médio anual da população em Videira é de 1,35%.

No quadro 2, está a população do estado de Santa Catarina, podendo notar a relação entre o crescimento populacional urbano e rural.

**Quadro 2 - População urbano-rural do estado de Santa Catarina 1950-2010 (Mil)**

<b>Ano</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>1950</b>	362,7	1.197,8	1.560,5
<b>1960</b>	695,3	1.451,6	2.146,9
<b>1970</b>	1.266,7	1.663,7	2.930,4
<b>1980</b>	2.201,4	1.486,3	3.687,7
<b>1991</b>	3.205,6	1.332,6	4.538,2
<b>2000</b>	4.217,9	1.138,4	5.356,4
<b>2010</b>	5.247,9	1.000,5	6.248,4

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos e Contagem da População 1950-2010. Ogr.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Na década de 1980, tanto em todo estado de Santa Catarina quanto em Videira, o aumento da população urbana foi bastante perceptível, pelo fato da diversificação no setor industrial do estado e a necessidade de mão de obra nas indústrias. É possível notar a diminuição da população rural depois dos anos 1980

no estado, resultado do fortalecimento do processo de industrialização, expansão e modernização industrial que o estado passou.

No quadro 3, observa-se que a redução da população rural nas mesorregiões do estado de Santa Catarina, no período de 2000-2010, também resultado da diversificação das indústrias em Santa Catarina.

**Quadro 3 - Taxa de crescimento populacional por mesorregião (%) - 2000 e 2010**

<b>Mesorregião Geográfica</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>Oeste</b>	0,73	2,05	-1,95
<b>Norte</b>	1,68	1,96	-0,10
<b>Serrana</b>	0,14	0,62	-1,72
<b>Vale do Itajaí</b>	2,44	2,90	-0,33
<b>Grande Florianópolis</b>	2,16	2,36	0,08
<b>Sul</b>	1,18	2,16	-2,19
<b>Santa Catarina</b>	1,55	2,21	-1,28

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000-2010. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

É interessante ressaltar, comparando todas as mesorregiões do estado de Santa Catarina, as duas que mais tiveram redução na população rural foram o Sul e Oeste. Esta última se caracteriza pela forte presença da agroindústria e pela mudança de trabalho na área rural. As dificuldades de manter a produção de suínos conforme as exigências das agroindústrias locais podem ser fatores capazes de explicar êxodo rural no período, dado que o produtor necessitava dispor de uma determinada quantidade de terra para cultivar o milho consumido pelos suínos. Conforme Pertile (2008):

[...] as empresas com as quais os produtores comercializam os suínos exigem deles o cultivo de, pelos menos, 70% do milho consumido pelos animais. Assim, a criação de suínos está estreitamente relacionada com o tamanho da propriedade, ou seja, quanto maior a propriedade, maior a possibilidade de cultivar e maior pode ser a quantidade de suínos nela criada (PERTILE, 2008, p. 97).

Com isso, os produtores que não tinham o tamanho da propriedade dentro do exigido pelas agroindústrias, considerando a necessidade de produzir parte o milho e suíno, acabavam não conseguindo vender sua mercadoria, tendo dificuldade para ter uma fonte de renda para família. Muitos optaram por morar na área urbana considerando o aumento do setor industrial em Videira e na região Oeste de Santa Catarina, tendo em vista a necessidade de mão de obra existente.

Dentro desse contexto, o quadro 4 apresentará a taxa média de crescimento anual da população em Videira, e o quadro 5 a densidade demográfica do município, como de Santa Catarina e do Brasil.

**Quadro 4** - Taxa de crescimento médio anual da população de Videira, Santa Catarina e Brasil 2000/2009

Videira	Santa Catarina	Brasil
1,3%	1,5%	1,35

**Fonte:** Sebrae, 2010. Santa Catarina em Números. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

**Quadro 5** - Densidade demográfica de Videira, Santa Catarina e Brasil 2009

Videira	Santa Catarina	Brasil
122,8	64,2	22,5

**Fonte:** Sebrae, 2010. Santa Catarina em Números. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Para confirmar a saída dos produtores da área rural para urbana, o quadro 6, representa a quantidade de estabelecimentos agropecuários e os hectares por propriedade ao longo de três décadas.

**Quadro 6 - Estrutura Fundiária da região Oeste de Santa Catarina - 1970 a 1996**

Estratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	ha	%	Nº	%	Ha	%
<b>Menos de 10</b>	19628	37	102727	9,9	26869	40,8	143414	10,8	29881	34	166546	7,7
<b>10 e menos de 20</b>	16670	31,4	228063	22	22151	33,5	304133	22,9	31752	36,1	449645	20,7
<b>20 e menos de 50</b>	14442	27,2	417476	40,3	14259	21,7	408737	30,7	20767	23,7	612030	28,3
<b>50 e menos de 100</b>	1780	3,4	117836	11,4	1933	2,9	128222	9,6	3490	4	230965	10,7
<b>100 e menos de 200</b>	349	0,6	46679	4,5	440	0,6	59405	4,4	1081	1,2	144718	6,7
<b>200 e mais</b>	202	0,4	123387	11,9	322	0,5	287690	21,6	889	1	559972	25,9
<b>TOTAIS</b>	53072	100	1036167	100	65977	100	1331607	100	87860	100	2163880	100

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

O quadro 6 retrata a estrutura fundiária da região Oeste de Santa Catarina, mostrando que a região, em sua maioria, é constituída pela pequena propriedade. Segundo o IBGE, estas propriedades variam entre 18 a 72 ha, enquanto de 73 até 270 ha são classificadas como médias propriedades e acima de 270 ha como grandes. Nesse sentido, percebe-se que na região, tal qual em Videira, a concentração de terra não acontece, visto que o tipo de produção e fornecimento de matéria-prima para agroindústria acaba por não permitir muitas propriedades de médio a grande porte. Soma-se a isto, a forte presença da agricultura familiar encontrada em todo o Oeste catarinense.

Outro dado importante é que o número de estabelecimentos de menos de 10 ha, de 10 e menos de 20 ha e de 20 e menos de 50 ha, aumentaram em toda região Oeste catarinense, reforçando a presença da pequena propriedade. É notável que as propriedades de médio a grande porte tiveram crescimento, mas com menos expressividade com relação à pequena.

Com a discussão sobre população urbana e rural e da concentração fundiária é possível ressaltar outros indicadores socioeconômicos de Videira, justamente para compreender as mudanças em alguns setores. No Quadro 7, observa-se a variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre 1991 a 2010.

Antes de analisar o quadro 7, é interessante destacar os tipos de níveis do IDH, sendo que a pontuação de 0,800 a 1,000 é considerada muito alta; de 0,700 a 0,799 é alta; de 0,600 a 0,699 é considerada média, de 0,500 a 0,599 baixa e o último lugar compreende a 0,000 a 0,499, classificada como muito baixa (IBGE, 2013).

**Quadro 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Videira/SC**

<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)</b>			
<b>Variável</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM</b>	0,559	0,683	0,764
<b>IDHM de Renda</b>	0,664	0,706	0,772
<b>IDHM de Longevidade</b>	0,793	0,835	0,857
<b>IDHM de Educação</b>	0,331	0,540	0,675

**Fonte:** IBGE - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

O de IDHM de Educação ficou na posição média, tendo pouco aumento ao longo de 19 anos, podendo notar que a educação no município foi a que menos cresceu, se comparada com os outros índices do IDHM no quadro. Em contrapartida o IDHM de renda e longevidade foram os que mais cresceram em Videira, mostrando que a população tem uma taxa muito alta de longevidade e uma crescente distribuição de renda, dado que será analisado a seguir, com a gráfico do PIB Municipal e de distribuição de renda no período de 1999 a 2014, levando em consideração dois momentos, antes e após a fusão entre Perdigão e Sadia.

Mediante esses números, fica evidente que a variação do IDHM é alta, apresentando uma variação de 0,205. Mesmo assim, ainda não atinge o nível mais alto segundo o IBGE (2013), tendo na variação da educação um dos fatores responsáveis pelo seu desempenho.

Esses índices auxiliarão a observar se houve impacto no PIB e na distribuição na renda per capita em Videira, sobretudo, no período pós crise hipotecária norte-americana e pós fusão entre Sadia e Perdigão. Nesse sentido, observa-se no quadro 8 o PIB e renda per capita.

**Quadro 8 - PIB e PIB per capita/hab em Videira 1999-2014**

<b>ANO</b>	<b>PIB/Mil VIDEIRA</b>	<b>PIB Per Capita/hab</b>
<b>1999</b>	535.675	13.218
<b>2000</b>	607.908	14.617
<b>2001</b>	595.278	14.032
<b>2002</b>	711.674	16.446
<b>2003</b>	853.965	19.384
<b>2004</b>	1.003.385	22.379
<b>2005</b>	1.069.252	22.941
<b>2006</b>	1.112.015	23.405
<b>2007</b>	1.283.157	26.509
<b>2008</b>	1.508.487	32.681
<b>2009</b>	1.440.601	30.922
<b>2010</b>	1.321.930	28.004
<b>2011</b>	1.481.946	31.121
<b>2012</b>	1.558.188	32.419
<b>2013</b>	1.654.509	33.244
<b>2014</b>	1.869.788	37.136

**Fonte:** IBGE - Contas Nacionais 1999-2014. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Ao analisar o PIB de Videira, observa-se que desde o ano de 1999 o mesmo estava tendo um crescimento linear e contínuo até o ano de 2008. É interessante ressaltar que, nesse mesmo ano o mundo estava passando por uma crise hipotecária nos Estados Unidos da América que, em segundo momento, ocasionou sérias consequências econômicas por diversos países, inclusive os emergentes.

Com a economia atual globalizada, não demorou para as consequências serem sentidos no Brasil, forçando o Governo Federal a tomar medidas para que o país não fosse totalmente impactado pela crise mundial de 2008.

Mas, quando a questão é analisar a queda do PIB do município de Videira, é válido pontuar que, a crise hipotecária de 2008 teve influência para diminuição do PIB, visto que, nesse período houve uma redução da oferta de emprego, uma

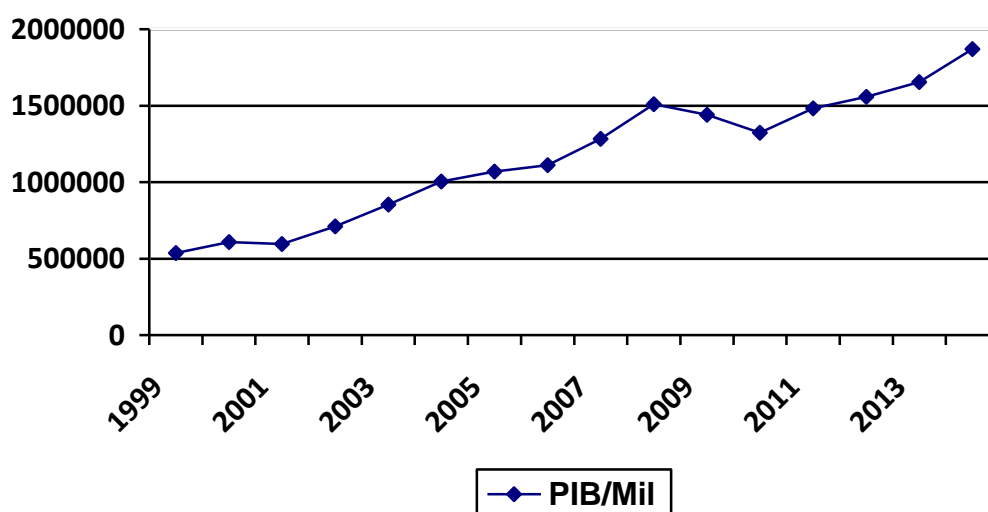
retração da atividade produtiva nacional e restrições monetárias que grande porcentagem de empresas foram submetidas, pelo fato da desconfiança de não pagarem os créditos (NARDES, 2008, p. 13).

Essas medidas acabaram por refletir negativamente a nível nacional, no que refere-se nas condições socioeconômicas do brasileiro, pois, no ano da crise hipotecária a capacidade na atividade produtiva do Brasil foi reduzida e, conseqüentemente, na geração de empregos e no PIB de Videira. Nesse sentido, a queda do PIB videirense está ligada a crise hipotecária norte-americana, que, também fez diminuir o PIB nacional, que, segundo o Tribunal de Contas da União (2008), o PIB brasileiro sofreu redução de 3,6% nos três últimos meses de 2008.

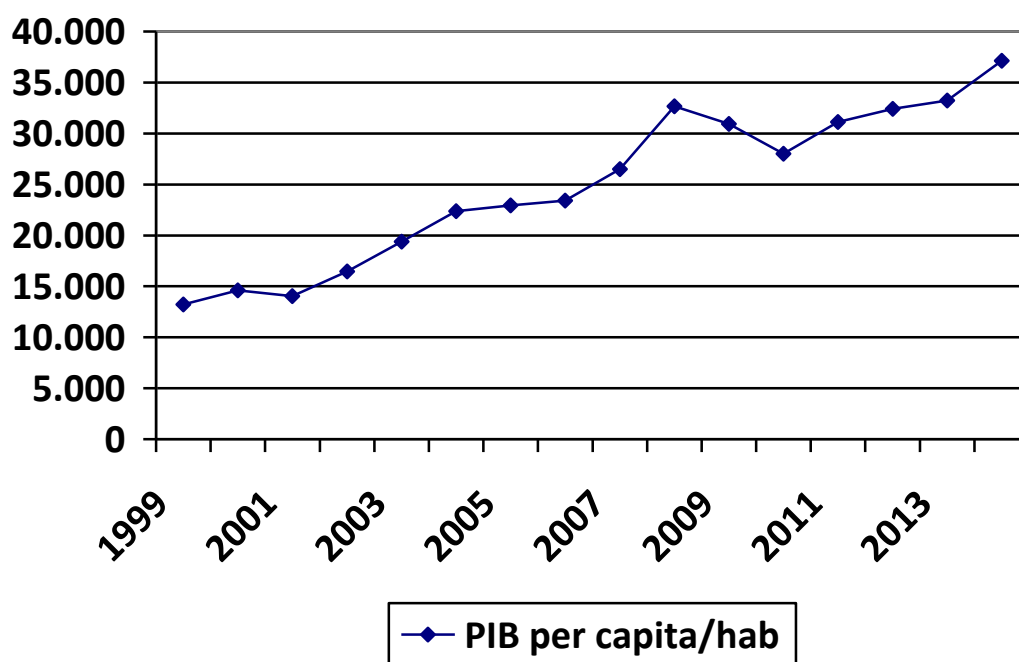
O mesmo é válido para o PIB per capita/ha, que houve uma queda logo depois da crise hipotecária, mas, voltou a crescer em 2011, devido às medidas adotadas pelo Governo Federal na tentativa aquecer o mercado interno, incentivando o consumo interno brasileiro de produtos de bens duráveis, sobretudo de automóveis e eletroeletrônicos.

Para visualizar a queda do PIB e da renda per capita ao longo de 15 anos, os gráficos 1 e 2 permitem observar o crescimento e a redução desses indicadores.

**Gráfico 1** - PIB de Videira entre 1999 a 2015



**Fonte:** IBGE - Contas Nacionais 1999-2014. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

**Gráfico 2 - PIB per capita/hab de Videira**

Fonte: IBGE - Contas Nacionais 1999-2014. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Mediante a queda perceptível do PIB e da renda per capita no município de Videira é fundamental destacar outros indicadores socioeconômicos que também tiveram redução, sobretudo quando se refere ao número de pessoas na indústria videirense de uma forma geral e na indústria de alimentos no período de 2006 a 2016. Observe o quadro 9.

**Quadro 9** - Total de admissão e desligamento na indústria em Videira/SC

<b>Ano</b>	<b>Total Admissão</b>	<b>Total Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
<b>2006</b>	2.354	2.040	314
<b>2007</b>	2.919	2.492	427
<b>2008</b>	3.345	2.962	383
<b>2009</b>	1.966	2.056	-90
<b>2010</b>	2.565	2.356	209
<b>2011</b>	3.247	3.039	208
<b>2012</b>	3.256	3.117	139
<b>2013</b>	3.570	3.452	118
<b>2014</b>	3.865	3.593	272
<b>2015</b>	3.519	3.308	211
<b>2016</b>	2.286	2.637	-351

**Fonte:** MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017.

Analisando o quadro 9, é fácil notar a queda de pessoas na indústria videirense nos anos de 2008 (crise hipotecária) e 2009. Como citado acima, sobre as consequências da crise mundial de 2008, o Brasil sofreu os impactos desde nacionalmente como nas pequenas e médias cidades, visto pelos números apresentados pela quadro no município de Videira, que não vai na contra mão do país, ou seja, o segundo setor da economia brasileira foi o que mais sentiu a crise de 2008, apresentando uma retração de 7,4% no setor industrial, segundo o Tribunal de Contas da União (2008), efeito que foi sentido em Videira.

O saldo de pessoas empregadas na indústria videirense não apresenta um crescimento linear e tampouco contínuo, valendo destacar que a partir do ano de 2008 já começa haver uma redução, chegando em 2009 ao saldo negativo de -90 pessoas. Embora haja crescimento no próximo ano, percebe-se novamente uma redução em 2016, sendo o pior número em dez anos com -357 de saldo na indústria.

Entre 2010 a 2015 o número de pessoas contratadas foi superior ao período anterior, mas o número de desligamentos foi praticamente proporcional, resultando uma maior oscilação depois de 2009, sendo mais expressivo em 2016. Neste último

ano, em função da instabilidade política e econômica do país, é possível verificar uma grande redução no número de contratações e, muito embora tenha-se demitido menos do que no período anterior, o número de demissões ultrapassou as contratações em 211 pessoas.

No quadro 10, os números remetem na indústria de alimento em Videira, podendo notar uma série de oscilações.

**Quadro 10** - Total de admissão/desligamento na indústria de alimentos em Videira/SC

<b>Ano</b>	<b>Total Admissão</b>	<b>Total Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
<b>2007</b>	1.921	1.532	389
<b>2008</b>	1.586	1.517	69
<b>2009</b>	583	524	59
<b>2010</b>	840	744	96
<b>2011</b>	1.134	965	169
<b>2012</b>	1.269	1.263	6
<b>2013</b>	1.255	1.229	26
<b>2014</b>	1.433	1.191	242
<b>2015</b>	1.168	1.062	106
<b>2016</b>	820	1.033	-213

**Fonte:** MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017.

No que concerne a indústria de alimentos em Videira, os números, de certa forma, não obedece uma crescimento contínuo, pelo contrário, aumentou e logo sofreu reduções drásticas. Fazendo uma comparação dos dois quadros acima, a indústria de alimentos em Videira, foi a que mais apresentou oscilações negativas, pois, no período da crise hipotecária em 2008, a produção de produtos que eram destinados, em grande parte para exportações, foram os que mais apresentaram saldos negativos. Outro motivo que venho a apresentar saldos negativos na indústria de alimentos em Videira foi a modernização nas unidades da BRF, ocasionando, conseqüentemente, uma redução de pessoas no chão das fábricas de alimentos ultraprocessados de Videira. Como forma de proteger a economia interna do país, o governo federal adotou algumas medidas que vieram abranger áreas muito importantes da economia, como por exemplo: a monetária, a creditícia e a cambial, segundo Tribunal de Contas da União (2008). Tais medidas foram tomadas para impulsionar a economia nacional, que, segundo Nardes (2008), o Banco Central precisou intervir no mercado de câmbio com objetivo de frear as quedas no mercado financeiro e ao mesmo tempo, o Banco Central brasileiro, concedeu novas linhas de créditos e financiamentos para continuidade da produção industrial e agrícola.

Para tanto, é importante ressaltar quais foram algumas medidas que o governo federal adotou para amenizar o impacto da crise norte-americana no Brasil, sendo uma delas, a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), justamente para fomentar o consumo interno, como também a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com objetivo de facilitar o acesso ao crédito à pessoa física. Tais medidas ajudaram a economia e o consumo do Brasil manter aquecida ao longo da crise hipotecária de 2008, logo, o terceiro setor da economia (serviço e comércio) foi o que menos sentiu o impacto da crise.

Vale destacar, tanto nos resultados na indústria em geral, quanto no específico, na indústria de alimentos, as variações são mais persistentes, haja visto nos anos de 2012 e 2016, quando o número total de desligamentos chega próximo ao total de admissão em 2012 e sendo maior em 2016, resultando em um saldo negativo de -213 pessoas, este resultado negativo acaba tendo como um dos fatores causadores, a crise política nacional.

Os quadros 11 e 12 nos mostram uma redução nos resultados de pessoas desligadas, seja na indústria alimentícia como na indústria em geral. Isso vem confirmar que não importa a especificidade do setor industrial, a crise hipotecária norte-americana impactou bruscamente o segundo setor da economia brasileira.

Para entender como o terceiro setor em Videira se comportou ao longo da crise de 2008, é interessante dissociar alguns dados, como por exemplo, analisar o serviço público separadamente com o restante. No quadro 11, pode-se observar algumas variações no serviço público.

**Quadro 11 - Saldo total do setor de serviço público em Videira 2006-2016**

<b>Serviços</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Serviço industrial de utilidade pública</b>	21	21	-4	-1	-9	0	-5	-8	5	15	0
<b>Administração pública</b>	212	146	21	-129	106	-34	30	-27	123	169	-114

**Fonte:** MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017.

É notável que o serviço público videirense apresentou uma queda bastante acentuada ao longo de uma década. O serviço industrial de utilidade pública foi o que menos cresceu no período em análise e o serviço de administração pública teve alguns anos de crescimento, mas logo alcançava índices negativos. Esses dados correspondem parte do total do setor de serviço no município de Videira, podendo constatar que, no período da crise hipotecária em 2008 até 2016 os números apresentaram de maneira negativa em boa parte desse período, sendo o setor público o que mais apresentou um saldo negativo de pessoas admitidas e desligadas. Para compreender os outros segmentos dentro do setor de serviço, no quadro 12 será possível observar algumas diferenciações entre os dois quadros.

**Quadro 12 - Saldo de serviços em Videira 2007-2016**

<b>Serviços</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Inst. de crédito</b>	2	10	10	15	37	29	20	15	5	34
<b>Comércio e administração de imóveis</b>	38	-2	48	12	-204	-558	70	-95	-126	-170
<b>Transportes e comunicações</b>	-1	41	9	62	73	98	106	17	18	-16
<b>Serv. de alojamento, alimentação, reparação</b>	63	200	122	89	52	28	30	27	3	69
<b>Serv. médicos, odontológicos e veterinários</b>	14	31	23	14	15	12	29	21	33	47
<b>Ensino</b>	-11	-13	62	20	34	3	26	-2	-36	13

**Fonte:** MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017

Antes de fazer algumas colocações é importante lembrar da crise de 2008 e a crise política no Brasil que se inicia em 2015 e tem seu auge em 2016, sendo dois fatores que influenciaram diretamente nos dados acima. Mas o que chama atenção no quadro 15 são as instituições de créditos em Videira que apresentou crescimento já em 2008 no ano em que a crise chegou ao país, mantendo sempre com saldos positivos. Quando percebe-se um aumento nesse segmento do serviço é possível afirmar que as facilidades para obtenção de créditos, tanto para pessoa física e jurídica foi facilitado como citado acima, ou seja, mesmo diante da crise, que afetou as economias de diversos países, Videira apresentou crescimento nesse sentido, deixando claro que a população videirense investia em construção de casas e de empresas, medida que fazia parte do plano de medidas adotadas pelo governo federal para manter a economia aquecida, até para evitar o desemprego em massa da população do país.

Já na área de comércio de imóveis teve uma série de saldos negativos ao longo de alguns anos, pois houve um investimento em tecnologia que lhes permitiu redução o quadro social, ou seja, de pessoas trabalhando nesse segmento.

Nesse cenário, também é possível visualizar um crescimento do saldo de pessoas nas atividades de alimentação, alojamento e serviços voltados à saúde, permitindo perceber que, mesmo com a crise, alguns segmentos do serviço puderam apresentar crescimento significativo. É pertinente ressaltar que, se todos os segmentos do serviço estivessem juntos, o resultado total seria negativo nos três últimos anos, ou seja, se faz necessário uma separação desses segmentos de serviços para compreender as variações reais.

O mesmo acontece com os dados do comércio de Videira, que serão analisados no quadro 13 e 14.

**Quadro 13 - Saldo do comércio varejista em Videira 2007-2016**

<b>Ano</b>	<b>Total Admissão</b>	<b>Total Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
<b>2007</b>	1.397	1.255	142
<b>2008</b>	1.606	1.430	176
<b>2009</b>	1.587	1.523	64
<b>2010</b>	1.634	1.465	169
<b>2011</b>	1.706	1.587	119
<b>2012</b>	1.840	1.699	141
<b>2013</b>	1.927	1.842	85
<b>2014</b>	1.834	1.860	-26
<b>2015</b>	1.576	1.607	-31
<b>2016</b>	1.547	1.527	20

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017

**Quadro 14 - Saldo do comércio atacadista em Videira 2007-2016**

<b>Ano</b>	<b>Total Admissão</b>	<b>Total Desligamento</b>	<b>Saldo</b>
<b>2007</b>	394	313	81
<b>2008</b>	483	489	-6
<b>2009</b>	323	246	77
<b>2010</b>	340	298	42
<b>2011</b>	361	339	22
<b>2012</b>	381	339	42
<b>2013</b>	343	336	7
<b>2014</b>	203	260	-57
<b>2015</b>	171	196	-25
<b>2016</b>	208	234	-26

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2006-2016. Org. Diego da Luz Rocha, 2017

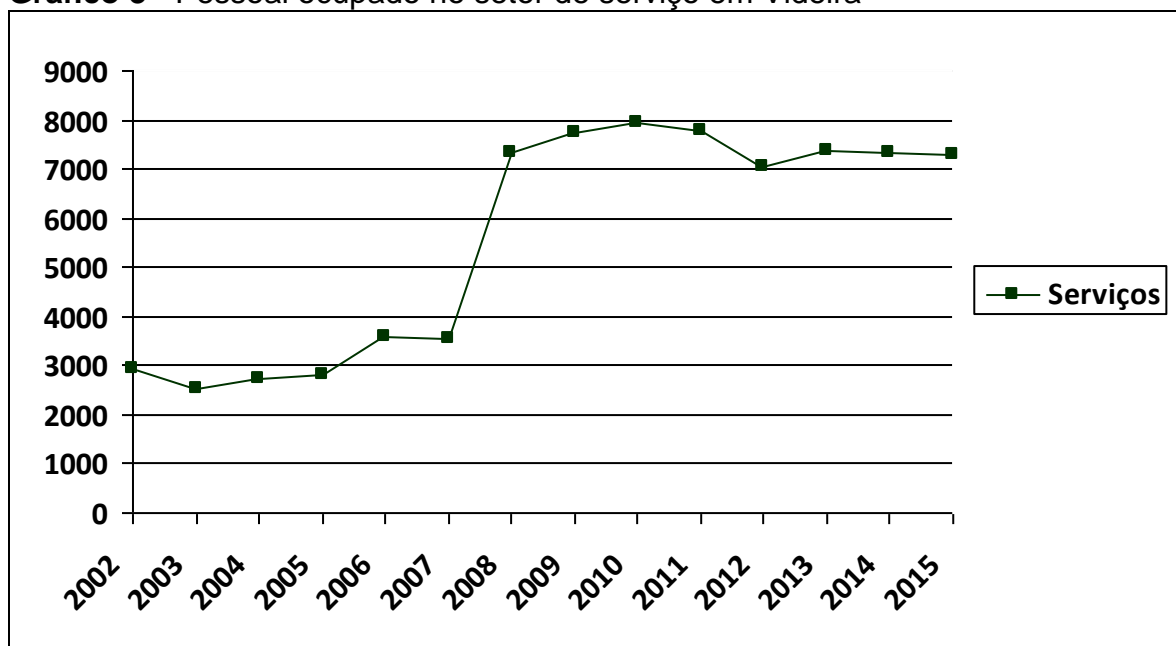
Ao analisar os quadros 13 e 14 sobre comércio varejista e atacadista, pode-se notar algumas diferenças cruciais para entender o cenário nacional diante da crise hipotecária de 2008, como das medidas adotadas pelo governo federal para blindar a economia nacional. Com isso, observando a tabela do comércio varejista no município Videira é possível um crescimento no saldo de pessoas vinculadas ao varejo, deixando claro que, ao longo de 2008 a população, além de ter mais acesso a créditos, também consumiram mais, devido a redução de impostos.

Mesmo que no ano de 2009 o saldo apresentou uma queda, mas não alcançou negativo, em 2010 os números voltaram a aumentar, comprovando que a população videirense, desde 2008 até 2014, esteve consumindo no comércio local, devido aos incentivos do governo federal, que acabou beneficiando também o segundo setor local.

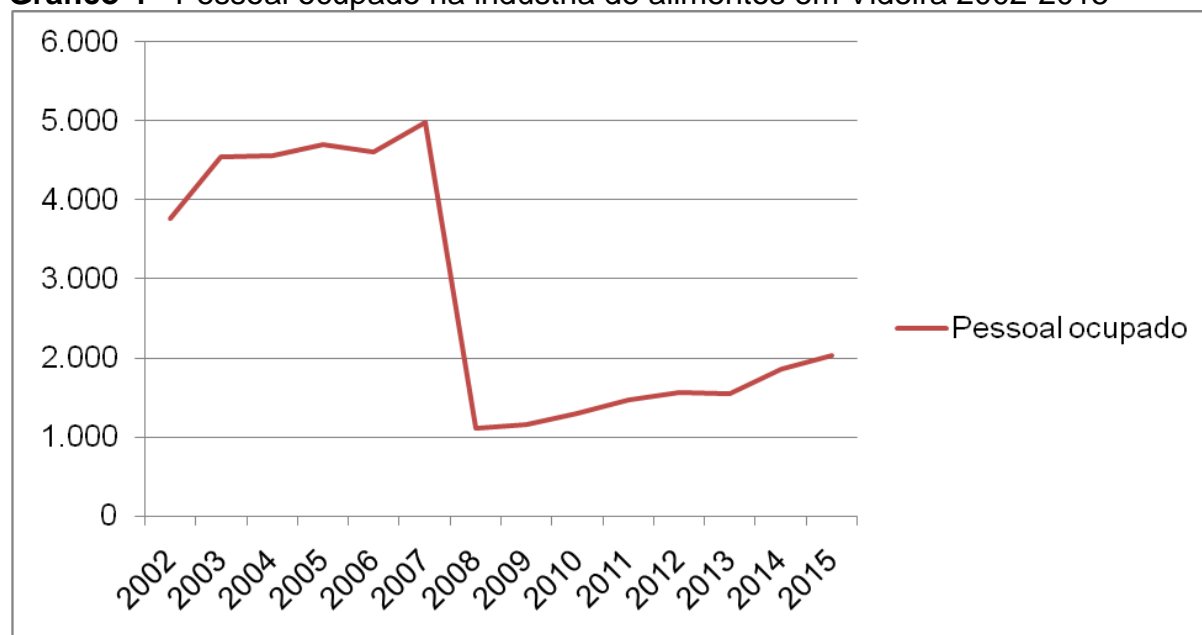
Já o comércio de atacado, aquele que o lojista compra para revender, analisando-o no período da crise de 2008 até a crise política brasileira, iniciada em 2015, se estendendo até 2016, pode-se observar que já na crise hipotecária o saldo foi negativo e que a fusão, para esse tipo de comércio, não prejudicou, pois os saldos fecharam no positivo até 2013. Nos próximos anos, o Brasil afundou numa crise política que, nitidamente foi prejudicial para o comércio atacadista de Videira, apresentando saldos negativos três anos consecutivos.

Mediante a comparação do comércio varejista e atacadista em Videira, é perceptível um aumento de pessoas vinculadas no comércio varejista do município, mostrando que, mesmo com a crise e a fusão, a população local não deixou de consumir. No que refere ao atacadista, este sim teve queda e saldos negativos de pessoas vinculadas a este segmento. Nesse caso, é de suma importância compreender os dados de maneira dissociada, pois, possibilita o entendimento real da dinâmica economia do município.

No gráfico 3 é possível observar o aumento de pessoal ocupado no serviço em Videira, demonstrando que houve um aumento de pessoas empregadas nesse setor da economia e no gráfico 4 uma redução de pessoal ocupado na indústria de alimentos de Videira, sendo uns dos fatores dessa redução - a crise hipotecária norte-americana de 2008 e a modernização dos processos produtivos implantados pela BRF em 2013, quando a empresa realizou um massivo investimento em Videira.

**Gráfico 3 - Pessoal ocupado no setor de serviço em Videira**

Fonte: MTE - RAIS, 2017. Organizado por: Diego da Luz Rocha, 2017.

**Gráfico 4 - Pessoal ocupado na indústria de alimentos em Videira 2002-2015**

Fonte: MTE - RAIS, 2017. Organizado por: Diego da Luz Rocha, 2017.

O número de pessoal ocupado na indústria de alimentos em Videira apresentou crescimento entre 2002 a 2007, como pode ser observado no gráfico acima, alcançando 4.977 pessoas ocupadas em 2007. Nos próximos dois anos é possível observar uma queda brusca no gráfico, chegando a registrar em 2008 o total de 1.103 pessoas ocupadas e, em 2009 chegou a 1.153. Esses dados revelam

que nesses dois anos o número de pessoas contratadas foi baixo e o número de pessoas desligadas também teve queda.

Mesmo que nos anos seguintes tenha-se registrado um pequeno aumento de pessoal ocupado, observa-se que tal crescimento não foi significativo para reverter a forte queda em 2008 e 2009, ou seja, a indústria de alimentos videirense não conseguiu se reerguer em seis anos no requisito de geração de empregos no setor alimentício, tendo pequenas elevações até 2015.

Essa redução de pessoal ocupado na indústria de alimentos em Videira nas unidades da BRF, foi sentido pelo fato de estar associado a dois fatores: a crise de hipotecária de 2008, que afetou fortemente a indústria brasileira, como a modernização dos processos produtivos que as unidades videirenses passaram em 2013. Esses fatores contribuíram para reduzir o número de pessoas ocupadas na indústria de alimentos local.

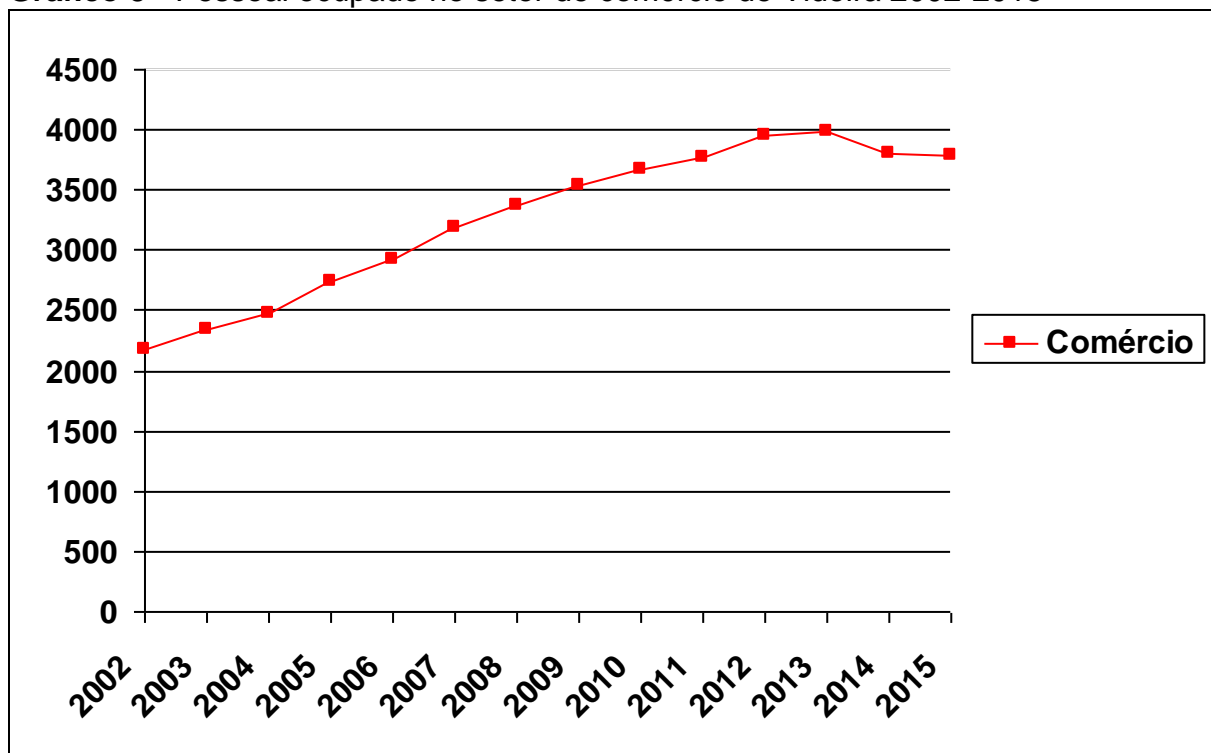
Comparando o gráfico 3 com o gráfico 4, do pessoal ocupado na indústria de alimentos, é possível notar que enquanto o número do pessoal ocupado no serviço aumentou no período entre 2008 e 2009, o da indústria caiu. Houve uma queda acentuada nesses mesmo anos.

Nesse sentido, houve um aumento no setor de serviços na cidade de Videira, visto que a queda na participação da indústria de alimentos local acabou por beneficiar outro setor da economia videirense: a prestação de serviços. Para constatar o aumento neste setor, em 2007 o número do pessoal ocupado era de 3.525, passando para 7.343 em 2008 e 7.743 pessoas em 2009. Esse aumento do setor de serviço, aumentou em escala local como em escala nacional, como medida de manter aquecida a economia do país. Isso explica um dos motivos do crescimento da prestação de serviço em Videira.

No gráfico 5, pode-se observar o número do pessoal ocupado no comércio de Videira, que, mesmo com a crise de 2008 e a fusão entre Sadia e Perdigão, o número de pessoas ocupadas não reduz, mas permanece aumentando até 2014, quando se inicia um período de crise política no Brasil, se estendendo até 2016. É interessante observar que, mesmo com uma recessão econômica mundial em 2008 a população videirense continuou a consumir como também aumentando o número de empregos no setor do comércio - até 2014 e no serviço. Portanto, o nos três setores da economia videirense, o único que apresentou uma queda de empregos

foi o da indústria devido a crise de 2008 e a modernização do processo produtivo nas unidades da BRF em Videira.

**Gráfico 5** - Pessoal ocupado no setor de comércio de Videira 2002-2015



Fonte: MTE - RAIS, 2017. Organizado por: Diego da Luz Rocha, 2017.

Dentro desse contexto o quadro 15 traz os dados absolutos dos três setores da economia videirenses no requisito de pessoal ocupado, revela que não houve desemprego generalizado no município causado pela fusão entre Sadia e Perdigão. Como será observado no quadro abaixo, a redução de pessoal ocupado no segundo setor da economia (indústria), foi constatado em 2008, ou seja, tem mais relação com a crise hipotecária norte-americano do que com a fusão.

**Quadro 15 - Pessoal ocupado nos três setores da economia de Videira**

<b>A n o</b>	<b>Indústria de Alimentos</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviço</b>
<b>2002</b>	3.756	2.182	2.933
<b>2003</b>	4.542	2.347	2.545
<b>2004</b>	4.557	2.477	2.713
<b>2005</b>	4.692	2.748	2.821
<b>2006</b>	4.609	2.915	3.591
<b>2007</b>	4.977	3.196	3.525
<b>2008</b>	1.103	3.374	7.343
<b>2009</b>	1.153	3.533	7.743
<b>2010</b>	1.283	3.673	7.926
<b>2011</b>	1.461	3.763	7.761
<b>2012</b>	1.552	3.956	7.029
<b>2013</b>	1.545	3.982	7.385
<b>2014</b>	1.850	3.799	7.344
<b>2015</b>	2.029	3.793	7.274

Fonte: MTE - RAIS, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Ao analisar o quadro 15 é interessante ressaltar que, já em 2008 é possível notar uma redução bastante acentuada no número de pessoal ocupado na indústria videirense, reforçando a ideia de que a crise de 2008 afetou mais o segundo setor da economia em relação ao terceiro setor (comércio e serviço). Ainda observando os dados, em 2009, ano da fusão entre Sadia e Perdigão, o número de pessoas ocupadas na indústria local teve um aumento de empregos, aumentando ainda mais nos próximos anos. Mesmo em 2013, com a modernização do processo produtivo das unidades da BRF em Videira (empresa que mais emprega na cidade) o número de pessoas ocupadas na indústria de alimentos, apresentou uma pequena redução, de apenas sete pessoas a menos do que o ano anterior.

Com relação aos empregos ofertados na cidade de Videira no período da fusão até 2016, é possível afirmar que não houve redução de postos de trabalhos tendo como a fusão a principal causa, como foi possível analisar o quadro acima. O

comércio e o serviço, mesmo com a crise de 2008 e a fusão em 2009, não apresentaram reduções de empregos generalizada.

Como forma de reforçar a ideia de que o serviço não apresentou quedas ao longo de 2008 e 2009, o quadro 16, trará dados referentes a participação no PIB de Videira, tanto do serviço quanto da indústria.

**Quadro 16 - Participação das atividades econômicas no PIB de Videira/SC**

<b>Ano</b>	<b>Serviços (%)</b>	<b>Indústria (%)</b>
<b>1999</b>	35,0	53,7
<b>2000</b>	34,7	53,4
<b>2001</b>	32,9	54,2
<b>2002</b>	36,4	51,6
<b>2003</b>	35,7	51,5
<b>2004</b>	37,7	49,4
<b>2005</b>	40,7	45,9
<b>2006</b>	43,8	44,3
<b>2007</b>	42,7	45,0
<b>2008</b>	44,1	43,3
<b>2009</b>	44,2	43,5
<b>2010</b>	49,0	39,5
<b>2011</b>	47,4	36,6
<b>2012</b>	49,6	36,6
<b>2013</b>	44,4	25,6

Fonte: IBGE, 2012. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

A participação econômica da indústria em Videira, apresentou uma queda a partir do ano de 2001, mas ao analisar o quadro percebe-se que a redução na participação acontece de forma gradativa, sendo que de 2009 em diante, a queda começa ser mais acentuada. No ano de 2008, a participação da indústria no PIB municipal caiu 1,7%, resultado da crise norte-americana que afetou não só a cidade de Videira, mas sim a indústria nacional. Nesse sentido, a queda da participação no PIB do segundo setor na economia, mostrou que a recessão econômica mundial trouxe consequências negativas em micro e macro escala.

Mas se tratando da fusão entre Sadia e Perdigão em 2009, o quadro acima mostra um pequeno aumento da indústria no PIB municipal de 0,2%. Esses dados mostram que o problema da baixa participação da indústria no PIB em Videira, não pode ser relacionado a fusão, visto que, há outras empresas que, mesmo depois da fusão, continuaram a prestar serviços para BRF, como é o caso da Videplast, empresa que fabrica embalagens, GGvestuário, atua na fabricação de uniformes, Prevemax, atuando na fabricação de EPIs (Equipamento de Proteção Individual).

Depois da fusão em 2009, foi possível constatar uma dinamização no setor econômico na cidade de Videira, como é caso do surgimento de outras indústrias, por exemplo: a Sulita que fabrica alimentos ultraprocessados, que, atualmente exporta seus produtos. Outro ponto importante que foi possível pós fusão, foi a expansão de granjas e melhoramento na criação de bovinos. Com isso, é possível afirmar que houve dinâmica econômica na cidade, devido aos acertos que ex-funcionários tiveram.

Vale lembrar que, quando se trabalha abordando todo o setor industrial da cidade, isso acaba envolvendo tanto a BRF, quanto todas essas indústrias que foi citado acima, ou seja, o segmento da indústria de alimentos de Videira apresentou pequenas reduções, tanto no número de pessoal ocupado, quanto no saldo total de pessoas admitidas e desligadas - tendo mais pessoas admitidas do que desligadas. Esses indicadores, relevaram que, não houve desemprego pleno na indústria, tampouco no comércio e serviço videirense, o que é válido destacar nesse cenário econômico, sobretudo no que remete participação da indústria no PIB municipal, é que há uma tendência nacional na redução do segundo setor, observado também em micro escala, que é o caso de Videira.

Já o quadro 17 apresenta o pessoal ocupado como também de pessoas assalariadas e número de empresas em Videira. Faz necessário uma análise desse dado para perceber se houve redução de emprego na cidade de Videira.

**Quadro 17 - Pessoal ocupado, pessoas assalariadas em Videira/SC**

<b>ANO</b>	<b>PESSOAL OCUPADO</b>	<b>PESSOAS ASSALARIADAS</b>	<b>NÚMERO DE EMPRESAS</b>
<b>2006</b>	18.478	15.810	2.296
<b>2007</b>	20.579	17.711	2.282
<b>2008</b>	18.562	15.764	2.298
<b>2009</b>	20.490	17.518	2.401
<b>2010</b>	20.503	17.545	2.441
<b>2011</b>	21.726	19.001	2.169
<b>2012</b>	21.740	18.796	2.384
<b>2013</b>	21.841	18.992	2.321
<b>2014</b>	22.268	19.310	2.502

**Fonte:** IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

O quadro 17 é importante no sentido de analisar esses três fatores que estão representados acima, sobretudo se observar nos dois principais períodos: 2008 - crise hipotecária e, 2009 - fusão ente Sadia e Perdigão. Em dois 2007 o número de pessoal ocupado e de pessoas assalariadas apresentaram um crescimento, já em 2008, ano da crise hipotecária, é possível observar uma redução do pessoal ocupado como pessoas assalariadas e aumento no número de empresas, ou seja, um reflexo que a crise de 2008 ocasionou em Videira como também em âmbito nacional. Mas, em 2009 os três indicadores apresentados no quadro acima voltaram a subir, revelando que a fusão entre Sadia e Perdigão não trouxe consequências negativas no número de pessoal ocupado, de pessoas assalariadas e na criação de novas empresas em Videira.

Nos próximos anos, depois de 2008 e 2009, o número de pessoal ocupado apresentou crescimento e o número de pessoas assalariadas tiveram uma pequena redução em 2012, voltando a crescer nos próximos, relacionado a isso ao aumento de empresas em 2014. Nesse sentido, a fusão possibilitou uma dinamização econômica na cidade, visto pelos dados de empresas, logo, de pessoal ocupado e pessoas assalariadas. Se o número de empresas alcançou o maior em 2014,

significa que novos postos de trabalho em diferentes ramos da atividade econômica local foi possibilitado pós fusão da Sadia e Perdigão em 2009.

No quadro 18 é possível observar os outros indicadores importantes dentro das medidas do governo federal para amenizar os efeitos da crise de 2008, quando aumentou a distribuição de renda e facilitou o acesso ao crédito para pessoa física, dando condições financeiras para população consumir produtos de bens duráveis, confirmado pelo quadro abaixo, sobretudo no ano de 2008, podendo ser observado um aumento de automóveis em Videira. Mesmo no ano da fusão, o número de veículos não diminuiu, pelo contrário, continuou apresentando crescimento ao longo dos anos, dando uma freada em 2016, ano em que o Brasil passou por uma crise política bastante forte.

**Quadro 18 - Transporte em Videira/SC 2002-2016**

<b>Ano</b>	<b>Automóveis</b>	<b>Caminhão</b>	<b>Motocicleta</b>
<b>2002</b>	9.305	1.043	1.594
<b>2003</b>	9.960	1.097	1.828
<b>2004</b>	10.503	1.143	2.253
<b>2005</b>	11.060	1.217	2.725
<b>2006</b>	11.746	1.269	3.284
<b>2007</b>	12.656	1.311	3.968
<b>2008</b>	13.795	1.371	4.470
<b>2009</b>	14.786	1.460	4.730
<b>2010</b>	16.092	1.576	4.923
<b>2011</b>	17.288	1.570	5.200
<b>2012</b>	18.545	1.636	5.447
<b>2013</b>	19.565	1.670	5.702
<b>2014</b>	20.475	1.664	5.892
<b>2015</b>	21.013	1.699	6.044
<b>2016</b>	21.296	1.700	6.015

Fonte: IBGE Cidades, 2016. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

## 2. DINÂMICA INDUSTRIAL E ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes mesmo de começar a discutir sobre dinâmica industrial, é necessário ter ciência do conceito espaço que dará base para o entendimento ao longo da discussão. Para definir o espaço buscou-se em Santos (1996):

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1996, p. 71).

Raffestin (1993, p. 144) também contribui quando se trata do conceito espaço. Segundo o autor "o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, um 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação". Percebe-se que o espaço é algo anterior a qualquer tipo de ação humana sobre a natureza ou qualquer transformação da paisagem, o espaço preexiste a essas ações.

Isto quer dizer que o espaço é um fim em si mesmo, no sentido que é anterior às ações humanas e ao mesmo tempo toma forma através delas. Ele é dado ao geógrafo tanto como um objeto de estudo geográfico quanto como algo a ser produzido a partir da ação e transformação humanas. Se antes tínhamos um espaço geográfico dado pela natureza, esta relação já não é mais válida à medida que se passa a perceber as transformações infringidas pelo homem sobre a paisagem, especialmente depois da criação das indústrias e meios de produção de massa.

No caso da dinâmica industrial brasileira, pode-se retornar à década de 1950 para encontrar uma estrutura industrial capaz de atender às necessidades do país, preparando-se para apresentar sinais de crescimento nas décadas posteriores. Mesmo que o país se caracterizasse como exportador de matéria-prima, podia-se notar a presença mais significativa de indústrias na região Sudeste, sendo esta com maior destaque a nível nacional de produção industrial, fazendo parte de uma dinâmica que iria desde a indústria de bens de consumo até a indústria pesada (TAVARES, 1998).

No contexto internacional, os países centro do capitalismo estavam passando por inúmeras dificuldades para manter suas indústrias em funcionamento.

Vale lembrar que a economia mundial ainda se recuperava dos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial e logo enfrentaria a crise do petróleo na década de 70, o que causou uma recessão da produção industrial nos países desenvolvidos, obrigando as grandes empresas a buscar outras localidades que oferecessem mão de obra barata e custos baixos (LAPLANE, 1992).

É nesse momento que os países em desenvolvimento, que apresentavam uma estrutura industrial satisfatória, exportadores de recursos naturais, lançaram programas que ampliaram a capacidade de extração e processamento da matéria-prima, algo possível somente com a implantação de tecnologias na estrutura industrial do país. Nesse sentido, o Brasil se beneficiou com a ampliação de sua base industrial, pois o estágio de crescimento da indústria era propício para investimentos, havendo facilidade ao acesso de créditos para a indústria pesada. Além disso, o Estado promoveu um alto investimento para atender ao setor no que fosse preciso, destacando-se a malha viária, transportes, energia e comunicação.

Essa reformulação na estrutura industrial do Brasil e a política de nacionalização da época possibilitaram um dinamismo industrial, onde a diversificação da produção trouxe consequências como a substituição da importação e um aumento da exportação do produto nacional. Isto porque a atual fase depressiva do capitalismo tem início após 1973, sendo que no período de 1970 a 1980, os Investimentos Externos Diretos (IED) cresceram de US\$ 14 bilhões para US\$ 51 bilhões, sendo 98% determinados pelos países desenvolvidos, ao passo que os subdesenvolvidos responderam por uma fatia de 2% (ESPÍNDOLA, 2014).

## 2.1. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE

No início do século XX, no Brasil, havia um setor industrial pouco significativo, atendendo uma demanda agroexportadora, sendo que apenas algumas regiões do território brasileiro limitavam-se a ter indústrias. Mas, ao longo de algumas décadas, com advento da primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, (FURTADO, 1959) a intervenção do governo de Getúlio Vargas ocasionou uma mudança nas atividades industriais brasileiras. Sandroni (1989, p. 151) afirma que "no Brasil o processo de industrialização foi iniciado no final do século XIX, intensificado no final da década de 1930 - as vésperas da II Guerra Mundial e, após alguns reflexos, amadurecida na década de 1970".

Após a década de 1930, o Estado brasileiro investiu intensamente na criação de indústrias. Segundo Pertile (2008):

O Estado brasileiro realizou investimentos estratégicos e de altos custos e riscos. É desse período a fundação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petrobrás, Eletrobrás, entre outras. Com a Industrialização, a economia ganhou um dinamismo próprio e iniciou o processo de substituição de importações, ou seja, passou-se a produzir no país o que antes era importado (PERTILE, 2008, p. 120).

A intervenção do Estado na economia foi importante para reestruturar o setor industrial brasileiro, dando condições claras para a produção de mercadorias nacionais, fazendo com que a indústria interna utilizasse a própria matéria-prima na produção. Conforme a população brasileira passou a consumir grande parte da produção industrial nacional, as exportações diminuíram.

No início do processo de industrialização, Mello (1998), considera duas fases importantes para compreensão:

Poder-se-iam distinguir duas fases do processo de substituição de importações: na primeira, a de industrialização extensiva, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis "leves", produzindo-se um alargamento de capital, com uso abundante de mão de obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de industrialização intensiva, a substituição envereda pelos bens de produção pesados e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda (MELLO, 1998, p. 99).

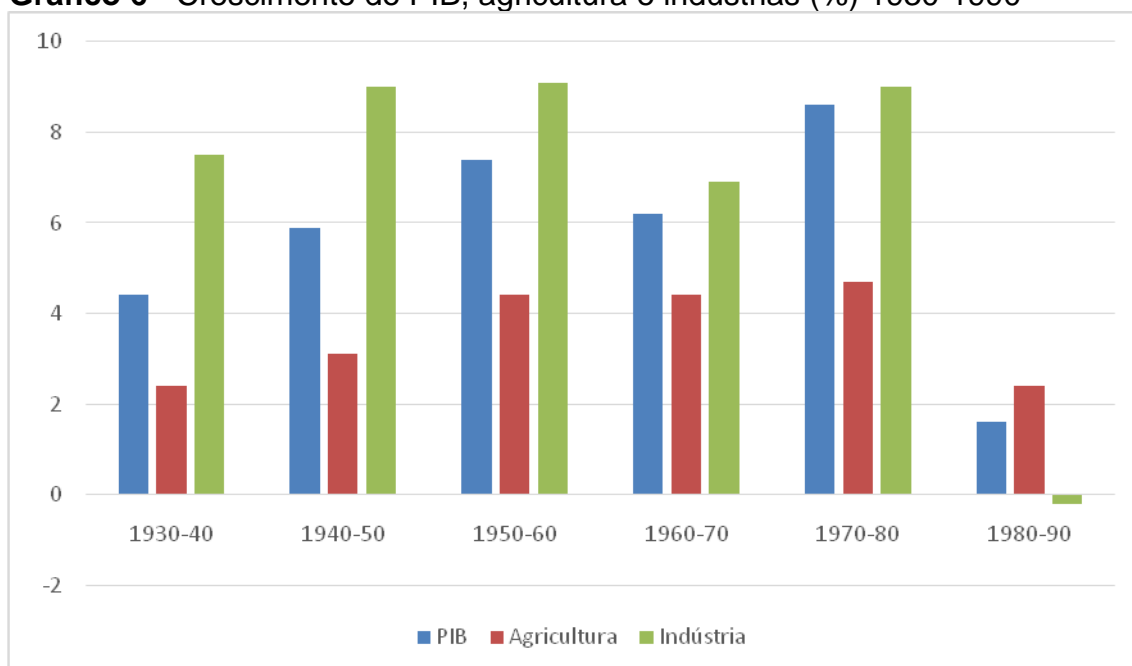
Mello (1998) deixa claro quais são as fases do processo de industrialização brasileira, iniciado com baixa tecnologia empregada no setor industrial e precisando, conseqüentemente, de muita mão de obra. Em um segundo momento, a tecnologia é o fator fundamental para o país, que começa a produzir produtos com alto valor, substituindo a importação para exportar produtos brasileiros.

Com atividades industriais voltadas para atender o mercado interno e com o crescimento de indústrias no Brasil, a partir da década de 1930, é possível notar o crescimento industrial. Paul Singer (1985) chama atenção sobre o número de pessoas empregas nas indústrias:

Em 1920, o operariado, manufatureiro ou industrial de 293.673 pessoas praticamente se perde numa população economicamente

ativa de 9.566.840 de pessoas, das quais 66,7% trabalhavam no campo. Entre 1920 e 1940, prosseguiu o processo de industrialização e portanto de formação da classe operária, sem alterar de forma decisiva a estrutura social do País. Em 1940, a classe operária era composta por 2.046.945 de trabalhadores, dos quais 960.663 (38,2%) na indústria de transformação e os restantes em serviços: governos, serviços sociais, transporte e comunicação (SINGER, 1985, p.57-58).

São dados que levam a perceber que o Brasil estava enfrentando um processo de industrialização muito acentuado, sendo que boa parte da população brasileira em 1920 trabalhava sobretudo no campo, em muitos casos, em lavouras de café. Para Mello (1998), o crescimento das atividades industriais aconteceu devido à acumulação de capital que teve condições no período da Primeira República. É possível perceber a mudança na estrutura econômica do país, quando Singer (1985) mostra o número de pessoas empregadas nas indústrias, revelando também a transferência gradativa da população rural para as cidades, já que ainda em 1920-1940 cerca de 66,7% da população trabalhava no campo. Nesses 20 anos, o total de pessoas trabalhando fora da área rural saltou para aproximadamente 85,68%, ou seja, em um curto espaço de tempo o número de pessoas empregadas nas indústrias e outros serviços mais que dobrou. Esses dados demonstram o crescimento da indústria nacional e o início de mudança na estrutura social brasileira. Observa-se no gráfico 6 o crescimento da indústria.

**Gráfico 6 - Crescimento do PIB, agricultura e indústrias (%) 1930-1990**

Fonte: IBGE, 2010.

No período entre 1930-1990, o crescimento de alguns setores foi decisivo para economia nacional. Conforme o gráfico, entre 1930-1940, o setor industrial teve crescimento superior ao da agricultura, acompanhado pelo PIB, já em 1940-1950, a indústria continua tendo alto índice de crescimento com a relação à agricultura. Em 1950-1960, o crescimento industrial estagnou, sendo que o PIB e a agricultura tiveram aumento significativo. Nas décadas de 1960-1970, houve uma redução do crescimento da indústria e, conseqüentemente do PIB, com a estagnação da agricultura. Vale ressaltar que as crises do petróleo em 1973 e 1979, também influenciaram nos dados de crescimento da indústria, bem como os choques dos juros externos e a alta inflação. Espíndola (2014) defende que a atual fase depressiva do capitalismo teve início após 1973, sendo caracterizada por:

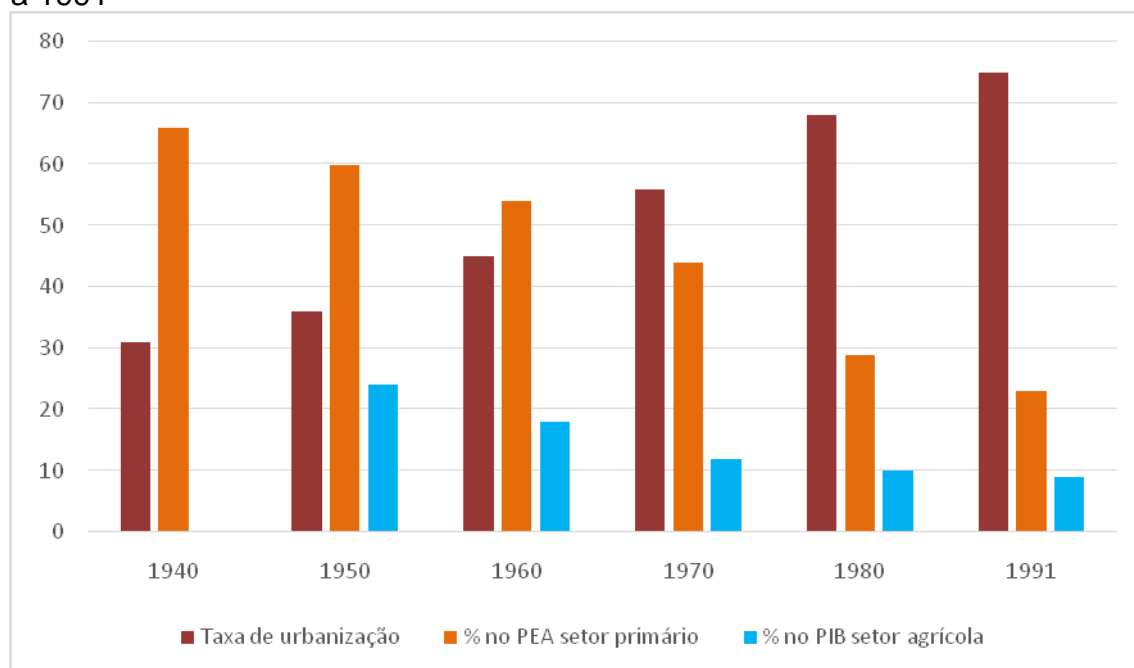
- (1) Expansão do comércio internacional, (2) implantação de políticas neoliberais, (3) retardamento do processo de “destruição criadora”, (4) financeirização mundial, (5) intensa ologopolização da economia, (6) aceleração das fusões e aquisições, e greenfield projects (investimentos novos) (ESPINDOLA, 2014, p.1866)

Nas décadas de 1970-1980, pode-se observar novamente a indústria e o PIB crescendo, devido ao milagre econômico que iniciou no final da década de 1960, dando condições para aumento da taxa de crescimento desses setores. As condições que ditaram a taxa de crescimento da indústria e PIB, foram: a queda nas taxas de inflação e aumento das exportações.

Já nas décadas de 1980-1990, o Brasil passava pelo processo de redemocratização e desvalorização da moeda, refletindo no crescimento da indústria brasileira. Outros elementos responsáveis pelo baixo desempenho industrial do período foram a onda neoliberal, a globalização da economia e a privatização das empresas estatais, ocasionando um momento de instabilidade econômica nacional, além da elevação da inflação. A indústria foi a mais impactada nesse período, ficando negativa sua contribuição para o país (BRUM, 1997).

No gráfico 7, observa-se que a taxa de urbanização aumentou conforme a industrialização aumentava no Brasil.

**Gráfico 7** - Taxa de urbanização, PEA do setor primário e PIB agrícola entre 1940 a 1991



Fonte: IBGE, 2010.

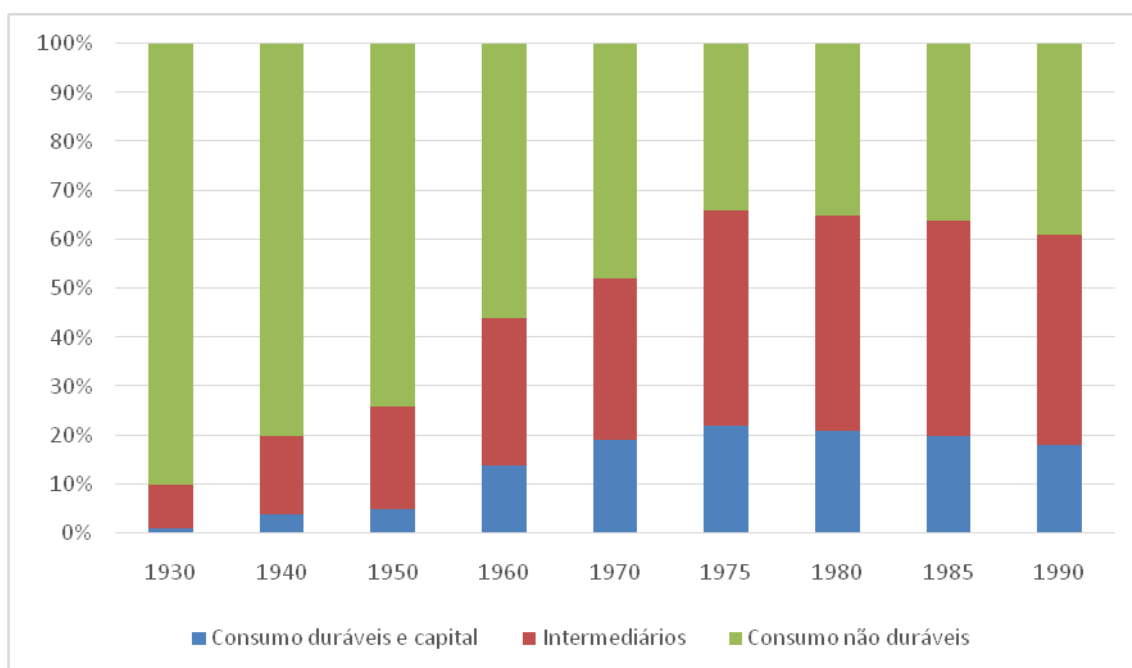
No gráfico 7, observam-se três índices, sendo eles: taxa de urbanização, população economicamente ativa e PIB agrícola. Nesse sentido, entre 1940-1960, a participação da população ativa no setor primário foi declinando gradativamente, em contrapartida a taxa de urbanização foi aumentando conforme a industrialização se fortaleceu no país. Ainda nesse período, nota-se a queda do PIB agrícola, visto pela saída das pessoas para trabalhar nos centros urbanos, como mostra por Singer (1985).

O que chama atenção é que, no período de 1970-1991, quando se observa a taxa de urbanização brasileira, verifica-se um crescimento muito acelerado pelo fato dos altos investimentos no setor industrial (milagre econômico), o êxodo rural, tendo início na década de 1960 e que se intensificou nas décadas seguintes 1970-80. Quando têm-se grande parte da população migrando da área rural para área urbana, a participação ativa no setor agrícola tende a regredir, foi que aconteceu no Brasil neste período.

No gráfico 7, verifica-se que a taxa que mais cresceu no Brasil desde 1940, foi a de urbanização, enquanto que as outras taxas apresentaram um declínio ao longo dos anos. A urbanização brasileira foi possível devido ao processo de industrialização que o país estava passando desde a década de 1930. Esse novo cenário industrial brasileiro precisava de mão de obra e, gradativamente, a população rural foi se deslocando para as cidades, ocupando o chão das fábricas em busca de melhores condições econômicas.

Silva (1976), em sua análise sobre a industrialização brasileira, contribui ao afirmar que o contexto econômico internacional fez com que a economia do Brasil tivesse uma transformação na forma de acumular o capital, possibilitando o surgimento de novas indústrias e o aumento da produtividade. No gráfico 8, observa-se o aumento da produção industrial no Brasil.

**Gráfico 8** - Participação de segmentos da indústria, na formação da produção industrial



Fonte: IBGE, 2010.

No gráfico 8, observa-se a consequência do processo de industrialização no consumo não-durável. Em 1930 o consumo nacional alcançou 90% dos produtos não-duráveis, realidade que mudou na década de 1990, alcançando 40%. Já o consumo durável e de intermediários, comparando-os a partir da década de 1930, tiveram crescimento satisfatório, sobretudo o primeiro. É interessante ressaltar o que Mello (1998) afirmou sobre o pouco uso de tecnologia, numa situação que se inverte em um segundo momento para produzir produtos com valor unitário muito alto.

É certo que houve uma série de fatores que deram condições para industrialização brasileira, seja a acumulação de capital, o cenário internacional, com a crise de 1929 e intervenção do governo brasileiro na economia a partir da década de 1930, ocasionando um crescimento significativo até a década de 1970 e levando o Brasil a ter um setor industrial diversificado, bem como o aumento das atividades industriais.

Como se deu a industrialização brasileira? Para Assis (1999), o processo de industrialização brasileira se deu de forma tardia ao ser comparado aos países de centro do capitalismo ocidental, tais como Inglaterra e França.

[...] as indústrias de bens de consumo tendem a preceder as de bens de produção. Dessa forma, os primeiros ramos a surgir foram o têxtil e o de alimentação, o de vestuário e o de calçado. Com o tempo, ela se diversificou com a instalação de ramos não presentes no início do processo. Além disso, seu eixo foi deslocando das indústrias tradicionais para os produtores de bens intermediários e para as

produtoras de bens de consumo duráveis e de bens de capital (ASSIS, 1999, p. 17).

Percebe-se que existe uma transformação ocorrendo na base industrial brasileira que trouxe impactos e mudanças na organização do trabalho, introduzindo no Brasil a linha de montagem, o fordismo. Alves (2000) observa essa mudança:

Em meados dos anos 1950, com o Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek, ocorreu um vigoroso processo de acumulação de capital no país. O aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, pelo investimento direto, acompanhado e amparado pelo investimento público, energia, transporte, irá irromper entre 1956 e 1961, um pronunciado salto no processo "industrialização". Em seu bojo irrompeu, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, com o predomínio do padrão taylorista-fordista, que constituiu um novo mundo do trabalho (ALVES, 2000, p.104-105).

Essa reestruturação produtiva que o Brasil teve em meados da década de 1950, possibilitou uma maior produção nas fábricas do país, uma vez que a administração da produção passou a valer-se de teorias conhecidas como taylorismo e fordismo, o que segundo Carmo (1992):

O taylorismo visa à racionalização da produção, a fim de possibilitar o aumento da produtividade no trabalho, evitando o desperdício de tempo, economizando mão de obra, suprimindo gestos desnecessários e comportamento supérfluos no interior do processo produtivo [...] Nesse sentido, a aplicação de suas ideias visa a acentuar de vez a separação entre o trabalho intelectual (planejamento, concepção e direção) e o trabalho manual (execução) no interior do processo produtivo (CARMO, 1992, p. 42-43).

Lipietz (1991) também contribui para definição de taylorismo:

O taylorismo se apresenta como movimento de racionalização da produção, fundada numa separação cada vez mais nítida entre os "idealizadores e organizadores" da produção (os engenheiros e técnicos do departamento de organização e método) e os "executantes": os trabalhadores manuais, operários não-qualificados, nas tarefas repetitivas (LIPIETZ, 1991, p. 29).

O taylorismo visa claramente o aumento da produtividade nessa reestruturação do trabalho industrial brasileiro que demandava de padrões produtivos e de mais mão de obra nas fábricas em um momento em que grande parte da população ativa trabalhava na agricultura. O cenário passou a mudar conforme a industrialização também avançava.

O fordismo, segundo Peinaldo (2007):

Seguindo a ideia da linha de montagem móvel, proposta por Ford, o produto em processo desloca-se ao longo de um percurso, enquanto os operadores ficam parados. Essa inovação no processo produtivo trouxe consequências espantosas para a produção, maximizando as vantagens da economia de escala. Na lógica de Ford, típica de um momento da história das organizações em que a demanda era muito superior à oferta, quanto mais automóveis fosse produzidos, menor seria o custo unitário (PEINADO, 2007, p. 59).

Tais transformações no setor produtivo estenderam-se para os estados brasileiros. O estado de Santa Catarina iniciou o processo de industrialização a partir da década de 1940. Vale ressaltar que, antes da década de 1960, havia três grandes setores da indústria que predominavam o estado de Santa Catarina, sendo eles: a madeira, têxtil e alimentícios, que 1949 já representavam 72% da produção, caindo para 66,4% em 1959. Isto deixa claro o processo de industrialização e diversificação das atividades industriais, inserindo nesta lógica áreas como metalmeccânica e cerâmica a partir dos anos de 1960 (CUNHA, 1992). Embora a produção de madeira e têxtil continuem operando no estado, o setor alimentício se sobrepôs aos demais, sobretudo na região Oeste de Santa Catarina com diversas agroindústrias distribuídas por esta região.

Para incentivar a produção industrial catarinense, o governo do estado adotou algumas medidas para, segundo (CUNHA, 1992), incentivar a dinamização das indústrias, sendo elas: bens de consumo, bens de consumo durável e consumo intermediário. Tal esforço foi direcionado para que o estado pudesse ter a implantação de novas tecnologias para participar do mercado nacional e, posteriormente, do mercado internacional. Para tanto, seria necessário fornecer as bases para que a produção em suas unidades industriais fosse aumentada, incluindo o setor alimentício por ser um dos que mais aumentava seu poder de atuação e produção no estado.

Observa-se que, historicamente, a indústria alimentícia é uma das mais antigas em funcionamento no estado de Santa Catarina, sendo a pioneira entre outros setores da economia estadual. Ao longo do século XX foi diversificando e fortalecendo sua produção. Segundo Pertile (2008):

[...] ao longo da década de 1930, as casas comerciais expandiram-se geograficamente ao Oeste de Santa Catarina, assim como o comércio de suínos com o Sudeste do Brasil. Um crescente número de produtores de suínos passou a vender o excedente da produção para os agentes intermediários, fazendo com que a suinocultura se firmasse como atividade comercial, resultando em maior integração

da região no meio econômico nacional. Naquele momento, as indústrias do país estavam em desenvolvimento e necessitavam ampliar seu mercado, o que foi obtido com a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados brasileiros. Isso representou um avanço no processo de integração do espaço nacional (PERTILE, 2008, p. 88-89).

De acordo com Mattos (1968):

Entre as diversas indústrias instaladas em Santa Catarina, a de produtos alimentares é a mais antiga, pois a sua história está intimamente ligada a vida dos pioneiros que para aqui vieram nas diversas tentativas de desbravamento do território e, posteriormente, com a instalação de vários núcleos de colonização (MATTOS, 1968, p. 67).

Mattos (1968) deixa claro a importância da indústria de alimentos no estado catarinense, que teve um maior crescimento a partir dos anos 1950, quando os frigoríficos deixaram de ser vistos de maneira isolada e passaram a ser um ramo da indústria catarinense. Pertile (2008), contribui quando aborda a questão do fortalecimento da indústria catarinense, ao pontuar:

Já no início da década de 1940, em meio a esse processo de integração, os comerciantes do Oeste de Santa Catarina sentiram que o comércio de suínos vivos, até então lucrativo, começava a dar sinais de arrefecimento devido à dificuldade de competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo. Desse modo, eles foram pressionados a redirecionar seus empreendimentos comerciais para o abate de animais. Começaram, assim, a separar a comercialização de banha e de carne suína. Com a necessidade de mudança no perfil do produto, originam-se os primeiros abatedouros na região, via associação e expansão de capitais comerciais locais. Inicialmente, ocorreu no Vale do Rio do Peixe, que possuía maior intercâmbio comercial com o estado de São Paulo (PERTILE, 2008, p. 89).

É nesse momento que as agroindústrias começam a ter destaques estadual e nacional, caracterizando o Oeste catarinense como o maior produtor de carne processadas do Brasil (GOULARTI FILHO, 2007).

Embora o setor de alimentos no Oeste de catarinense seja o mais antigo e um dos mais importantes para o estado, percebe-se o quanto o governo estadual incentivou o crescimento dessas empresas para ganhar o mercado regional, nacional e internacional. Alguns dos incentivos foram cruciais para que o produto que era fabricado no Oeste do estado chegasse em diversas cidades brasileiras. Exemplo disto foi o investimento do governo na infraestrutura da região, construindo

estradas e aquilo que fosse necessário para o funcionamento industrial e escoamento de produtos.

Para visualizar o crescimento do setor alimentício em Santa Catarina, a tabela 1 compara a produção de suínos frente aos produtos agrícolas, expondo o quanto o setor de alimentos era consolidado antes do processo de diversificação e implantação de tecnologia nas atividades industriais do estado.

**Tabela 1-** Oeste de Santa Catarina: produção de milho, feijão, trigo e suínos, 1940 e 1950

	Produção regional				Total Santa Catarina			
	1940	%	1950	%	1940	%	1950	%
Milho (t)	81.042	28	188.118	46,7	288.590	100	402.471	100
Feijão (t)	4.768	20,1	11914	33	23.660	100	36.000	100
Trigo(t)	6.001	55	42.959	69	10.904	100	61.857	100
Suínos (cabeças)	271.233	23,7	1.373.944	83,8	1.144.426	100	1.639.037	100

**Fonte:** IBGE - Censo Agrícola, 1952; 1956. Organizado por: Diego da Luz Rocha, 2017.

Conforme a tabela 1, que diz respeito ao que era produzido na região Oeste de Santa Catarina, observa-se que houve um aumento de 60,1% na produção regional de suínos entre 1940-1950, ou seja, uma porcentagem elevada no período de dez anos. O crescimento visto no período está ligado à inserção de tecnologia no processo produtivo de abate de suínos. Além disso, é possível notar que, dentre os outros produtos, o milho apresentou o segundo maior crescimento em volume, fornecendo a ração necessária para manutenção dos suínos.

No total de Santa Catarina, o aumento também foi significativo, pois era o montante de toda produção de suínos das agroindústrias do estado. Isso fez com que a produção de carne processada no estado tivesse expressiva participação regional e nacional a partir do momento que este produto começou a chegar nas mesas dos brasileiros.

### 2.1.1. Agroindústria: Conceitos e Definições

Mediante o processo de industrialização brasileira, muitas indústrias surgiram como maneira substituir a importação e ter produtos sendo produzidos em solo brasileiro. No período que compreende a década de 1930, iniciava a mudança gradativa da população rural para espaço urbano (expressiva entre 1940 a 1980), devido ao processo de industrialização que requeria mão de obra. Andrade (1991), pontua algumas consequências do desenvolvimento industrial:

O desenvolvimento industrial, estimulando o crescimento da população urbana, e o surgimento de grandes núcleos populacionais concentrados, criou a necessidade de abastecimento desses núcleos, as redes de estradas que possibilitaram a chegada aos mesmos dos produtos agrícolas. Esse crescimento se faz ora de forma *horizontal*, com a ampliação da área cultivada, ora de forma vertical, com o crescimento da produção por hectare cultivado - aumento da produtividade. Para se obter um crescimento vertical da produção, tanto em relação à área ocupada como em relação ao número de braços ocupados, a agricultura vem sendo racionalizada, com maior emprego de máquinas e a consequente mecanização das fainas agrícolas (ANDRADE, 1991, p. 214).

Com o aumento da população nos centros urbanos, houve a necessidade de aumentar a demanda por alimentos de qualidade para atender o número de pessoas que crescia a cada década em muitas cidades do país. Para ter uma ideia do rápido crescimento da taxa de urbanização, segundo Censo Demográfico (IBGE) de 1940 esta taxa correspondia a 26,35%, sendo que atingiu 68,86% em 1980. Para, então, atender a necessidade crescente dos centros urbanos, a modernização do campo veio para suprimir essa demanda, que segundo Graziano (1996):

O processo de modernização, ao mesmo tempo que implica a mercantilização intrasetorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extrasetoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de bens de capital e insumos para a agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 20).

A partir desse momento, observa-se mudanças na agricultura, caminhando para o que vamos chamar de agroindústria. Mas para que chegasse a se caracterizar como tal, houve um suporte que possibilitou o financiamento e a disponibilidade de créditos, fator pelo qual se estruturaram as agroindústrias, sobretudo em Santa Catarina. Na definição de agroindústria aborda-se que "as agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima" (ALBA, 2002, p. 31).

Pertile (2008), vai abordar o processo de instalação da agroindústria em Santa Catarina como o interesse do Estado em determinadas regiões, onde, segunda a autora:

No decorrer do processo de implantação e consolidação das agroindústrias em Santa Catarina, vale destacar o grande interesse do Estado em desenvolver a região Oeste sem, contudo, restringir os

instrumentos de incentivos para a indústria e os serviços em outras regiões. No entanto, os agentes agroindustriais dessa região reconheceram a importância do poder público, recorrendo e se articulando com ele nas diversas esferas. Nessa relação de influências nas decisões políticas, grande parte dos recursos disponibilizados pelo Estado foi direcionada para o crescimento de um grupo da região, o agroindustrial (PERTILE, 2008, p. 141).

Sobre o fortalecimento da agroindústria em Santa Catarina, Pertile (2008), afirma:

O desenvolvimento das atividades agroindustriais no estado foi fortalecido durante o processo de industrialização nacional. Nesse processo, de um lado, parte da pequena produção familiar conseguiu integrar-se às agroindústrias e garantir a comercialização dos produtos. De outro, aqueles que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agricultura, mas que sofreram suas consequências, transformaram-se nos mais pobres do campo. Para eles, a propriedade ou o acesso a terra garantiu apenas um modo de sobrevivência, aquém do que necessitavam. Com isso, foram conduzidos a buscar diferentes formas de assalariamento nas maiores cidades da região. Desse modo, a liberação de mão de obra do meio rural permitiu a disponibilidade de trabalhadores para os frigoríficos de carnes da região. Assim, algumas cidades, mesmo pequenas, ao instalarem um frigorífico, começam a receber população de outros municípios para trabalhar no abate de aves e/ou suínos. Essa parcela da população instala-se na cidade e passa a ser residente ou desloca-se diariamente para o trabalho (PERTILE, 2008, p. 184).

Com o avanço da agroindústria em Santa Catarina, a relação entre produtor e indústria foi definitivamente modificada. Com a necessidade de produzir mais e com qualidade, as agroindústrias começaram a produzir derivados da carne suína, como salames, defumados entre outros produtos industrializados (ICEPA, 2002). Quando a relação de controle é estabelecida entre o agricultor e a indústria que absorve a matéria-prima produzida por ele, inicia assim o que pode ser chamado de Complexo Agroindustrial, que segundo Müller (1989):

Entende-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias (MÜLLER, 1989, p.41).

Quando o autor menciona sobre unificação entre departamentos econômicos e todos os ciclos de produção, percebe-se o momento em que a indústria voltada à agricultura começa a ter incentivo de crédito para investimentos, desde o fornecimento de insumos ao agricultor até a saída do produto das indústrias, não esquecendo da infraestrutura necessária para realização desse ciclo. Esse avanço industrial na agricultura iniciou na década de 1950, quando a industrialização brasileira estava crescendo, estendendo para agricultura (LOPES, 1993).

Mas também vale ressaltar o interesse do Estado na ligação do Oeste de Santa Catarina com o restante do estado e do Brasil, oferecendo infraestrutura necessária para as agroindústrias se instalarem e escoarem suas mercadorias. Pertile (2008), pontua:

O modo como as infraestruturas foram sendo disponibilizadas ao setor agroindustrial pelos municípios fez com que as empresas, de certa forma, passassem a exigir uma infraestrutura básica, para possibilitar a implantação de uma nova unidade industrial. E, não tendo, a princípio, outras possibilidades de emprego, os governos municipais, estaduais e mesmo federal, comprometeram-se com esse setor privado que buscou sempre o que quis de mais importante, o lucro em seus empreendimentos. Esse mesmo setor possibilitou, por outro lado, integrar a região com diversas outras regiões brasileiras e, posteriormente, também com outros países, por meio de seus produtos (PERTILE, 2008, p. 149).

É expressivo o incentivo que os governos deram para consolidação das agroindústrias na região Oeste de Santa Catarina, podendo caracterizar a região como efetiva integração a economia nacional com a expansão capitalista no Oeste catarinense (CAMPOS, 1987). A união entre interesses da iniciativa privada e da pública para beneficiar as grandes agroindústrias na região permite perceber como o capital se articula para reestruturar determinados locais, buscando atender as preocupações de como explorar as riquezas naturais e a força de trabalho em busca de maiores lucros. É partir desse debate que as cidades vão se estruturando, como também às indústrias, assunto que será discutido a seguir.

### 2.1.2. Indústria e cidade: algumas considerações

Compreender a dinâmica da cidade e sua importância para o território são requisitos para entender as relações estabelecidas tanto local como mundialmente.

Sposito (2001, p. 42) afirma: "A expressão indústria traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objetivo a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza". Se a indústria se refere à transformação do que é natural, vale destacar a visão de Santos (1996) ao defender que a produção do espaço acontece com a produção humana, já que o ela resulta da ação dos homens sobre o próprio espaço, através de objetos naturais e artificiais. Assim, se "cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais" (SANTOS, 1988, p. 22) é válido dizer que a indústria, no sentido de produção de mercadorias, tem seu berço no campo, onde será produzida a matéria-prima encaminhada à fábrica, por vezes denominada como indústria numa variação semântica que tende a desvalorizar o trabalho camponês.

Nesse sentido é necessário destacar um conceito importante que permitirá compreender as relações de poder na sociedade: o território. Raffestinn (1993, p.143-144), define território, sendo "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si". Nesse sentido, quando existe uma relação econômica exercida sobre determinado lugar, tendo o homem como força motriz da ação, tem-se o território e a delimitação das relações de poder na sociedade. Para Santos (2001, p. 17) "território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada".

A partir da definição de espaço é possível discutir sobre o surgimento da cidade e, conseqüentemente da indústria, sendo que cidade e indústria são dois elementos dependentes um do outro. Sobre as cidades, Carlos (1992) observa que:

A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado. Por outro lado, é necessário considerar que a cidade só pode ser pensada na sua articulação com a sociedade global, levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais (CARLOS, 1992, p. 57).

Sposito (2001) também vem contribuir sobre a importância da cidade no sistema capitalista:

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala - a industrial -, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana (SPOSITO, 2001, p. 64)

Nesse processo de surgimento das cidades e das relações de poder que as norteiam, também começam a ganhar força as indústrias, o que é possível com a divisão de classes sociais e o estabelecimento dos tipos de atividades que cada classe exerce sobre determinado território. Ainda Carlos (1992):

Passa a existir uma divisão do trabalho fora da produção agrícola. As primeiras cidades vão surgir exatamente nos locais onde a agricultura já apresentava certo estágio de desenvolvimento, ou seja, na Ásia, e só muito mais tarde, na Europa. A divisão do trabalho, além de implicar uma divisão da sociedade em classes, vai determinar uma separação espacial entre as atividades dos homens, logo entre cidade e campo [...] Assim, podemos vincular a existência da cidade a pelo menos seis elementos: a) divisão do trabalho; b) divisão da sociedade em classes; c) acumulação tecnológica; d) produção de excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; e) um sistema de comunicação; f) uma certa concentração espacial das atividades não agrícolas (CARLOS, 1992, p. 59-60).

Para contribuir, Sposito (2001) afirma:

A fábrica e todos os investimentos necessários para que o capital desenvolvesse plenamente a capacidade produtiva das unidades industriais, exigiam a ampliação dos mercados, o que quer dizer o fortalecimento das relações entre os lugares. A especialização funcional que vimos começar com a manufatura manifestou-se numa divisão social do trabalho cada vez mais complexa à medida que o capitalista fazia mais investimentos na unidade industrial, com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva. Esta ampliação pressupunha a expansão do mercado. À produção artesanal corporativa bastava quase que apenas o mercado local; à produção industrial em larga escala era necessário que este mercado se ampliasse a nível regional, nacional e até internacional. Isto significou o fim da cidade como sistema institucional e social quase autônomo e provocou, de forma definitiva, a constituição de redes (SPOSITO, 2001, p. 53).

Para que todos esses pontos abordados por Carlos (1992) entrem em ação, é essencial a demarcação/delimitação do espaço, para formar as relações de poder e atividades econômicas e sociais, sobretudo pensando no fortalecimento industrial. É possível, ainda, discutir um outro conceito: a formação socioespacial. Segundo Santos (1978):

O modo de produção, formação social, espaço - essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórias e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social [...] Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1978, p. 14).

Santos (1978) em sua análise sobre o modo de produção, utiliza a base territorial para dar sentido às especificidades dos lugares, não deixando de destacar a relação de poder que se faz presente na formação social, quando fala em produção propriamente dita, na circulação, na distribuição e no consumo, todos constituindo o que o autor chama de especificidade do lugar. Ainda Santos (1978):

De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (SANTOS, 1978, p. 18).

As formações econômicas e sociais que Santos (1978) abordou acima se refletem em ações que vão constituir o espaço construído com infraestrutura e que darão condições para realização das diversas atividades que a sociedade exerce, sejam econômicas, políticas, administrativas, entre outras.

### 2.1.3. Importância da Perdigão para Santa Catarina e para o Brasil

Para iniciar a discussão da importância da Perdigão regionalmente e nacionalmente, é preciso ressaltar o momento em que as atividades de armazenamento de banha e processamento de carne tiveram início no estado de Santa Catarina. Segundo Espíndola (2002):

Em Santa Catarina, os primeiros investimentos realizados no processo de beneficiamento de banha e de carne suína foram feitos, também, nas regiões de colonização alemã, sob liderança de capitais comerciais (Salinger e Cia. Jensen). No Sul do estado, as inversões se realizaram por volta do final do século XIX e início do século XX (ESPÍNDOLA, 2002, p. 38).

Antes de chegar em Santa Catarina, o estado do Rio Grande do Sul era um dos maiores produtores nacionais de banha. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, tornou-se visível um aumento do mercado interno brasileiro, devido a demanda por soldados, o que valorizou a produção agrícola de inúmeras regiões do país. Aliado a isto, houve o crescimento da pequena produção mercantil no Sul do país (MAMIGONIAN, 1986).

Espíndola (2002) pontua que o surgimento da indústria da carne do Sul do Brasil, se deu quando o excedente econômico ficava na região, possibilitando que o pequeno agricultor pudesse acumular capital em sua propriedade. Nesse período, o Oeste de Santa Catarina deu início ao processo de beneficiamento de carne no século XX, quando migrantes alemães vindos do Vale do Itajaí se instalaram na região, tendo participação dos italianos vindo do norte do Rio Grande do Sul.

Espíndola (2014) demonstra que o processo de ocupação da zona meio-oeste do estado é resultado da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, ao teórico final da Guerra do Contestado, e da conclusão da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Fato é que após 1916, as companhias colonizadoras como a Southern Brazil Lumber and Colonizations Co., a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia (Caxias do Sul/RS) e capitais comerciais de Porto Alegre (como Bertaso), entre outras, intensificaram o comércio destas terras ao retalha-las em lotes de 200 a 300 metros de largura por 1 quilômetro de profundidade aos limites das grandes fazendas pecuárias existentes em municípios como Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e Água Doce. Tais lotes foram vendidos aos descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul e em sua maioria contavam com áreas destinadas a campo de culturas e matas para obtenção de madeira para construção de casas, estábulos e instrumentos de trabalho.

A possibilidade de esses descendentes de europeus tornarem-se proprietários dos meios de produção em decorrência do baixo preço da terra, fertilidade natural e relativa abundância de terras, e, por consequência, de ascensão social, motivou a vinda para o quadro urbano do oeste catarinense, de pequenos artesãos, padeiros,

sapateiros, comerciantes, etc. Dentre eles, destacam-se Giocanni Riccardo Brandalise e Attilio Fontana (ESPINDOLA, 2014, p.1868).

É conveniente destacar que Fraga (2010) mostra que para colonizar as terras recebidas como pagamento pela construção da Estrada de Ferro, a Brazil Railway Company tratou de colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras sem possuir títulos de propriedade a partir de 1911. A iniciativa, bem como a concessão feita à companhia, contrariava a Lei de Terras de 1850, mas o governo paranaense (cujo vice-presidente do Estado, Affonso Camargo, era advogado da Brazil Railway) reconheceu os direitos da empresa. “Aos posseiros que ousava se opor às medidas de despejo, a Brasil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados” (FRAGA, 2010, p. 123).

No mesmo ano, com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da ferrovia, a Brazil Railway criou uma nova companhia subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Ela e a Brazil Development & Colonization Company protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia na região do Contestado (VALENTINI, 2009). Com o grande interesse do Governo brasileiro na ocupação efetiva do território e a identificação do desejo dos imigrantes europeus localizados no Centro-Oeste de se tornarem proprietários de terras, o que naquela região era praticamente impossível em decorrência do sistema de colonato, seus descendentes passarão a se fixar em território contestadense.

A família Brandalise, proveniente do Rio Grande do Sul, chegou ao Vale do Rio do Peixe depois de adquirir terras na vila de Rio Bonito, atual Tangará, à época município de Campos Novos. "Em Rio Bonito, Alberto Schmidt teve uma colonizadora em Videira, (...) em 1921 começou a colonização em Quinze de Novembro, depois Vitória e Bom Sucesso" (SPOHR, 2012, p. 18). Com os negócios prosperando, Giovanni Riccardo Brandalise, este vendedor de joias que passou a ampliar seus negócios, comprou uma área na localidade de São Roque, distrito de Perdizes (atual Videira), as quais, mesmo sendo boas e promissoras, encontravam-se em meio à mata, a certa distância da vila. De acordo com a Comunidade de Santa Lúcia, em seu retrospecto histórico e fotográfico publicado em 2011, no final de 1912, Guilherme Brandalise, ainda solteiro, se instalou na casa de Antonio Testolin, onde adquiriu sua gleba de terra e auxiliou na derrubada de pinheiros para

construção das primeiras casas. No ano de 1919, a família Brandalise instalou um moinho de trigo que possibilitou que boa parte do trigo e milho produzidos na região e em outras áreas fosse transformada em farinha (ESPINDOLA, 2014).

Em 1923, a região já estava transformada com a derrubada das matas e o crescimento dos vinhedos. Com os recursos oriundos do moinho construído pela família em Santa Lúcia, os Brandalise investiram na aquisição de um lote no centro da Vila de Perdizes, colonizada por italianos e com negócios, oficinas, fabriquetas e estabelecimentos comerciais em desenvolvimento. O casal, juntamente com seus filhos Genovefa, Saul e Adelina, passou a morar em Perdizes e construiu uma casa comercial. Em 1926, a loja passou a ser conduzida por André David, filho de Giovanni, e denominou-se A. David Brandalise & Irmãos (ESPINDOLA, 2014).

Na outra margem do Rio do Peixe, na Vila de Vitória, o abatedouro de Max Wolff, próspero nos anos 20, abatendo de dois a quatro suínos por dia, já não ia tão bem no início da década de 30. O proprietário, segundo Tassara (1996, p. 39), vendeu sua pequena unidade fabril ao alemão Fritz Lorenz, industrial blumenauense, passando a ser gerenciada por Luís Kellermann, que iniciou a ampliação e reforma do espaço físico. Em função das dificuldades de operacionalizar o abatedouro à distância, Lorenz propôs a venda da unidade aos irmãos Rene e Arnaldo Frey, dando origem à empresa Frey & Kellermann.

No final da década de 30, produzia-se banha de porco, cujo consumo apresentou um crescimento significativo, além de outros subprodutos do processamento de animais, comercializados no Posto de Venda de Produtos Suínos mantido pela mesma empresa em Vitória. E no início de 1939, a Frey & Kellermann associou-se à Ponzoni, Brandalise & Cia na criação da Sociedade de Banha Catarinense Ltda - Fábrica de Produtos Suínos e Cia, assim garantindo o fornecimento de matéria-prima animal e a compra e venda de suínos, fazendo a intermediação comercial entre criadores e frigoríficos locais e, principalmente, de São Paulo (TASSARA, 1996, p. 42). Na imagem 6, as caixas de banhas para comercialização.

**Imagem 6:** Caixas de banha fabricada por Fritz Lorenz



**Fonte:** Museu do Vinho Mário de Pellegrin, 2016.

A Perdigão era uma empresa familiar e tradicional, que segundo Chandler (1988):

Era formada por uma única entidade. Nela um ou vários proprietários dirigiam uma casa comercial, uma fábrica, um banco ou um serviço de transportes a partir de um único escritório. Em geral este tipo de empresa desempenhava uma única função econômica, para uma só categoria de produtos e numa determinada região geográfica (CHANDLER, 1988, p. 3).

O abatedouro de suínos e, posteriormente de aves, estava localizado na Vila Vitória, local onde a Perdigão deu seus primeiros passos como agroindústria da carne. Os produtos eram comercializados entre as Vilas de Perdizes e Vitória, posteriormente Videira, e na região do Oeste, abrangendo apenas alguns municípios próximos da agroindústria.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a Perdigão vivenciou um grande avanço em alguns setores, como por exemplo: a construção da fábrica de ração para granja,

cuja produção era direcionada para os produtores que forneciam os animais para abate; melhoramento genético das aves e suínos; implantação de uma política de controle de qualidade para os integrados, o que permitiu o aumento de produção de aves, vinculado aos pequenos produtos. Nesse período, a Perdigão já tinha se tornado um complexo de empresas interligadas, deixando de ser tradicional para ser uma empresa moderna e com nível de tecnologia empregada muito alto (TASSARA, 1996).

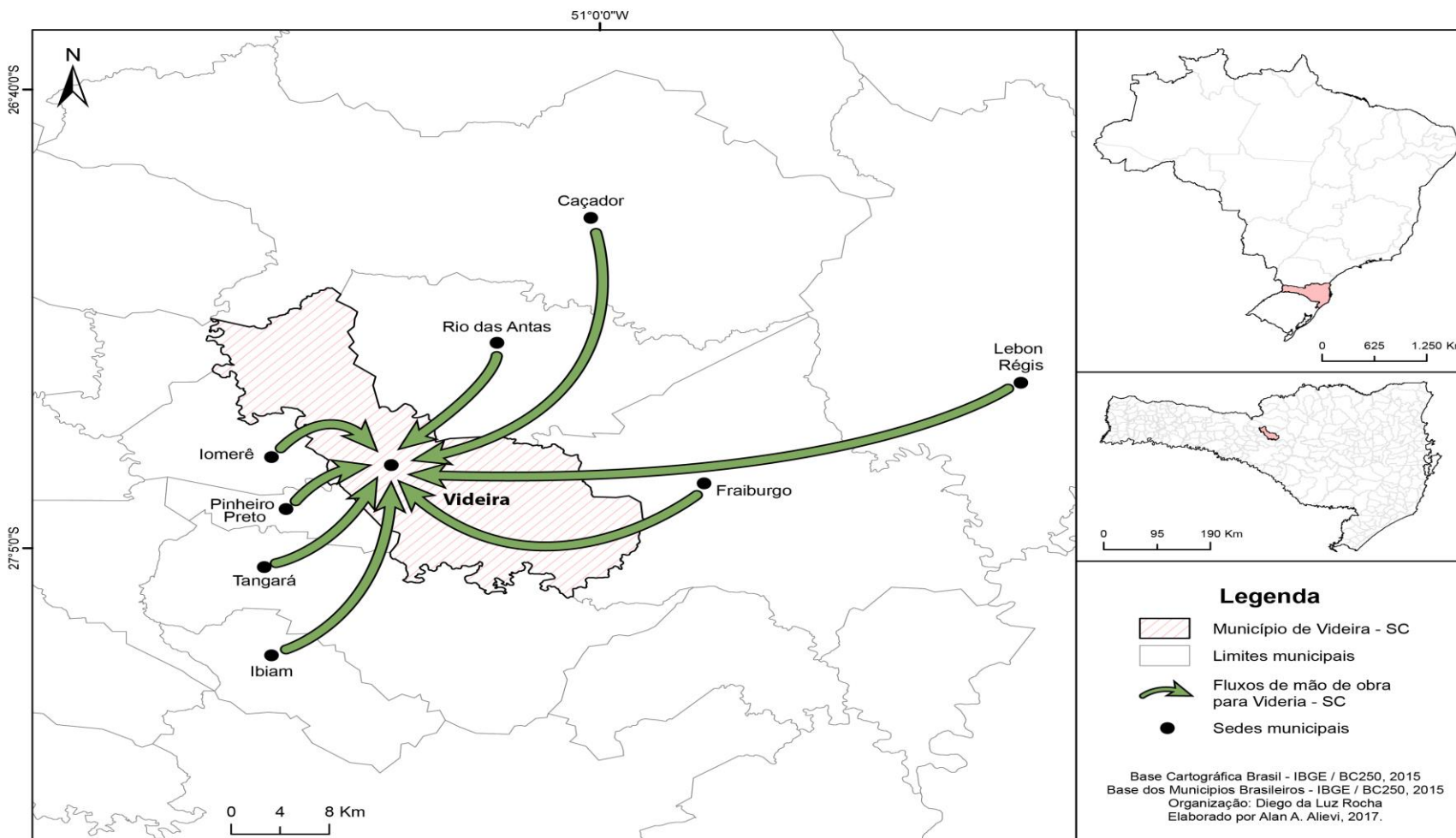
Todos esses investimentos e mudanças na sua estrutura industrial, tinham como objetivo o aumento da produção de derivados dos suínos e aves para atender o mercado de Santa Catarina e Brasil. Nesse ritmo de crescimento, a Perdigão já atuava com granjas, abatedouros, frigoríficos, fábrica de banha, curtume, fábrica de ração, moinhos, fábrica de caixas, madeireira, postos de vendas, aeroporto e filiais pelo país. Outro ponto que merece destaque no que se refere aos benefícios que a empresa trouxe para região Oeste de Santa Catarina foi o investimento no sistema de transporte, sobretudo em rodovias (boa parte com investimentos do governo estadual) e aéreo, justamente para escoar suas mercadorias para São Paulo e outros estados brasileiro. Com o melhoramento das rodovias na década de 1950, o transporte aéreo de mercadorias deixou de ser o principal, fazendo com que, até atualmente, a empresa utilizasse mais caminhões (TASSARA, 1996).

Mediante a essas transformações na dinâmica da produção local que a agroindústria ocasionou, é importa destacar o que Pertlie (2008) afirma:

A dinâmica de reorganização da divisão social do trabalho, que desloca trabalhadores para as cidades, vai constituir um mercado regular de gêneros alimentícios, impulsionando uma especialização espacial de atividades e um incremento na escala produtiva e na produtividade do trabalho. O Oeste catarinense insere-se no novo arranjo territorial como produtor de alimentos, ligado à comercialização e industrialização de suínos e aves. Nessas circunstâncias, alguns municípios possuem as unidades industriais e atraem população de diversos outros municípios principalmente para trabalhar em seus frigoríficos. Suas cidades têm apresentando importante ritmo de crescimento em termos populacionais e econômicos, possibilitando o desenvolvimento de uma maior infraestrutura. Como exemplo dessas cidades tem-se Chapecó, Concórdia e Videira (PERTILE, 2008, p. 184).

No caso específico de Videira, com o frigorífico da Perdigão, o mapa 5 destaca de quais municípios vem a mão de obra.

**Mapa 5 - Fluxo de mão de obra para agroindústria Perdigão em Videira**



**Fonte:** Pertile, 2008. Base Cartográfica Brasil - IBGE, 2015. Elaborado: Alan Alves Alievi, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

Ao tratar da importância da Perdigão para o Brasil, foram nas décadas de 1960 e 1970 que empresa instalou várias unidades comerciais e importadoras em algumas cidades do país, sendo elas: São Paulo, Bauru, Rio de Janeiro e Santos, abastecidas pelos produtos vindos do Oeste catarinense. Outro fator de destaque, a partir de meados da década de 1970, foi a exportação de frangos para os países árabes, sendo que em 1975 foram exportadas cerca de 4 mil toneladas de frangos, alcançando 2,4 milhões de toneladas em 2004. Tal crescimento e abrangência de mercado consumidor vai exigir um elevado número de trabalhadores. No quadro 19, observa-se o número de funcionários em todas as unidades industriais da Perdigão.

**Quadro 19 - Total de trabalhadores por tipo de contrato**

<b>Tipo de contrato</b>	<b>Número de funcionários</b>
Tempo determinado	234
Tempo indeterminado	58.774
Cooperados	0
Terceirizados	4.659
Estagiários	420
<b>Total</b>	<b>64.087</b>

Fonte: Perdigão - Relatório Anual de Sustentabilidade, 2008.

Na década de 1980, a Perdigão iniciou uma série de aquisições e instalações de plantas industriais, em Santa Catarina e no restante do Brasil, no sentido de aumentar e expandir sua produção. Foram comprados no estado de Santa Catarina: agropecuária; granja nos municípios de Orleans, Içara, Jaguaruna e Taió; frigorífico em Criciúma e diversas outras empresas em vários municípios, atuando de forma importante para a economia estadual (TASSARA, 1996). No quadro 20, mostra-se algumas das unidades industriais da Perdigão pelo Brasil e em Santa Catarina.

**Quadro 20** - Perdigão e suas principais empresas 1934-2005

<b>ANO</b>	<b>CIDADE-ESTADO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
1934	Videira-SC	Ponzoni, Brandalize e Cia	Comércio de “secos e molhados”
1937	Luzerna-SC	Ponzoni, Bonato e Cia	Comércio em geral
1939	Videira-SC	Sociedade de Banha Catarinense	Fábrica de produtos suínos
1940	Videira-SC	Sociedade de Vinhos Catarinense	Vinho e outros derivados
1943	Videira-SC	Sociedade Curtume Catarinense	Industrialização de couros e peles
1947	Tangará-SC	Ponzoni, Brandalise e Cia	Serraria e fábrica de caixas
1955	Videira-SC	Expresso Perdigão	Transporte de mercadorias
1955	Videira-SC	Ponzoni, Brandalise e Cia	Fábrica de rações
1957	Videira-SC	Transporte Aéreo	Transporte de produtos perecíveis
1962	Videira-SC	Perdigão S.A	Abate e industrialização de frangos
1965	Videira-SC	Perdigão Serviços Ltda	Gráfica e serviços em geral
1968	São Paulo...	Filiais comerciais	Comercialização dos produtos Perdigão
1971	Joaçaba-SC	Empório de Couros S.A.	Industrialização de couros e peles
1972	Videira-SC	Soc. Esportiva e Recreativa Perdigão	Lazer para funcionários
1973	Videira-SC	Supermercado Perdigão	Vendas a varejo
1973	Videira-SC	San Raphael Palace Hotel	Serviços de hotelaria
1974	Videira-SC	Perdigão Alimentos S.A.	Produção de ração, farelo e óleo de soja
1974	Marau-RS	Perdigão Alimentos S.A.	Produção de ração, farelo e óleo de soja
1975	Videira-SC	Abatedouro exclusivo para aves	Abate e industrialização de aves
1977	Salto Veloso-SC	Frigorífico Unifrico S.A.	Abate e industrialização de suínos e aves
1979	Medianeira-SC	Armazéns Medianeira	Atividades de armazenagens
1979	Catanduvas-SC	Fábrica de rações	Produção de rações para aves e suínos
1979	Fraiburgo-SC	Nodarisa Empreend. Florestais	Cultivo de maçãs
1980	Videira-SC	Perdigão S.A. Comércio e Indústria	Ações na Bolsa de Valores

1980	Herval d'Oeste-SC	Agropecuária Confiança	Atividades agropecuárias
1980	Capinzal-SC	Indústrias Reunidas Ouro	Abate e industrialização de aves
1982	Videira-SC	Perdigão S.A. Ind. E Com.	Lançamento do Chester
1984	Orleans-SC	Suely Avícola S.A.	Granja de matrizes, rações e incubatórios
1984	Criciúma-SC	Frigorífico Canta Galo	Abate de aves
1985	Aratiba-RS	Coop. Tritícola Taperense	Compra de cereais
1985	Marau-RS	Grupo Borella	Abate e industrialização de suínos e aves
1986	Lages-SC	Frigorífico Planalto	Abate e processamento bovino
1988	Serafina Corrêa-RS	Sulina Alimentos	Abate de aves
1989	Francisco Beltrão-PR	Perdigão S.A.	Abate e industrialização de aves
1989	Santo André-SP	Swift Alimentos	Vegetais e carnes enlatadas
1989	Mococa-SP	Frigorífico Mococa S.A.	Incubatório e abate de frangos
1989	Capinzal-SC	Joint Venture com Mitsubishi	Exportação de frango para o Japão
1995	Marau-RS	Perdigão S.A.	Fábrica de industrializados de suínos
1998	Rio Verde-GO	Complexo Agroindustrial	Abatedouro e fábrica de embutidos
2000	Carambeí-PR	Frigorífico Batávia	Abate e industrialização de perus

Fonte: Perdigão - Relatório Anual de Sustentabilidade, 2008.

No quadro, nota-se o número de unidades industriais que a Perdigão possuiu ao longo de anos, mostrando o quanto a empresa cresceu no Brasil.

Somada a essas aquisições, a modernização dos maquinários no interior de cada fábrica permitiu que a empresa alcançasse altos índices de produção e vendas no mercado nacional e internacional, expandindo sua marca para América Latina e outros continentes.

De fato é importante destacar o que Perroux (1967) pontua sobre as ações de indústrias dominantes, exercendo tipos de ações específicas sobre outras empresas e também na economia. O autor defende que "o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia" (PERROUX, 1967, p. 164).

Segundo Souza (2005):

Uma política de desenvolvimento com base em pólos de crescimento não deve centrar-se apenas na implantação da indústria motriz em determinada região, mas precisa incentivar também o surgimento de atividades satélites, fornecedoras de insumos para a atividade principal (SOUZA, 2005, p. 96).

As indústrias satélites que Souza (2005) aborda consistem justamente no que a Perdigão fez, tendo inúmeras indústrias prestando serviços para indústria motriz.

Com a presença de indústrias no território e as relações sociais estabelecidas pelo advento de empresas, permite-se falar em pólos de desenvolvimento quando uma região tem crescimento econômico acentuado devido a concentração de indústrias sem se expandir para todo território nacional, ficando em algumas localidades propícias à instalação (ANDRADE, 1973). Mas, para que esse pólo se mantenha sendo fator de desenvolvimento e atração de empregos, são necessárias algumas medidas para conceber resultados que venham beneficiar o local e a região. Segundo Andrade (1973):

Assim, se observa que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes e que em consequência, uma indústria que hoje provoca o aparecimento de um pólo, se ela não se renova, não dá margem ao surgimento de uma série de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada, fará com que o polo desapareça gradativamente, que a sua função polarizadora vá sendo absorvida por outros centros, por outros pólos. Em geral a indústria motriz em sua ação de obtenção de matérias primas, de ponto de atração para mão de obra e de produtora de um ou de uma série de produtos dinamiza a vida regional provocando a atração de outras indústrias, criando aglomerações de população que estimulará o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias nas áreas

fornecedoras de alimentos e de matérias primas e desenvolve a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que a cerca, que se instala em sua área de influência (ANDRANDE, 1973, p. 54).

A Perdigão exerce sobre o território o que a indústria motriz faz, segundo Andrade (1973): obtém a matéria-prima através dos integrados e estimula atividades agrícolas e pecuárias. Sendo assim, a maior agroindústria do município de Videira, é um pólo de crescimento, pois: "provocam o crescimento do produto e da renda *per capita* sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais" (ANDRADE, 1973, p. 55-56).

O programa de integração que a Perdigão executa com seus produtores é interpretado como uma das características de indústria motriz, muito utilizada no Oeste catarinense.

#### 2.1.4. Integração

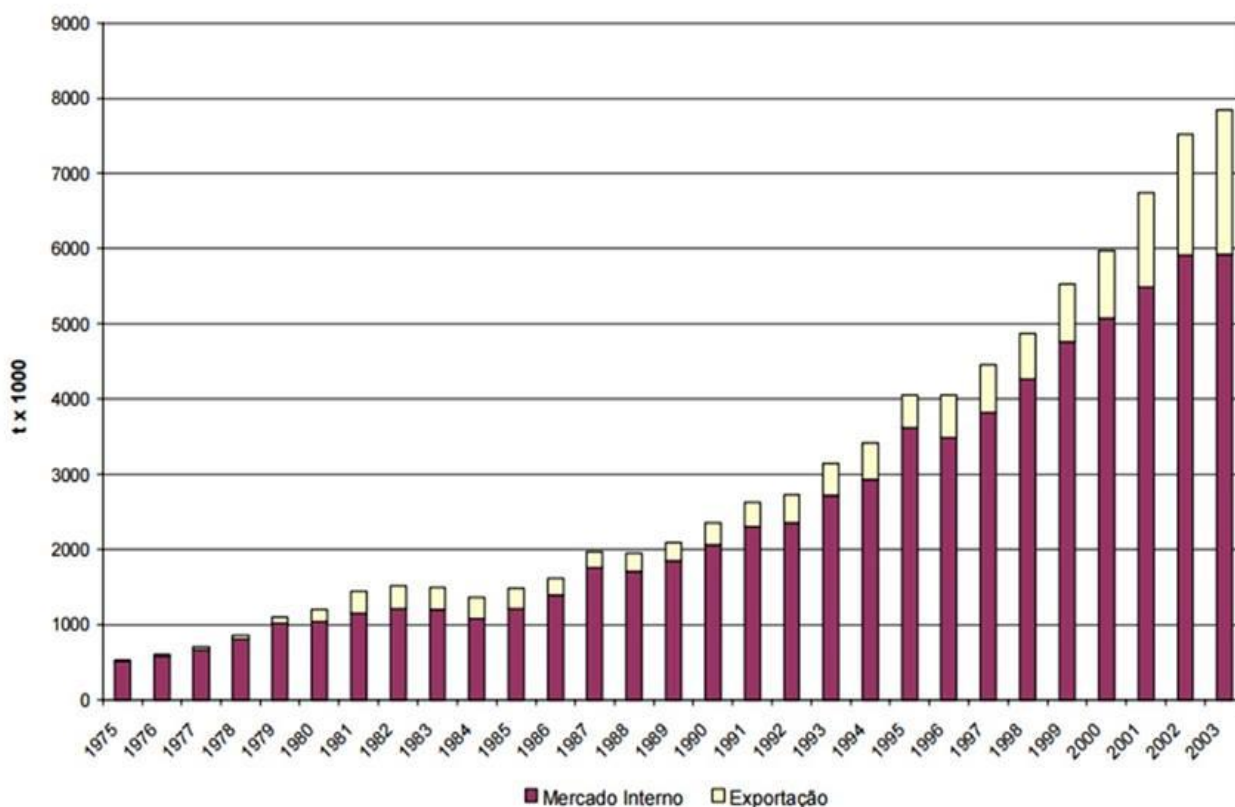
Com o crescimento das vendas de carnes processadas para o mercado interno e externo foi necessário aumentar a produtividade de aves e suínos nas empresas agroindustriais. Foi na década de 1960 que o sistema integrado de produção teve seu início, ocasionando uma série de consequências, que segundo, Pertile (2008):

Os sistemas de produção agropecuária "integrada" no segmento da avicultura tiveram o seu início de implantações no Brasil na década de 1960, em Santa Catarina. Posteriormente, foi implantada para a suinocultura, assim como se estendeu para os demais estados do Sul do país. A ideia central contida neste sistema de produção é a da garantia de fornecimento de matéria-prima homogênea e de qualidade, produzidas pelos produtores rurais para a indústria processadora. Inicialmente o sistema integrado funcionou por meio de acordos informais entre produtor e indústria. Na medida em que os processos foram ficando maiores e mais complexos, foram sendo desenvolvidos mecanismos formais e foram implementados os contratos entre a empresa integradora e o integrado (PERTILE, 2008, p. 98).

Em primeira instância, o sistema de integração foi introduzido na produção agropecuária de aves, onde o número de abates cresceu nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1970. Posteriormente foi implantado para a produção de suínos. Esse sistema de integração, visa aumentar não somente a produtividade,

bem como a qualidade da matéria-prima que chega na indústria. Para tanto, houve uma série de melhoramentos no que diz respeito a estrutura das granjas de aves e suínos e no melhoramento genético das matrizes dos suínos. No gráfico 9, pode-se observar a crescimento da produção de aves em toneladas em 28 anos.

**Gráfico 9** - Produção brasileira em toneladas de aves entre 1975 - 2003



Fonte: ABEF, 2002.

Conforme mostra o gráfico, a produção de aves no Brasil vem crescendo desde meados da década de 1970. O consumo interno brasileiro, a partir do ano de 1984, vem aumentando significativamente, mantendo-se estável nos anos de 1987 e 1988. Já a exportação se fortaleceu da década de 1990 em diante, devido à introdução de novas tecnologias nas unidades industriais e ao maior incentivo do governo para exportação. Ao mesmo tempo, o gráfico revela que o sistema de produção agropecuária integrada favoreceu o aumento de aves abatidas ao longo dos anos, posteriormente, sendo aplicado na produção de suínos.

Mas, no sistema produtivo de integração, as empresas estão presentes na forma de conceder algumas condições para o produtor:

[...] pode-se afirmar que, de uma forma geral, as empresas integradoras, por um lado, disponibilizam recursos, na forma de insumos (rações, reprodutores suínos, sementes, pintinhos de corte, etc) e assistência técnica, o que, com o trabalho do produtor, irá garantir a produtividade e qualidade necessária (e exigidas) pelas empresas. Por sua vez, o produtor integrado participa no ciclo produtivo com as suas instalações, mão de obra e outros custos, tais como a energia elétrica consumida no processo produtivo, água, etc (PERTILE, 2008, p. 99).

As empresas fornecem os insumos necessários para o produtor que, em segundo momento, fornece a matéria-prima dentro dos padrões de qualidade que cada empresa exige. O processo requer do agricultor, dedicação praticamente exclusiva, pois as medidas sanitárias são rigorosas e vão desde a chegada dos insumos até a entrega de aves para o abate. Esse é o sistema integrado da avicultura. No sistema de produção integrada da suinocultura é diferente.

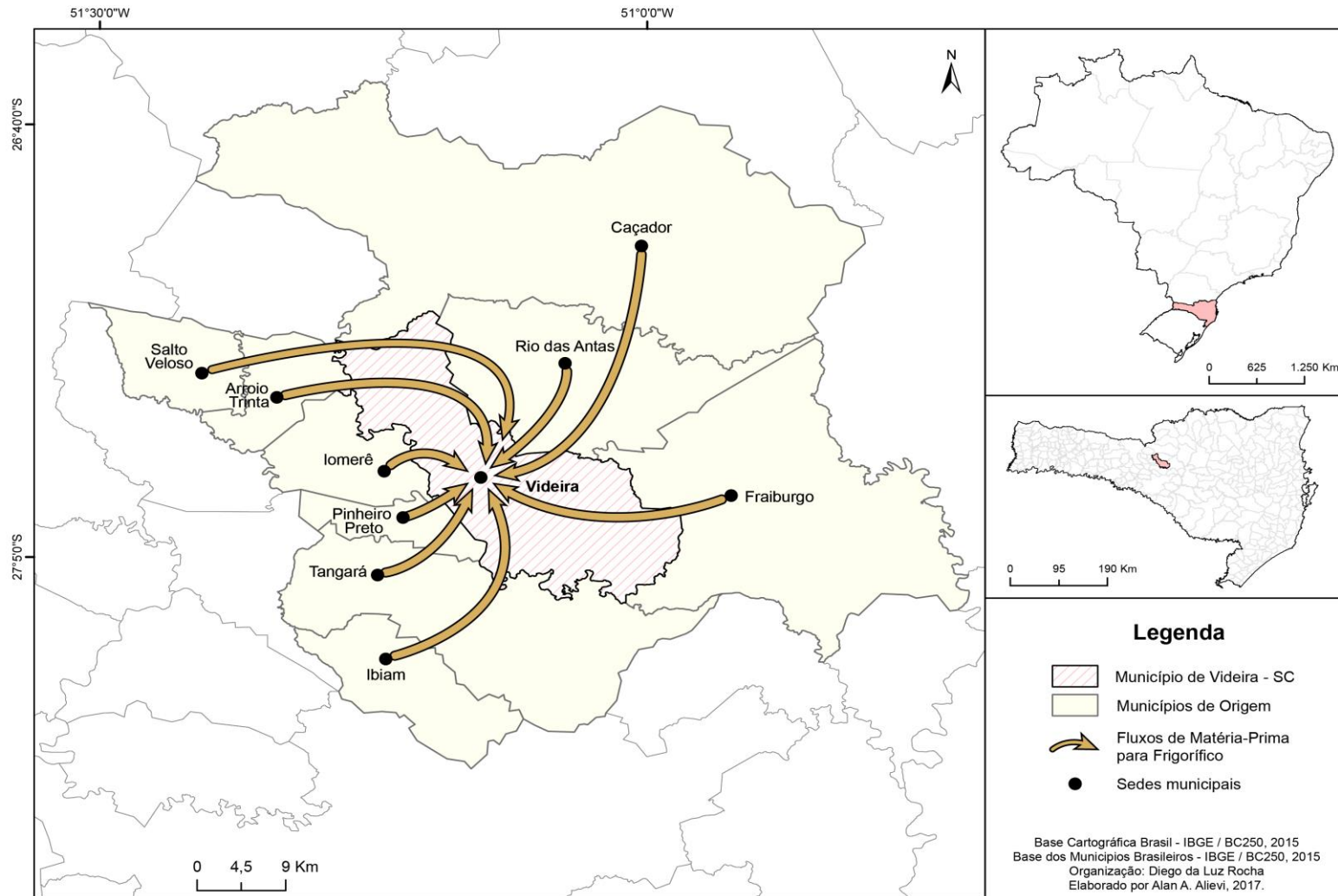
Já na suinocultura, atualmente existem diversas modalidades. Por um lado, há produtores que trabalham dentro do sistema "Ciclo Completo", o que significa que possuem o seu próprio plantel produtor e efetuam todo o processo de cria, até disponibilizar os lotes de suínos para o abate. Eles adquirem reprodutores, grãos concentrados e/ou rações prontas no mercado e vendem às agroindústrias o seu produto final. Estes suinocultores consideram-se como "integrados" quando adquirem esses insumos a "prazo de lote" (a pagar quando os suínos terminados estão prontos para o abate), ou seja, quando recebem insumos a crédito, com o compromisso (muitas vezes, informal ou não contratual), de entregar a matéria-prima para a indústria que o apoiou no seu processo produtivo. Ainda dentro do processo de integração na suinocultura existe outra modalidade, conhecida genericamente como "Parceira". Dentro deste sistema, existem dois níveis de produtores: a) o criador de leitões; b) o terminador. A empresa integradora transfere os leitões para um outro tipo de propriedade, ou seja, para os terminadores. Neste caso, os procedimentos são muito similares aos da avicultura integrada: a empresa entra com os leitões e as rações e o integrado com as suas instalações, mão de obra e alguns custos menores. Também há nestes casos, contratos formais entre o integrado e a agroindústria. Esta retira os suínos, quando atingem peso adequado para o abate (PERTILE, 2008, p. 99-100).

Mesmo tendo algumas semelhanças entre o integrado da avicultura e suinocultura, percebe-se que a agroindústria acaba tendo a maior parte do lucro, mesmo fornecendo insumos aos produtores, que para poder atender as exigências das empresas tem que envolver toda família no processo de produção. Quanto a questão de lucros para os produtores, os mesmos não conseguem obter além do

que precisam para manutenção dos maquinários e para a sobrevivência da família (PERTILE, 2008).

Outro ponto relevante, no que concerne ao sistema de integrados, é de onde vem a matéria-prima. Em maiores quantidades, os municípios circunvizinhos são os que fornecem a matéria-prima para os frigoríficos, como é o caso da Perdigão. "De forma diferenciada, numerosos outros municípios que não possuem unidades frigoríficas atuam nesse processo como fornecedores de matéria-prima (aves e suínos)" (PERTILE, 2008, p. 184). O mapa 6, mostra a origem da matéria-prima (suínos e aves) para o frigorífico de Videira.

**Mapa 6 - Fluxo de matéria-prima para o frigorífico de Videira**



**Fonte:** Pertile, 2008. Base Cartográfica Brasil - IBGE, 2015. Elaborado : Alan A. Alievi, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

É interessante notar que os produtores não enriquecem neste sistema de produção agropecuária integrada, ganhando apenas para suprimir as necessidades básicas familiares e a manutenção de máquinas. A empresa, nesse caso, visa a obtenção de lucros mediante uma rotina de trabalho perigosa, no sentido de que não se responsabilizam por qualquer problema existente na matéria-prima que recebem, pagando apenas o que o produtor consegue efetivamente entregar para o abate seguindo seu padrão de qualidade.

Portanto, mesmo com o aumento da produção de aves e suínos a partir da década de 1970, sobretudo para atender o crescimento da exportação, os produtores continuam sendo o elo mais fraco da corrente, ou aqueles que ganham menos. Embora existam melhorias, afinal é preciso evoluir nos cuidados com a matéria-prima para que atinja o padrão de qualidade exigido pela exportação, elas acabam por se restringir aos produtos (nesta questão, aves e suínos) e processos, mas não os produtores, que comumente não conseguem adquirir mais áreas ou outros tipos de bens.

### 3. FUSÃO E ORIGEM DA BRF

Nesse capítulo será discutido o processo de fusão da Perdigão e Sadia, onde será abordado o conceito de financeirização como estratégia de competição com o capital estrangeiro. Terá também como objetivo, ressaltar as consequências para as empresas que foram impactadas em Videira depois do processo de fusão. Nesse sentido, caracterizar o município antes e após a fusão, é importante para verificar as possíveis mudanças locais.

#### 3.1. FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Antes de trabalhar sobre o conceito de financeirização é preciso entender o contexto internacional do século XX, que possibilitou avanço da globalização da economia. Com as crises mundial do período pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, a economia mundial teve um novo cenário, o que pode ser chamado de economia financeirizada, onde o neoliberalismo foi fator marcante desde o final do século XX, dando espaço para circulação livre de comércio e de capitais (SILVA, 2013). Algumas consequências da globalização foram percebidas no que se refere a desregulamentação e a liberalização comercial e financeira, como também a não intervenção do Estado na Economia (PLIHON, 2005). Essas características da economia financeirizada permitem o aumento de acionistas na economia dos países e das empresas (DOCKÈS, 1976). A liberalização financeira, pode ser entendida, segundo Miranda (2013):

[...] como o fim dos obstáculos que separavam os mercados nacionais dos estrangeiros. O fim dessas restrições se consubstanciou na liberalização dos fluxos de capital, o que permitiu o aproveitamento dos diferentes de câmbio de juros entre países e o desenvolvimento do mercado de *securities* e de capitais. Esse processo resultou na criação de novos produtos financeiros, na redução do controle sobre a movimentação do capital e na integração dos mercados financeiros, com o aumento de aplicações estrangeiras nas bolsas nacionais (MIRANDA, 2013, p. 12-13).

Quando a autora aborda sobre aplicações estrangeiras nas bolsas nacionais, ela exemplifica o que aconteceu com muitas empresas brasileiras na

década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, quando deixaram de ter o lucro total com gestão familiar, tornando-se empresas de capital aberto com sistema de gestão de governança corporativa, como é o caso da Perdigão.

Na década de 1990, o capitalismo a nível mundial foi tomando outro rumo, sobretudo na acumulação de capital não-fixo, isso devido à abertura/liberalismo de diversas economias de vários países, incluindo o Brasil. Brum (1997, p. 464), expressa sua preocupação ao pontuar que: "a abertura da economia, a liberalização do mercado, e globalização, expõem cada vez mais os agentes econômicos à concorrência internacional". Nesse contexto, segundo Stockhammer (2004), a concepção de financeirização envolve quatro questões fundamentais, sendo elas: globalização dos mercados, o movimento de maximização da riqueza dos acionistas, o aumento da renda das atividades financeiras e a nova forma de gestão nas empresas, onde a prioridade é a distribuição dos lucros e baixo investimento físico. Para Chesnais (1996), a desregulamentação e a liberalização financeira tiveram como consequência a mundialização do capital, ocasionando a dominação do capital rentista sobre a produção nas indústrias.

Essa mudança da acumulação na economia e a mundialização da mesma, são medidas que permitiram que as empresas tivessem suas ações vendidas no mercado globalizado, como citado. Angletta (2004), aborda a financeirização como uma nova forma de riqueza, que deixa de estar associada ao estoque de capital real (equipamentos, máquinas, ativos imobilizados, etc), para associar-se aos ativos financeiros (ativos que rendem juros, dividendos e ganhos de capital).

A financeirização tornou-se o novo regime de acumulação no Brasil e em diversos países, ocasionando transformações em escala micro e macroeconômicas. De acordo com Miranda (2013):

O sistema financeiro, além de ser uma das fontes de recursos para o investimento, passa a ser uma fonte de valorização e ampliação do capital e da riqueza. Consequentemente, esse processo influencia o padrão de financiamento, a estrutura de capital, o investimento, a produção, o consumo, a poupança, a gestão das organizações e o sistema de governança corporativa. Ou seja, a financeirização implica em mudanças de ordem micro e macroeconômica. Para que a financeirização tenha se tornado a forma de acumulação dominante foram necessários novos arranjos institucionais, diferentes daqueles que prevaleceram na era do fordismo. A financeirização é o novo regime de acumulação da economia, definido pela subordinação das atividades produtivas ao interesse do capital financeiro. A adoção da maximização da riqueza do acionista como

modelo de governança é uma das dimensões desta nova forma de acumulação, que afeta a gestão das empresas. Sob este modelo de governança as empresas passam a focar o crescimento de curto prazo, relacionado a seu valor no mercado de capitais, em detrimento do crescimento de longo prazo via investimentos produtivos, o que restringe o crescimento econômico do país. Esta estratégia afeta sua estrutura patrimonial, elevando sua fragilidade às mudanças adversas nas expectativas dos preços dos ativos, financeiros e de capital, e da taxa de juros. Portanto, a financeirização possui impactos microeconômicos, traduzidos pelo padrão de financiamento de pela estrutura financeira das empresas, que resultam em efeitos macroeconômicos (MIRANDA, 2013, p. 11).

Tal mudança na forma de acumulação de capital, proporcionada pela financeirização, acaba por trazer consequências negativas para o país. As empresas abrem suas ações para o mercado e os acionistas adquirem-nas, tendo o direito de participação na gestão da empresa. Sob esta lógica, parte do lucro obtido no período será destinado aos acionistas, interferindo no crescimento país na medida em que o capital não é investido no país de origem.

No Brasil, observa-se a abertura da economia ou a financeirização a partir da década de 1990, quando várias empresas abriram suas ações ao mercado global e vários acionistas começaram a comprar ações para ter poder de decisão na gestão, interferindo no mercado e na economia como um todo. Um exemplo de abertura de suas ações foi a Perdigão devido ao processo de mudança na estrutura administrativa e financeira, iniciada na década de 1990, que possibilitou, futuramente a fusão com a Sadia em 2009.

Antes de chegar na fusão propriamente dita, a partir da década de 1990, a Perdigão encontrava-se com uma dívida muito alta devido às compras de unidades pelo Brasil. Ela se transformou numa gigante empresa com dificuldades de administrar suas contas e com dívidas que foram assumidas para gerar o capital necessário dessas novas aquisições (TASSARA, 1996). Nessa mesma década, houve um esforço de reorganização na gestão da empresa para sanar as dívidas, medidas tomadas em função da pressão dos acionistas minoritários sobre a família Brandalise (ainda detentora da maior parte das ações da empresa).

Mas, devido ao tamanho da dívida adquirida, os juros altos não permitiram a quitação de todos os gastos. A sugestão feita pelos acionistas minoritários foi de profissionalização da gestão, neste caso deixando de ter controle familiar para profissional. Vale destacar que o fundador da empresa, Saul Brandalise, faleceu no

início da década, deixando a gestão da Perdigão e demais empresas sob a direção de seus filhos. Mediante esse contexto, em 1993, um novo presidente assume o Conselho Administrativo, Eggon João da Silva, indicado pelos acionistas, que também tinha participação acionária na Perdigão. Mais tarde, no mesmo ano, Eggon assumiria a presidência da empresa, preparando a transferência do controle acionário da Perdigão (TASSARA, 1996).

Foi em setembro de 1994 que a venda das ações da família Brandalise se consolidou colocando fim ao controle acionário da família sobre a Perdigão. Tassara (1996, p. 110) diz que: "assim, em um negócio de US\$ 150 milhões de dólares, correspondente a 70,6% do capital votante da empresa, a família Brandalise encerrou sua participação na Perdigão, saldando suas dívidas com a mesma e com os demais acionistas". Percebe-se que, já na década de 1990, a gestão da empresa não era mais familiar, sendo então uma empresa de capital aberto.

Com a reorganização que a empresa vinha passando no setore administrativo, na diminuição de gastos, custos e de funcionários, alguns empreendimentos da empresa foram vendidos, outros desativados e terceirizados, para focar na industrialização e comercialização de aves e suínos. O objetivo dessa nova gestão profissional era operar no financiamento no exterior, voltar a crescer no mercado e expandir a produção no mercado interno. Com o novo Projeto de Otimização das Fábricas, a ideia era aumentar 50% das vendas no Brasil, abrindo nova unidade industrial no Rio Grande do Sul e investindo na modernização do processo produtivos nas fábricas instaladas em outras regiões do país. Isso fez com que o número de abate de aves e suínos crescessem. Conforme o quadro 21, observa a produção de aves e suínos nos anos de 1994 a 2006.

**Quadro 21** - Evolução da capacidade instalada de abate e/ou industrialização – 1994-2006

<b>Capacidade</b>	<b>1994</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Abate de aves (milcab/semana)	2.715	6.540	9.000	9.550	10.020	10.500
Abate de suínos (milcab/semana)	22	44	64	68	70	70
Frigorificados aves (mil ton/semana)	162	409	570	621	730	773,4
Frigorificados suínos (mil ton/semana)	159	306	450	465	510	557,2
Total frigorificados (mil ton/semana)	321	715	1.020	1.086	1.240	1.330,6
<b>TOTAL</b>	<b>3.379</b>	<b>8.014</b>	<b>11.104</b>	<b>11.790</b>	<b>12.570</b>	<b>13.231,2</b>

Fonte: Relatório Anual da Perdigão, 1994 - 2006.

Depois da venda de ações da família Brandalise e o investimento em modernização nas unidades industriais, a Perdigão teve um aumento na produção de aves e suínos muito acentuado, conforme mostrado no quadro 3, aumentando também sua participação no mercado interno e externo ao longo dos anos.

Em meio ao crescimento produtivo e aumento de sua presença no mercado nacional e estrangeiro, a Perdigão vinha negociando uma possível venda de ações para Sadia. Vale destacar que a Sadia estava tendo prejuízos com a crise financeira de 2008, pois estava perdendo mercado nacional e internacional e acumulando dívidas.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar o conceito de fusão:

A fusão de empresas é o negócio plurilateral que tem por finalidade a união das ações de duas ou mais sociedades na forma de uma nova sociedade, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, ou seja, implica sucessão universal, com a extinção das empresas anteriores fusionadas, e está descrita na lei nº 6.404/76 no art. 228 (SANTOS, SCHMIDT e FERNANDES, 2003, p. 302-303).

Foram três tentativas de compra das ações da Perdigão por parte da Sadia. Segundo Dalla Costa e Souza-Santos (2009), essas tentativas permitiriam alavancar

a parte financeira da Sadia, que estava com sérios problemas e com muitas dívidas. Ainda para os mesmos autores, a Perdigão estava se tornando uma empresa maior que a Sadia, podendo ser observado na receita líquida de cada empresa. Enquanto a Perdigão lucrou em 2008 cerca de 11,4 bilhões reais, a Sadia contabilizou apenas 10,7 bilhões de reais. Outro dado importante, de acordo com Dalla Costa e Souza-Santos (2009), são os lucros/prejuízos: a Perdigão em 2008 obteve 54 milhões, contra -2,5 bilhões de reais, indo ao encontro daquilo que os autores pontuaram sobre a necessidade de alavancar a capacidade financeira da Sadia.

Em dezembro de 2008 foi acertado com o presidente da Perdigão, Nildemar Secches, e os fundos de pensões controladores da empresa a venda de 32% das ações (TASSARA, 1996). A Perdigão ficou com 68% das ações. Em 19 de maio de 2009, foi feito o anúncio da fusão entre Perdigão e Sadia, tendo a partir dessa data o nome de Brasil Foods - BRF.

Percebe-se que a financeirização da economia brasileira, desde a década de 1990, possibilitou a venda de ações da Perdigão para Sadia, unificando duas grandes empresas do setor alimentício do país e tornando-a a maior do mundo nesse ramo. Mas, ao analisar as consequências para o Brasil deu-se a possibilidade de alcançar índices altos na exportação de aves para muitos países, sobretudo para região do Oriente Médio, ou seja houve o fortalecimento da Brasil Foods (BRF), na disputa do mercado mundial no ramo alimentício frente a outras empresas nacionais e estrangeiras.

### 3.2. EMPRESAS IMPACTADAS PELA BRF E A IMPORTÂNCIA DELAS NO MERCADO

Com a fusão da Sadia e Perdigão, a nova empresa BRF (Brasil Foods) passou por algumas alterações no mercado brasileiro, no que se refere a sua abrangência de mercado. Foram exigidos pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) alguns requisitos para não configurar monopólio no ramo alimentício, sobretudo, para não haver concorrência desleal com outras empresas do mesmo ramo. O CADE exigiu a venda de algumas empresas compradas pela Perdigão ao longo dos anos do seu crescimento e limitou outra parte para não configurar oligopólio e permitir que outras empresas tenham o mesmo poder de

venda de seus produtos. No quadro 22, observa-se algumas restrições imposta à BRF.

**Quadro 22 - Restrições exigidas pelo CADE**

<b>Restrição</b>	<b>Marca</b>
<b>Suspensão</b>	Perdigão
<b>Limite de atuação</b>	Batavo (lácteos)
<b>Venda</b>	Rezende
	Escolha Saudável
	Fiesta
	Delicata
	Tekitos
	Freski
	Wilson
	Doriana
	Texas Burger
	Confiança
	Patitas

Fonte: CADE,2009.

Observa-se que a maioria das empresas foram vendidas depois da fusão com a Sadia. Além disso, a Perdigão teve restrição de seu nome. Através destas medidas, o CADE determinou a não-configuração de oligopólio no ramo alimentício. Mediante a essas restrições, algumas empresas foram criadas no período posterior à fusão, como por exemplo a Sulita, com sede em Videira, atuando no mesmo ramo de alimentos ultraprocessados e disputando o mercado local e regional.

Segundo Deloitte (2012), a BRF teve que vender parte de seus ativos para outra indústria de alimentos, a Marfrig, tendo que transferir a totalidade de 64,57% de sua participação. Com isso, o CADE adotou algumas medidas para deixar menos desigual a atuação da BRF no mercado brasileiro. Após a fusão da Sadia e Perdigão, pode-se observar que algumas empresas tiveram que ser vendidas ou que reduzir o limite de atuação no mercado, justamente para não deixar apenas uma empresa controlá-lo, ditando os preços e impedindo que outras concorressem na demanda por ofertas. Portanto, foram várias empresas impactadas pela fusão,

sendo que algumas reduziram a participação no mercado e outras tiveram que atuar com outros nomes. É importante destacar que, tal medida adotada pelo CADE, possibilitou o surgimento de empresas no ramo alimentícios, sobretudo em escala local, como veremos de forma aprofundada no capítulo 3.

Depois da fusão com a Sadia, algumas empresas prestadoras de serviços deixaram de atuar para a agora BRF, fazendo com tais empresas prestadoras começassem a vender seu serviço para outras indústrias locais e da região, impactando diretamente no lucro e na mão de obra local.

### 3.3. VIDEIRA COM A BRF

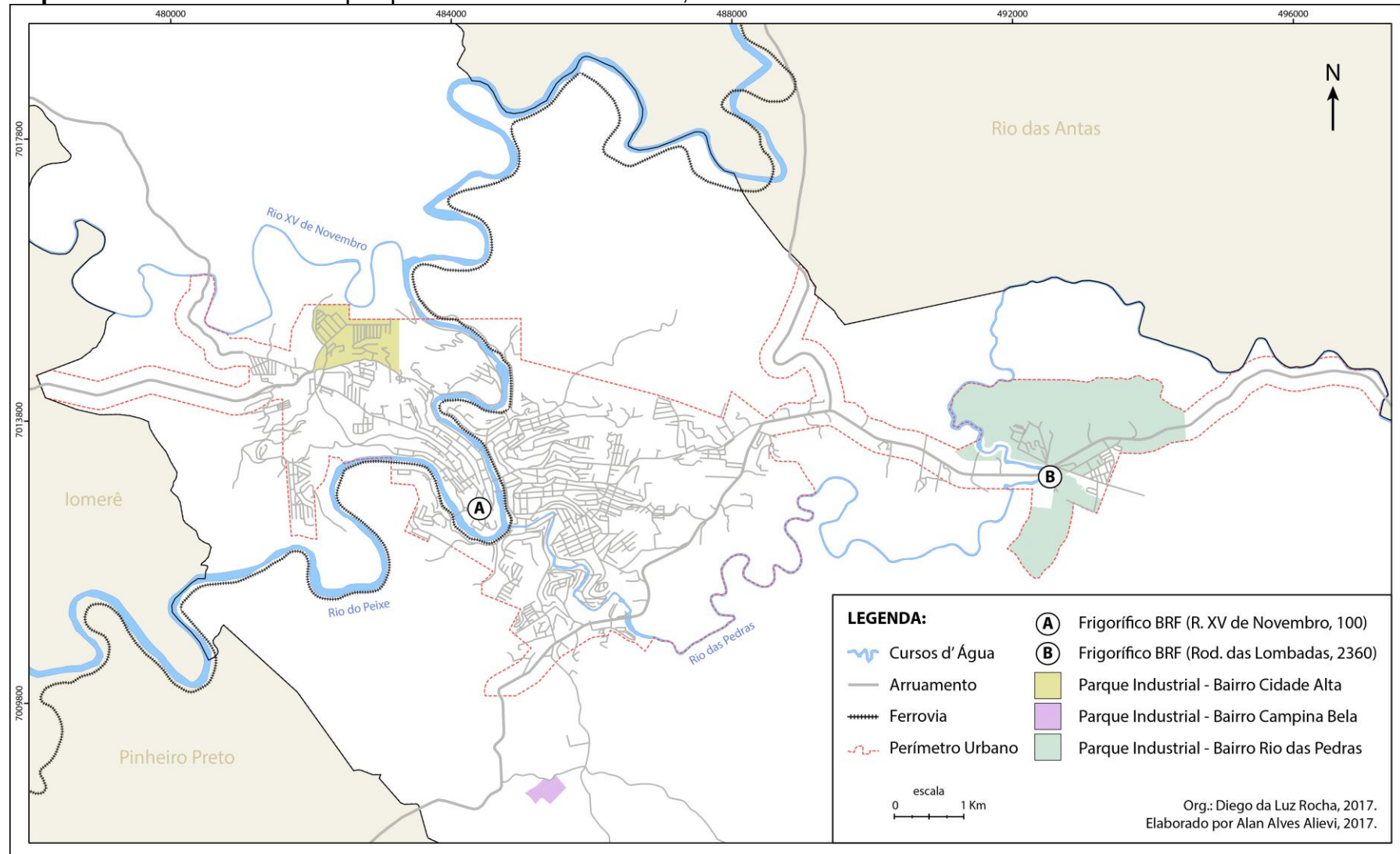
Para iniciar a discussão sobre a influência da Perdigão em Videira, bem como o período após a fusão, faz-se necessário compreender o conceito de território e lugar com maior afinco. Se o território é constituído a partir da demarcação do espaço, o lugar vem para compreender as relações que por vezes são econômicas, políticas e globais. Andrade (1995), aborda bem a questão do território, ao pontuar que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995, p.19)

Segundo o autor, a relação de poder, ou seja, de domínio sobre determinada localidade, acaba por ignorar as fronteiras políticas, como é caso da Perdigão ao adotar uma política de crescimento físico e de capital ignorando as fronteiras políticas. Antes da fusão entre Sadia e Perdigão, Videira era, praticamente, controlada pela indústria de processamento de carne Perdigão S/A, pois adquirindo vários empreendimentos, tornou-se uma grande empresa detentora de maquinários e mão de obra local, exercendo sobre o território o domínio econômico e político. Ainda de acordo com Andrade (1995), é no território que as relações capitalistas se materializam de fato, quando o homem ocupa e desenvolve atividades. No mapa 7,

é possível visualizar a planta da cidade de Videira como os frigoríficos da BRF, ponde averiguar que o frigorífico A está bem no centro da cidade.

**Mapa 7 - Unidades da BRF e parques industriais em Videira, SC**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Videira, 2017. Elaborado: Alan Alves Alievi, 2017. Org.: Diego da Luz Rocha, 2017.

No mapa 7 é interessante observar a distribuição das unidades da BRF na cidade de Videira, como também os parques industriais. No ponto A, pode-se analisar um desenvolvimento de bairros no entorno do frigorífico, onde se abatia suínos e aves, sendo este o primeiro na cidade. Posterior a fusão, houve a transferência do abate de suínos para cidade de Campos Novos. Já no ponto B, está a segunda unidade da BRF, que produz ração para, em segundo momento, ser destinadas às granjas. Vale chamar a atenção da localidade do primeiro frigorífico, bem no centro da cidade, como forma de demonstrar poder sobre o território, como também o domínio sobre esta localidade.

Raffestin (1993) contribui com o conceito de território, quando o pontua quando o ator territorializa o espaço, que segundo o mesmo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Percebe-se que os dois autores mencionam o trabalho como sendo fator que determina a relação de poder, pois sem essa atividade/ação não haveria a produção e nem a expansão das grandes empresas que Andrade (1995) aborda. Nesse sentido, para configurar território é preciso ocupar um espaço e desenvolver uma relação de trabalho e de poder sobre uma área.

A partir dessa análise sobre território, pode-se dizer que o lugar está interligado com o mundo. Leite (1998), aborda que:

[...] a origem desta percepção encontra-se intimamente relacionada ao processo de expansão do modo capitalista de produção que através de uma ampla rede de fluxos (de transportes, de informação e de mercadorias), que conseguiu incorporar progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive aqueles considerados como remotos (LEITE, 1998, p.15).

Santos (1996), trata de lugares mundializados, defendendo que:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um capó de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais

por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1996, p. 34).

Analisando mais localmente, o município de Videira está ligado por essa rede de fluxos, quando se pensa em escoar o produto da Perdigão para outros municípios e estados, por meio de transportes que interligam outros lugares no Brasil e no mundo. É a partir da análise de Santos (1996) que se entende o poder e controle que a Perdigão tinha sobre o território e, ao mesmo tempo, percebe-se que Videira está conectada com outros lugares através das redes de fluxos.

Ao longo de muitos anos a Perdigão controlava o município de Videira por diversas formas, pois a mesma tinha adquirido vários empreendimentos de pequeno a médio porte no início de suas atividades, expandindo seus negócios. A agroindústria também detinha uma poderosa arma de dominação local: o conhecimento do que havia de mais moderno na administração, contabilidade, setor jurídico, serviços de cartório, etc., tendo em sua equipe profissionais capacitados e com experiência. Ao passo que as aquisições iam crescendo, a comercialização dos produtos derivados da carne suína também alcançava outros municípios e estados. Grande parte da mão de obra videirense era empregada no frigorífico, destinado para abate de suínos. Com o crescimento, outra quantidade passou a ocupar cargos administrativos. Mas, qual a relação do conceito de território e lugar no município de Videira?

Devido a grande participação e ao número de pessoas trabalhando em função da Perdigão, sobre determinada hierarquia de poder, pode-se observar o espaço demarcado com atividades econômicas e relação de poder entre Perdigão e população. Até o ano de 2009, como o nome Perdigão, a empresa detinha, além da maior parte da mão de obra local, a alcunha de indústria mais importante para Videira. As relações cotidianas da maioria das pessoas dependiam da Perdigão, seja no sentido de emprego como de moradia e sobrevivência. A empresa fornecia casas para os trabalhadores nos arredores do frigorífico e posteriormente em outros bairros da cidade<sup>3</sup>, demonstrando a força econômica, política e administrativa que a Perdigão tinha sobre os funcionários e na cidade.

---

<sup>3</sup> Destacam-se a Vila Perdigão existente no atual Bairro Floresta, as moradias dos trabalhadores nos arredores do frigorífico no Centro e os conjuntos habitacionais construídos pela agroindústria no Bairro Santa Tereza.

A Perdigão ao longo dos anos, dominou toda cadeia produtiva de derivados de suínos na cidade, assim conseguiu reunir poder suficiente para promover o desenvolvimento do comércio local, através de empresas controladas pela indústria, mas capazes de fornecer à população certa diversidade de produtos e serviços. Isso deixa claro a influência sobre o território que a Perdigão exercia, determinando até o que a população poderia comprar e o crescimento populacional da cidade. Não causa estranheza encontrar referências ao "boró" no dia a dia do videirense, referindo-se a uma espécie de moeda ou vale fornecido pela Perdigão como forma de pagamento do salário aos trabalhadores e cuja aceitação acontecia somente nas empresas controladas pela agroindústria, como era o caso da mercearia e da lojinha de produtos da empresa.

Esse é um exemplo nítido de controle e poder sobre pessoas e instituições exercido por apenas uma indústria local, dificultando a chegada de outras empresas no município, justamente por controlar toda cadeia produtiva. O controle da Perdigão se estendia desde a criação de suínos e aves, até o processamento de carnes e, posteriormente aos locais de destinos dos produtos já industrializados. Na imagem 7, observa-se o frigorífico e as casas perto da antiga Perdigão e na margem esquerda do Rio do Peixe, além de um novo bairro em crescimento, o atual Cibrazém, grande fornecedor de mão de obra para as linhas de produção. Na década de 80, foi construída a ponte ligando as duas margens do rio, ressaltando que o recurso dessa construção chegou por intermédio do governo estadual, acabando por facilitar a entrada e saída de mercadorias do frigorífico.

**Imagem 7** - Unidade da antiga Perdigão em Videira/SC - 1980



**Fonte:** Museu do Vinho Mario de Pellegrin, 2017.

Mediante as atividades econômicas realizadas pela Perdigão, pode-se concluir que Videira está interligada com o país quando seus produtos alcançam outros estados e mundialmente através das exportações. Atualmente, com a fusão entre Sadia e Perdigão, o controle sobre o território não deixou de ser exercido pela união das duas marcas, houve apenas uma diminuição da relação de domínio no sentido de ter menos empresas da cidade fornecendo serviços para Brasil Foods.

Com a BRF, algumas empresas do município continuam tendo dependência da agroindústria para vender seus produtos em grandes quantidades. Destacam-se as indústrias de material para acabamento da mercadoria, como por exemplo: capa de plástico, rede para enrolar o frango, fitas adesivas especiais, caixas, entre outros. Portanto, observa-se que houve algumas mudanças no sentido da relação de poder e controle sobre a cidade. Politicamente, a fusão permitiu o nascimento outras indústrias que viessem a prestar algum tipo de serviço na produção de aves e suínos.

Atualmente o setor agroindustrial é ainda o mais influente em Videira. Neste caso, o pouco que a BRF deixou de influenciar foi inexpressivo nas relações de

trabalho e poder. No quadro 23, vale destacar o número de funcionários que BRF possui no Brasil a partir da fusão entre Sadia e Perdigão.

**Quadro 23** - Número de funcionários da Brasil Foods (BRF) 2009/2015

<b>Ano</b>	<b>Número de funcionários</b>
<b>2009</b>	113.912
<b>2010</b>	113.614
<b>2011</b>	118.859
<b>2012</b>	113.560
<b>2013</b>	109.426
<b>2014</b>	104.400
<b>2015</b>	105.733

Fonte: Relatório Anual da BRF, 2015.

Depois da fusão no ano de 2009, nota-se que o número de funcionários começou a apresentar reduções gradativas, sobretudo na cidade de Videira quando a questão se pauta na quantidade de pessoas admitidas com a atual marca a BRF. Embora com a fusão, a antiga Perdigão teve que fechar algumas unidades industriais pelo país, é importante pontuar que a partir do momento em que as duas marcas se unem, o poder de atuação no mercado interno e externo não diminui. A BRF opera com 20 centros de distribuições pelo país; 35 fábricas de processamento de carnes; 3 de margarina; 3 de massas; 1 de sobremesas e 3 de esmagamento de soja, atuando também em países da América do Sul, na Europa, Ásia e no Oriente Médio. A produção de alimentos da BRF corresponde a cerca de 5 milhões de toneladas por ano, com mais de 16 mil integrados e 37 mil fornecedores (RELATÓRIO ANUAL, 2015).

Esses dados mostram como o poder de influência da BRF é forte no território nacional. Os resultados são grandes quando comparados a nível nacional, mas analisando os impactos para Videira, nota-se que houve uma série de reduções no setor industrial, assunto que será tratado no próximo capítulo.

## CONCLUSÃO

A dinâmica socioeconômica e agroindustrial em um espaço urbano pode ser determinada por inúmeros fatores que exercem influência sobre o espaço. Este espaço em questão, nesta dissertação representado pela cidade de Videira/SC, é moldado e ainda territorializado a partir das ações que agentes econômicos exercem sobre ele, na medida que o objeto deste estudo está inserido no capitalismo mundial. Não se pode, portanto, excluir o poder do capital da visão do crescimento videirense já que é representado por uma grande potência brasileira e mundial: a BRF.

Anteriormente à BRF, porém, existia uma Videira. No mesmo espaço que estuda esta pesquisa, havia uma Videira dependente de uma única agroindústria que cumpria a função central no polo de crescimento do Alto Vale do Rio do Peixe. Mas na região analisada, inserida na região do Contestado ou ainda no Meio-Oeste catarinense, havia também outra grande agroindústria, a Sadia, sediada em Concórdia.

Ambas empresas puderam crescer baseadas no avanço da industrialização brasileira, sobretudo a partir das transformações econômicas impingidas a partir da década de 1930. Vale destacar que nas primeiras décadas do século XX, o solo contestadense foi manchado pelo sangue caboclo derramado pela companhia construtora da Estrada de Ferro São Paul-Rio Grande em seu projeto de execução da obra, exploração industrial da madeira e de colonização das terras às margens da ferrovia, com o aval do Estado brasileiro. Expulsos de sua terra, feridos em sua dignidade e humilhados pela “República do Diabo”, os caboclos residentes na região lançaram-se às armas para pôr fim à matança de seus pares, de seus familiares e de suas crianças, para recuperar o direito à terra onde viviam secularmente e para restaurar seu reconhecimento como cidadãos brasileiros. Tamanha ousadia, respondida na bala e na inanição, promoveu o maior massacre já visto na história brasileira, um verdadeiro genocídio legalizado pelo Estado e executado com financiamento estrangeiro, já que a companhia dispunha de um corpo de segurança fortemente armado orientado para matar.

Nem bem o sangue havia esfriado nas águas do Rio do Peixe, a terra pertencente à companhia Lumber foram loteadas e vendidas a migrantes, sobretudo

oriundos do Rio Grande do Sul. Estes compradores, em sua maioria com parentesco estrangeiro, a destacar italiano ou alemão, atraídos pelo preço baixo da terra, viram na região a possibilidade de ter uma propriedade que lhes permitisse garantir a sobrevivência e ainda manter a produção mercantil. A proximidade com a ferrovia era útil no quesito logístico para escoamento de mercadorias. Estas foram as terras adquiridas pelas famílias Brandalise e Fontana, cujos herdeiros dariam origem à Perdigão e Sadia, respectivamente.

A fábrica de banha e posteriormente de processamento de carnes, a Perdigão, viu seu crescimento ligar-se ao desenvolvimento catarinense e brasileiro, pois evoluiu à medida que o êxodo rural se intensificou na década de 50 e que a indústria brasileira recebeu fortes investimentos, intensificando sua produção, nos anos 60 e 70. Santa Catarina, especialmente, modernizou seu setor industrial enfatizando a indústria de carnes, uma de suas principais atividades econômicas, o que colocou a região Meio-Oeste e Oeste como principais para o estado, assim recebendo investimentos em infraestrutura com o claro objetivo de prover as condições políticas e econômicas necessárias para que o setor agroindustrial local pudesse ganhar o mercado nacional e internacional. Não é espantoso ver, portanto, que a Perdigão expandiu sua planta industrial nos anos 70, inaugurando unidades em outras regiões brasileiras e fortalecendo sua presença nos mercados interno e externo.

Deve-se contextualizar, ainda, a mudança na estrutura econômica brasileira nos anos 90, quando a economia globalizada e a política neoliberal permitiram uma série de mudanças na gestão das empresas estatais e privadas, especialmente naquelas de gestão familiar. A possibilidade de abertura de capital soou, aos ouvidos e aos bolsos dos empresários, como uma forma de captar ativos para a expansão das empresas já que tornou possível que acionistas de todo o mundo conseguissem adquirir parte das ações das empresas de outros países, o que interfere diretamente na sua forma de gestão e divisão de receitas.

A Perdigão não se manteve alheia a este impacto. Se em 1993 sua gestão já havia deixado de ser familiar para adquirir caráter profissional com a contratação de um administrador para presidir seu Conselho, a possibilidade de comercializar suas ações se mostrou amplamente viável, pois ainda lhe permitia alguma especulação financeira mediante as flutuações do valor do real e do dólar nas bolsas de valores.

O fato de que a maioria de suas ações estivessem nas mãos de fundos de pensão, impactou num menor prejuízo à empresa diante da valorização do real e desvalorização do dólar com a crise imobiliária americana de 2008. O mesmo não se aplicou à Sadia, cujas ações pulverizadas e forte especulação promoveram uma grande perda de ativos, que resultou em um grande prejuízo no mesmo ano, forçando-a a vender parte de suas ações para a Perdigão e dando origem à maior agroindústria brasileira: a BRF.

A partir da formação da BRF, buscou-se analisar os dados socioeconômicos do município de Videira, tais como dados de emprego da indústria, comércio e serviços, crescimento populacional, IDH, PIB, participação das atividades econômicas no PIB municipal, entre outros, como forma de compreender as transformações causadas pela fusão entre Perdigão e Sadia para a cidade berço da primeira.

Diante disto, foi possível perceber que os impactos para Videira foram bastante significativos, destacando-se a redução da participação no PIB municipal, alinhando-se à tendência nacional da indústria promovida pela modernização do processo produtivo em busca de maior competitividade. Todavia, os efeitos não foram majoritariamente negativos para a economia local, já que cresceram as ofertas de emprego nos setores de comércio e serviços, com o surgimento de diversas empresas e a dinamização da economia local. Torna-se evidente que estas mudanças interferem diretamente no desenvolvimento da cidade ao reduzir a dependência de uma única indústria, tal como era antes da fusão.

Mesmo sabendo que Videira não tenha sido cidade de uma única indústria, o papel da grande fábrica empregadora é a marca da organização social, econômica e territorial de municípios como este. Esse não é um caso exclusivo, serve bem para entender outros municípios catarinenses e brasileiros demonstrando, indiretamente, que municípios com maior diversidade industrial correm menos risco socioeconômico quando de casos como a fusão registrada em 2009, gerando a BRF.

Depois da fusão, Videira ainda se adapta a uma nova dinâmica socioeconômica, na qual é possível perceber o crescimento de várias outras empresas em diversos ramos. Superada a dificuldade inicial, imediatamente posterior à fusão, pode-se identificar a melhoria dos indicadores e um potencial

florescimento de uma nova Videira, onde o processamento de carnes deixa de ser o principal fator de desenvolvimento econômico para dar espaço a outros segmentos.

## REFERÊNCIAS

- ABEF. **Relatório Anual 2002**. São Paulo: ABEF, 2003. Disponível em <<http://www.abef.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- ALBA, Rosa S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AGLIETTA, M. **Macroeconomia Financeira**: mercado financeiro, crescimento e ciclos. v. 1. São Paulo: Loyola. 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 3. ed. Recife: Brasiliense, 1973.
- ASSIS, Marisa de. **O mundo do trabalho**. Rio de Janeiro : SENAI/DN, 1999.
- BRF. **Relatório Anual de 2015**. Disponível em: <[file:///C:/Users/ANGELA/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual\\_Portugu%C3%AAs%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ANGELA/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual_Portugu%C3%AAs%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017 às 16:00 min.
- BRUM, Argemiro. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CAMPOS. Indio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Campina Grande, 1987.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- CHANDLER, Alfred. **La main visible des managers**. Paris: Econômica, 1988.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DALLA COSTA, A. J.; SOUZA-SANTOS, E. R.. Brasil Foods: a fusão entre Perdigão e Sadia. **Economia & Tecnologia** (UFPR), ano 5, v. 17, p. 165-176, abr/jun de 2009.

DELOITTE – Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. BRF **Brasil Foods S.A:** Relatório de Avaliação Econômico-Financeira. **Data-base:** 31/12/2011. Disponível em [http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2012-0819/20121105\\_Relatorio\\_de\\_Avaliacao\\_BRF.pdf](http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2012-0819/20121105_Relatorio_de_Avaliacao_BRF.pdf) . Acesso em: 23 de janeiro de 2017 às 10:15 min.

DOCKÈS, Pierre. **A internacional do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESPIG, M. J. **Personagens do Contestado:** os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2008.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias da carne do Sul do Brasil**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. In: VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Carlos%20Jose%20Espindola.pdf> >

FRAGA, N.C. **Vale da Morte:** o Contestado visto e sentido. Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.

GALEANO, E. **Veias abertas da América Latina**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRAZIANO DA SILVA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UICAMP, 1996.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina:** aspectos socio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: Unoesc, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em:

<[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas\\_/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017 às 12:10 min.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017 às 13:45 min.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Perspectivas para a agricultura familiar**. Horizonte 2010: Florianópolis, 2002.

LAPLANE, M. **O complexo eletrônico na dinâmica industrial dos anos 80**. 1992. 340f. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP.IE. 1992.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, 21, p. 9-20,1998.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

LOPES, Mauro. O poder das coalizões políticas de grupos de interesses de bloquear o desenvolvimento agrícola. In: **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Ed. Ely Cardoso Teixeira. Viçosa: 1993, p. 106-129.

MAMIGONIAN, Armen. **Indústria**. In: Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

MATTOS, F. M. **A industrialização catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1968.

MEIRINHO, B. C. D. Contestado, a modernização incompleta. In: FRAGA, N. C. (Org.) **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre inseulto do Brasil – 1912-2019. Florianópolis: Insular. 2012. p. 27-44.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas: Unicamp, 1998.

**MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)> Acesso em 5 de fevereiro de 2017 às 16:50 min.

MIRANDA, B. P. J. **Impactos da financeirização sobre a fragilidade micro e macroeconômica**: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012. 164 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2013.

MÜLLER, Geraldo. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

PEINADO, J; GRAEML, A. R. **Administração da produção**: operações industriais e de serviços. Curitiba: UnicenP, 2007.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PERDIGÃO: **Relatório Anual de Sustentabilidade 2007**. Disponível em: <[http://ri.brf-global.com/arquivos/RA\\_2007.pdf](http://ri.brf-global.com/arquivos/RA_2007.pdf)>. Acessado em : 20 de outubro de 2017 às 14:00 min.

PERDIGÃO: **Relatório Anual de Sustentabilidade 2008**. Disponível em: <[http://ri.brf-global.com/arquivos/PDF\\_Multimedia\\_perdigao\\_ra2008\\_multimedia\\_PT\\_.pdf](http://ri.brf-global.com/arquivos/PDF_Multimedia_perdigao_ra2008_multimedia_PT_.pdf)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017 às 22:00 min.

PERTILE, NOELI. **A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2008.

QUEIROZ, M.V. **Messianismo e conflito social**: A guerra sertaneja do Contestado 1912/1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2 ed. Joaçaba: Unoesc, 2001.

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

SANTOS, M. (1996). **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo : Hucitec.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, José Luiz dos. SCHMIDT, Paulo. FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários**. São Paulo: Atlas, 2003.

SCAPIN, A. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: 1996.

- SCHULER, M. Inquietações de uma alma brasileira no Contestado. In: Fraga, N.C. (Org.) **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil - 1912-2012**. Florianópolis: Insular. 2012. p. 441-450.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- SILVA, J. M. A., Prefácio à Edição Brasileira. In: MINSKY, H. **Estabilizando uma Economia Instável**. Tradução de José Maria Alves da Silva. Osasco-SP: Novo Século, 2013.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária: o que é classe operária?: a classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução**. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1985.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. Editora Atlas. Ed. 1, 2005.
- SPOHR, L. **80 anos da Presença dos Padres Salvatorianos (1931-2011)**. Videira: Editora Êxito, 2012.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- STOCKHAMMER, E. Financialisation and the Slowdown of Accumulation. **Journal of Economics**. Cambridge, v. 28, n.5, p.719-741, 2004.
- TASSARA, H. **Perdigão - uma trajetória para o futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.
- TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto do contestado, 1910-1914**. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906-1916**. 2009. 301f. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: PUCRS, 2009.
- VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: no limiar de uma nova era, 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.